

CAMPO DO GERÊS

ANIMAÇÃO COMUNITÁRIA E
GOVERNANÇA COLABORATIVA PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE
TERRITÓRIOS DE MONTANHA DO MINHO

ACONTECE
IN LOCO



FICHA TÉCNICA:

Acontece in Loco – Campo do Gerês

Animação comunitária e governança colaborativa para o desenvolvimento sustentável de territórios de montanha do Minho.

Equipa Editorial:

Joana Nogueira e Sara Simões

Autores:

Joana Nogueira (coordenação) ^{1, 2}

Sara Simões ^{1, 2}

José Pedro Pinto Araújo ^{1, 3, 4}

Joaquim Mamede Alonso ^{1, 2, 5}

Sónia Santos ^{1, 2}

Diana Brandão ^{1, 2}

1 - Escola Superior Agrária – Instituto Politécnico de Viana do Castelo
2 - proMetheus IPVC – Unidade de Investigação em Materiais, Energia e Ambiente para a Sustentabilidade
3 - CIMO - Centro de Investigação de Montanha
4 - CISAS – Centro de Investigação e Desenvolvimento em Sistemas Agroalimentares e Sustentabilidade
5 - InBIO/CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos

Ilustração de Capa:

Nuno Fernandes

Design e Paginação:

Hugo Jesus Afonso

Créditos das Fotografias:

Figuras 1 e 2 – Keentours

Figuras 34, 35, 37, 39, 41, 42, 43 –
Acontece in Loco - Campo do Gerês

Figura 38 – Rafael Carvalho

Figura 44 – Mariana Oliveira

Figura 45 – Agrupamento de Baldios da
Serra do Gerês

Figura 46 – Associação de Compartes do
Campo do Gerês

Editores:

Comunidade Intermunicipal do Cávado
(CIM Cávado)

Instituto Politécnico de Viana do Castelo
(IPVC)

ISBN (CIM Cávado):

978-989-33-5270-0

ISBN (IPVC):

978-989-9141-04-9

DOI:

<https://doi.org/10.57910/ipvc-esa-40b7-vf49>

Setembro 2023

PROMOTORES DO PROJETO:



PROJETO FINANCIADO:



Índice

Agradecimentos	13
Notas prévias.....	14
Introdução	17
1. Territórios de montanha e governança para a sustentabilidade - perspectivas e conceitos.....	20
1.1. Novas abordagens à governança e à inovação	22
1.2. Comunidades locais na montanha - entre tradição e inovação	28
1.3. Das comunidades locais às redes colaborativas alargadas	30
2. A metodologia do Acontece in Loco	34
3. O território de estudo no contexto regional	42
3.1. Caracterização e análise biofísica	43
3.1.1. Distribuição e evolução da ocupação e uso do solo	54
3.1.2. Serviços de ecossistema, as vulnerabilidades e os riscos para uma gestão inteligente	59
3.2. Dinâmicas sociais e económicas	68
3.2.1. A reorganização demográfica do território.....	68
3.2.2. A montanha em transição para a multifuncionalidade?	73
3.2.3. Uma aldeia do Parque Nacional da Peneda-Gerês: desafios de governança.....	84
4. Campo do Gerês – as vozes de uma comunidade	90
4.1. Viver e trabalhar	96
4.2. Agro-silvo-pastorícia, florestas e conservação da natureza	104
4.3. Turismo e ecoturismo	113
4.4. Governança e comunidade local	121
5. Notas finais	129
Referências	133

Índice de figuras

Figura 1 - Albufeira de Vilarinho da Furna	17
Figura 2 - Pico do Sarilhão – Campo do Gerês.....	20
Figura 3 - A Visão de Longo - Prazo da União Europeia para as Áreas Rurais.....	21
Figura 4 - Modelo de Quíntupla Hélice	23
Figura 5 - Estrutura conceptual da Iniciativa Sotoyama.....	25
Figura 6 - Metodologia de diagnóstico participativo – fases e técnicas aplicadas.....	36
Figura 7 - Enquadramento geográfico da freguesia de Campo do Gerês no contexto regional....	42
Figura 8 – Zonagem (agro)climatológica da área proposta, evidenciando uma notável diversidade de condições climáticas, na sua relação com a altitude e o relevo.	44
Figura 9 – Enquadramento no contexto climático regional: (em cima) temperatura média anual; (em baixo) precipitação total anual (média).	45
Figura 10 – Distribuição do Índice Topográfico de Humidade.	47
Figura 11 – Formações litológicas e outros aspetos da geologia.....	48
Figura 12 – Modelo digital de elevação, evidenciando a amplitude altitudinal e a presença do maciço montanhoso da Peneda-Gerês, individualizados pelo vale do rio Homem.....	52
Figura 13 – Carta das unidades pedológicas mais representativas.	54
Figura 14 – Distribuição da ocupação e uso do solo na freguesia de Campo de Gerês em 2018.	55
Figura 15 – Processos de mudança de ocupação e uso do solo (entre 1995 e 2018).....	59
Figura 16 – A freguesia de Campo do Gerês no contexto do sistema regional de áreas protegidas e classificadas	61
Figura 17 – Distribuição da perigosidade estrutural de incêndio rural.....	64
Figura 18 – Distribuição de espécies invasoras lenhosas	65
Figura 19 – Distribuição do risco de movimentos de massa em vertentes	66
Figura 20 – Distribuição do risco de erosão/perda de solo	67
Figura 21 e 22 - Taxa de variação populacional entre 1991 e 2021 (esq.) e índice de envelhecimento em 2021 (dta.).....	69
Figura 23 e 24 - Densidade populacional em 1991 (esq.) e em 2021 (dta.).....	70
Figura 25 e 26 - Proporção da população residente com ensino secundário ou superior em 2011 (esq.) e em 2021 (dta.)	71
Figura 27 - Evolução da população residente no concelho de Terras e Bouro e freguesias seleccionadas	72
Figura 28 - Evolução da natalidade por triénios, 1996-2022, no concelho de Terras de Bouro e freguesias seleccionadas	72

Figura 29 - Evolução dos saldos migratórios, por triénio, entre 1996-2022 em Terras de Bouro e no Cávado	73
Figura 30 e 31 - Proporção da população agrícola familiar na população residente em 1999/2001 (esq.) e 2019/2021 (dta.).....	75
Figura 32 - Evolução do número anual de dormidas em estabelecimentos turísticos no município de Terras de Bouro e na NUTIII do Cávado entre 2011 e 2022.....	82
Figura 33 -Índice de intensidade turística em termos do número de camas fixas em alojamento local e empreendimentos turísticos na população residente	83
Figura 34 - Roda de Conversa “Viver e Trabalhar”, Antiga Escola Primária de Campo do Gerês	90
Figura 35 - Grupos de trabalho a participar na tarefa colaborativa sobre o turismo.....	91
Figura 36 - Exemplo de ficha preenchida na tarefa colaborativa sobre turismo	92
Figura 37- Tarefa colaborativa em pequenos grupos sobre governança e comunidades locais	93
Figura 38 - Vereadora da Educação de Terras de Bouro na Oficina sobre Modelos educativos e aprendizagens em territórios de baixa densidade	94
Figura 39 - Um percurso interpretado no Parque Nacional da Peneda-Gerês para jovens estudantes de Terras de Bouro	95
Figura 40 - Nuvens de palavras “Passado e futuro da comunidade de Campo do Gerês”	97
Figura 41 - Veiga de S. João do Campo, com pequenas hortas e campos cultivados, perto da aldeia	104
Figura 42 - Socalcos cultivados, vinha em bordadura e tanques de rega, com albufeira de Vilarinho da Furna ao fundo.....	104
Figura 43 - Rebanho de cabras de raça bravia a caminho do monte de Campo do Gerês.....	105
Figura 44 - Bovinos em pastoreio extensivo no baldio de Campo do Gerês	105
Figura 45 - Ação de controlo de invasoras lenhosas com voluntários	111
Figura 46 - Ação de Proteção e reabilitação de medronhal em setembro 2023	112
Figura 47 - Evolução do número de negócios turísticos em Campo do Gerês.....	115
Figura 48 - Turismo e qualidade do emprego.....	116
Figura 49 - Turismo e qualidade de vida (na perspetiva das empresas locais)	117
Figura 50 - Orientação estratégica dos empresários.....	117
Figura 51 - Disponibilidade dos empresários para cooperar	118
Figuras 52 e 53 - Origem dos visitantes por país (esquerda) e região portuguesa (direita).	119
Figura 54 - Principais fatores de atração ao destino Parque Nacional da Peneda-Gerês	119
Figura 55 - Principais fatores de atração à freguesia de Campo do Gerês	120
Figura 56 - Turistas por um turismo mais sustentável	120

Índice de quadros

Quadro 1 - Entrevistas a atores chave	37
Quadro 2 - Inquéritos por questionário	38
Quadro 3 - Rodas de Conversa com a Comunidade Local	40
Quadro 4 - Oficinas de Partilha de conhecimentos e experiências	40
Quadro 5 - Representatividade das classes de ocupação do solo no período 1995-2018	56
Quadro 6 - Matriz de transição entre classes de ocupação do solo no período 1995-2018 (% da área total)	57
Quadro 7 - População ativa empregada por setores de atividade em 1981, 2011 e 2021	74
Quadro 8 - População Agrícola Familiar entre 1989 e 2019.....	76
Quadro 9 - Dinâmica do número de explorações agrícolas entre 1989 e 2019.....	76
Quadro 10 - Dinâmica do número de explorações agrícolas com ruminantes entre 1989 e 2019	78
Quadro 11 - Dinâmica dos efetivos animais entre 1989 e 2019.....	79
Quadro 12 - Dinâmica de CN de ruminantes entre 1989 e 2019	79
Quadro 13 - Dinâmica de encabeçamento por SAU total (CN/ha) entre 1989 e 2019	80
Quadro 14 - Dinâmica do número de unidades alojamento e empresas de animação turística entre 2011 e 2021 em Terras de Bouro e nos 5 municípios do PNPG.....	82
Quadro 11 - Principais discursos sobre viver e trabalhar em Campo do Gerês.....	96
Quadro 12 - Oportunidades profissionais para jovens numa aldeia de montanha.....	101
Quadro 13 - Perceções sobre a vida numa aldeia do PNPG	103
Quadro 14 - Perceções sobre as dinâmicas agro-silvo-pastoris	106
Quadro 15 - Perceções sobre os benefícios da manutenção da agricultura local	107
Quadro 16 - Percepções sobre o futuro da agricultura no território	108
Quadro 17 - Perceções sobre a qualidade e valorização dos produtos de montanha	109
Quadro 18 - Perceções sobre a natureza e a sua conservação	110
Quadro 19 - Perceções sobre novos benefícios e serviços das áreas florestais	111
Quadro 20 - Perceções sobre os impactos do turismo em Campo do Gerês	114
Quadro 21 - Discursos relativos à intervenção de entidades públicas no território	126
Quadro 22 - Perceções relativas à capacidade de ação do ICNF.....	126

Agradecimentos

Este projeto, promovido pela Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM Cávado), inseriu-se no âmbito do projeto âncora EEC PROVERE Minho Inovação, denominado PA3. Aldeias de Portugal / Minho, que visa a revitalização dos territórios rurais de baixa densidade populacional. Esta oportunidade não teria sido possível se as três Comunidades Intermunicipais envolvidas (CIM do Alto Minho, CIM do Cávado e CIM do Ave) não tivessem convergido na vontade de promover as aldeias de montanha, as suas comunidades e o seu valor estratégico para a região, vendo na freguesia de Campo do Gerês um território representativo dessa realidade.

Contámos sempre com o imprescindível apoio de Manuel Tibo, Presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro, Ana Araújo, Vereadora da Educação, Cultura e Ambiente da Câmara Municipal de Terras de Bouro, Cristóvão Carvalho, Chefe de Divisão da Educação, Turismo, Cultura e Desporto, Cristina Machado, Divisão de Cogestão de Áreas Protegidas do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), Sónia Almeida, Administradora Delegada da Associação de Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês (ADERE-PG), José Mota Alves, Presidente da Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave (ATAHCA), José Arriscado, presidente da Gerês Viver Turismo – Associação de Defesa e Promoção do Gerês, professoras do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro, Carlos Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Campo do Gerês, José Carlos Pires, Presidente da Associação de Compartes de Campo do Gerês, Manuel Antunes, Presidente da Associação AFURNA, Luciana Castelli, Associação AFURNA, Miguel Silva e Evelyne Mussons, Associação Cultural Rural Vivo, Pedro Casinhas e Rita Barros, empresa Keen Tours e Mariana Oliveira, empresa Gerês TER.

Uma palavra especial para equipa técnica da CIM do Cávado, e em particular para a Coordenadora da Unidade de Planeamento Territorial, Joana Peixoto.

Nada teria sido possível de alcançar sem a colaboração das pessoas cujos projetos de vida e esperanças no futuro se entrecruzam de variadas maneiras com a comunidade e com o território de Campo do Gerês, em particular quem lá vive e trabalha, a quem dedicamos esta publicação.

Notas prévias

Mensagem do Presidente da CIM do Cávado

Conhecer, aprofundar e animar o território rural, é uma oportunidade que nasce com este projeto e que a Comunidade Intermunicipal do Cávado não poderia ignorar.

O território do Cávado, com centros urbanos de elevada importância, é ainda bastante demarcado pela ruralidade profunda, com focos de despovoamento substanciais, mas que apresentam grande capacidade de empreender um desenvolvimento sustentável, baseado na animação comunitária e governança colaborativa.

Integrado no projeto Aldeias do Minho da Estratégia de Eficiência Coletiva Minho Inovação, tivemos a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento local das aldeias de montanha do Minho. Reconhecemos que estes núcleos podem beneficiar de oportunidades e expansão vinculadas ao turismo, aos produtos endógenos de qualidade e à prestação de serviços de ecossistema múltiplos e cada vez mais reconhecidos pela sociedade.

A conversão destas oportunidades em novas atividades, empregos, fontes de receita e na melhoria sustentada da qualidade de vida nas aldeias exige inovação, conhecimento e capacidade organizativa, ao nível local, e uma boa articulação entre as comunidades locais e as entidades e instituições de apoio ao desenvolvimento.

O desafio lançado pela equipa do Instituto Politécnico de Viana do Castelo debruçou-se sobre o Campo do Gerês, freguesia do concelho de Terras de Bouro. O trabalho prévio desenvolvido no projeto Acontece In Loco - Montanha do Alto Minho (fevereiro, 2021), despertou a vontade de dar continuidade à metodologia desenvolvida, procurando enriquecer a animação comunitária e a governança colaborativa no nosso território.

Assim, sob o tema “Acontece in Loco – Campo do Gerês” tivemos o privilégio que cooperar num projeto acima de tudo gratificante, que nos permitiu, ao longo de cerca de um ano, aprofundar o conhecimento deste núcleo rural, com uma identidade própria.

A equipa de investigação conseguiu congrega a visão desta comunidade, realçando as suas vontades, as suas histórias, os seus anseios e a sua capacidade de resistir e enriquecer o Campo do Gerês sob o lema da sustentabilidade.

Por fim agradecemos à comunidade do Campo do Gerês, ao município de Terras de Bouro e a todos os parceiros envolvidos nas várias fases deste importante projeto.

O Presidente da Comunidade Intermunicipal do Cávado

Ricardo Rio

Mensagem do Presidente do Município de Terras de Bouro

Foi com muito prazer que Terras de Bouro e em especial a Aldeia do Campo do Gerês, recebeu este projeto que vem contribuir para a valorização deste recanto da natureza em plena Serra do Gerês.

Esta publicação resulta de um esforço coletivo e dedicado, da equipa do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, que teve a capacidade de juntar os agentes locais, associações, entidades públicas e privadas, em prol do desenvolvimento sustentável e do fortalecimento da nossa comunidade.

Somos conscientes nas nossas fragilidades territoriais, mas também reconhecemos que este projeto despertou vontades e autoestima nesta comunidade. Estamos certos de que este projeto incitou uma jornada pela identidade do nosso território, pois teve a capacidade de ser multidisciplinar, profundo, concreto e genuíno.

Agradeço e louvo todos os intervenientes neste projeto que com muita dedicação e profissionalismo contribuíram para o enriquecimento do Campo do Gerês.

O Presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro

Manuel Tibo

Introdução

Este livro apresenta a iniciativa Acontece in Loco - Campo do Gerês e os seus principais resultados. A intervenção focou-se no território e na comunidade da freguesia de Campo do Gerês, concelho de Terras de Bouro, localizada num dos lugares cimeiros no vasto *anfiteatro voltado para o mar* que é o Minho. Orlando Ribeiro, geógrafo que consagrou essa expressão, identificou a Montanha do Minho como uma unidade de paisagem diferenciada do país, com o seu clima amenizado pelas influências atlânticas e abundância de chuvas, e um povoamento antigo e perfeitamente adaptado à altitude, com predomínio de economia pastoril (Ribeiro, 1991). Campo do Gerês é também uma freguesia com parte significativa do seu território integrada no Parque Nacional da Peneda-Gerês, um dos símbolos maiores da rede nacional de conservação da natureza. Na sua história, destaca-se ainda a construção da barragem de Vilarinho da Furna, em cuja albufeira ficou submersa a aldeia com o mesmo nome (figura 1).



Figura 1 - Albufeira de Vilarinho da Furna

A oportunidade de desenvolver este projeto surgiu da preocupação partilhada pelas Comunidades Intermunicipais do Alto Minho, Cávado e Ave com o desenvolvimento sustentável das aldeias de montanha da região minhota, e em particular com aldeias integradas em áreas protegidas ou classificadas.

Nas montanhas, a força dos elementos naturais é potenciada pela vastidão do horizonte e pela menor presença das obras humanas. Mas essa presença, na componente secular e continuada das pequenas comunidades locais que vivem e trabalham nas aldeias, constitui o principal foco desta iniciativa. Ameaçadas por décadas de despovoamento e pelo forte envelhecimento demográfico, as aldeias de montanha do Minho evidenciam hoje os efeitos de longos processos de marginalização socioeconómica no contexto mais amplo das regiões e do país, cada vez mais urbano e litoralizado. Paralelamente, tem vindo a aumentar o reconhecimento da ação relevante das comunidades locais na gestão e manutenção de proximidade dos ecossistemas serranos e na valorização sustentável de recursos naturais da montanha. Essa gestão é necessária para manter um conjunto alargado de serviços de ecossistema, fundamentais para assegurar o bem-estar, a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável das regiões. Manter e potenciar a vitalidade das comunidades locais de montanha é, portanto, um desígnio que responde a princípios de coesão social e territorial e a objetivos de sustentabilidade ambiental, relevantes para a sociedade em sentido amplo. Mas é também essencial para potenciar toda uma economia assente num património cultural e natural de excelência, desde logo com o turismo de natureza.

Do ponto de vista estratégico, esta iniciativa alinha-se com os seguintes objetivos de desenvolvimento regional:

1. Promover a coesão social e territorial, contrariando o défice de inclusão socioeconómica de pessoas e territórios que tendem a ficar marginalizados;
2. Prevenir o abandono agrícola e agro-silvo-pastoril, e de outras atividades de valorização sustentável dos recursos naturais do mundo rural, considerando os riscos desse abandono sobre a paisagem e para os múltiplos serviços de ecossistema que as montanhas asseguram;
3. Potenciar os benefícios da conservação da natureza para as pessoas, criando complementaridades mais equilibradas e significativas entre as pessoas e a natureza, a nível local, e através das ligações entre o rural e o urbano e o turismo.

Estes objetivos estão perfeitamente alinhados com os valores defendidos no quadro da União Europeia no âmbito da Visão de Longo-Prazo para as Zonas Rurais (Parlamento Europeu, 2022). Ao reconhecer que **o papel e a importância das zonas rurais são subvalorizados e insuficientemente recompensados**, considerando os importantes serviços e funções que desempenham, e ao assumir o compromisso de que **nenhuma pessoa e nenhum local é deixado para trás**, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu desafiam todos os cidadãos e todos os níveis de governança a levar mais além os esforços para o desenvolvimento rural (Parlamento Europeu, 2022). Estes desígnios e desafios aplicam-se com elevada adequação às zonas montanhosas e às suas comunidades.

As opções metodológicas do Acontece in Loco assentam em ações que promovem o envolvimento das pessoas das comunidades locais, numa perspetiva microterritorial – as freguesias – na realização de um diagnóstico participativo. Com esta metodologia amplia-se e atualiza-se o conhecimento sobre o território e sobre as necessidades e expectativas das pessoas e das comunidades locais das aldeias de montanha, clarificando as dificuldades sentidas no dia-a-dia e nas atividades económicas e refletindo, coletivamente sobre as opções que melhor respondem aos objetivos e oportunidades de desenvolvimento local. Além de um trabalho participativo com a comunidade local, a metodologia do Acontece in Loco preconiza igualmente o envolvimento de atores institucionais, entidades públicas e privadas com responsabilidades e intervenção ao nível desenvolvimento rural e da conservação da natureza. Pretende-se, assim, contribuir para potenciar a ação em rede, mais colaborativa e eficaz, entre as comunidades locais e os diversos atores envolvidos no sistema de governança territorial.

Neste livro, após breve reflexão teórica e conceptual sobre a governança dos territórios de montanha, apresenta-se informação sobre os aspetos diferenciadores e as dinâmicas recentes na montanha do Minho, em termos biofísicos e socioeconómicos. Essa informação, fundamentalmente estatística e geográfica, é aprofundada e detalhada à escala microterritorial de Campo do Gerês. Por fim evidenciam-se as vozes das pessoas da comunidade, cujos discursos refletem leituras assentes na experiência direta de viver e trabalhar no território e nele projetar novos futuros.

Espera-se que o conhecimento aqui partilhado seja mobilizado por todos os atores envolvidos no sistema de governança territorial.

1. Territórios de montanha e governança para a sustentabilidade – perspectivas e conceitos

Os sistemas montanhosos desempenham funções ecológicas de extrema importância, cujos serviços e benefícios vão muito além da escala local, contribuindo para o bem-estar humano e para a sustentabilidade da vida na Terra, em sentido lato (Körner e Ohsawa, 2005; Aguiar *et al.*, 2009). A diversidade e relevância dos serviços de ecossistema associados às montanhas justifica que, no contexto europeu, se lhes atribua a qualidade de espinha dorsal ecológica da Europa, e se pugne pelo reconhecimento do seu verdadeiro valor a nível social e político (European Environmental Agency, 2010). Por outro lado, as montanhas desde sempre exerceram atração sobre as pessoas, pela excecionalidade das suas paisagens e por expressarem, quantas vezes de forma espetacular, as forças da natureza (figura 2). Essa atração reflete-se numa substancial expansão da procura turística pelos territórios de montanha (Silva *et al.*, 2013). Quer enquanto turista ou visitante, quer com projetos de vida e de trabalho, quem percorre a montanha pode usufruir de um contacto direto com paisagens e com ecossistemas nos quais a ação humana tem sido mais limitada, mas também mais respeitadora da natureza.



Figura 2 - Pico do Sarilhão – Campo do Gerês

Os atributos ecológicos e cénicos que distinguem positivamente as montanhas estão também na base de particulares dificuldades no que se refere ao desenvolvimento social e económico das comunidades locais que aí vivem. A menor densidade económica local, combinada com a reduzida acessibilidade a serviços e oportunidades urbanos (medida pelo tempo de deslocação à cidade mais próxima) caracterizam muitos dos sistemas montanhosos europeus. Assim, uma grande parte dos territórios de montanha europeus são classificados como “rural profundo”, numa escala que inclui o rural e o periurbano (European Environmental Agency, 2010). As pessoas que vivem e trabalham nas aldeias de montanha, as famílias e comunidades que aí têm as suas raízes e heranças, e quem, vindo de fora, aí pretenda construir novos projetos de vida, enfrentam os desafios da relativa marginalização face aos principais centros de crescimento, inovação e investimento.

A problemática da marginalização rural, e das montanhas em particular, tem sido reconhecida como uma das questões relevantes para a agenda política europeia, por comprometer os objetivos de coesão social e de um desenvolvimento territorial equilibrado (Parlamento Europeu, 2018). Na Visão de Longo-Prazo para as áreas rurais elaborada para a União Europeia, projetada para 2040, propõem-se quatro valências a assegurar nas zonas rurais: autonomia e capacidade de inovação; prosperidade; conectividade e resiliência. Nessa visão, o bem-estar social e económico, a ligação rural-urbano e do rural ao global, e a resiliência dos sistemas socio-ecológicos, em contexto de alterações climáticas, são perspetivados numa lógica integrada e dinâmica, e incorporando a inovação social (Figura 3).



Figura 3 - A Visão de Longo - Prazo da União Europeia para as Áreas Rurais
Fonte: adaptada de: UE, 2023

Os argumentos da equidade e da coesão social e territorial sintetizam-se bem na noção de *direito aos territórios* que se materializa na possibilidade de que “quem escolhe ficar nos seus próprios sítios” ou a eles regressar, tenha a oportunidade de o fazer (Carmo, 2014). Esta possibilidade não depende apenas das pessoas e das comunidades locais, depende também da forma como as montanhas e as suas comunidades são integradas nos processos mais amplos – sociopolíticos e económicos - das regiões nas quais se inserem.

A dinâmica social e económica das comunidades locais de montanha é igualmente relevante quando se perspetiva a conservação da natureza. Nas montanhas europeias, incluindo as portuguesas, os múltiplos serviços de ecossistema gerados estão associados a paisagens que, desde há séculos, e mesmo milénios, integram a presença humana, combinando elementos naturais e culturais (European Environmental Agency, 2010; Aguiar *et al.*, 2009). As aproximações mais recentes à conservação da natureza e ao restauro ecológico tendem, cada vez mais, a integrar as comunidades e as atividades humanas (Mace, 2014). O grande desafio do nosso século é, precisamente, o de construir modelos de prosperidade e de bem-estar humano assentes em ecossistemas robustos, funcionais e diversos e, portanto, compatíveis com a conservação da natureza e da biodiversidade.

Sendo este um desafio transversal a todos os sistemas socio-ecológicos – mais ou menos artificializados, com maior ou menor degradação ecológica – assume particular relevância nas áreas protegidas. A especial conexão das comunidades das áreas protegidas com a natureza deve ser, uma inspiração para a sociedade (Sadeleer e Bossink, 2022). Mas só o será se as trajetórias de desenvolvimento local associarem, positiva e significativamente, a manutenção do elevado valor natural dos territórios com dinâmicas positivas em termos de identidade cultural, oportunidades económicas e qualidade de vida das pessoas.

1.1. Novas abordagens à governança e à inovação

Em meados do século passado Orlando Ribeiro falava da montanha como sendo um *domínio arcaizante* (Ribeiro, 1991). Na visão a longo prazo para as zonas rurais as instituições da União Europeia incluem os territórios montanhosos e a persistência de disparidades socioeconómicas que lhes são

desfavoráveis, como um dos desafios de longo prazo que continua por resolver (Parlamento Europeu, 2022). Será possível resolver esse desafio? Como? Há novas abordagens à governança e à inovação que procuram dar contributos nesse sentido.

Destaca-se a perspetiva de um necessário e crescente envolvimento de múltiplos atores, a diferentes escalas, nos processos de planeamento estratégico e de implementação das políticas, e que tem vindo a concretizar-se no quadro sociopolítico da União Europeia (Carayannis e Rakhmatullin, 2014). O modelo da **Quíntupla Hélice**, o referencial mais recente de enquadramento do planeamento estratégico de países e regiões, é considerado pertinente para a criação de dinâmicas de inovação e de desenvolvimento mais inclusivas, inteligentes e ambientalmente sustentáveis, num mundo globalizado e em crise ecológica (Figura 4). Este modelo, comparativamente aos anteriores da tripla e quádrupla hélice, alarga o processo participativo e colaborativo do planeamento e decisão estratégica à sociedade civil, e inclui explicitamente os Ecossistemas e o Ambiente (Carayannis e Rakhmatullin, 2014). O envolvimento da sociedade civil – das pessoas, dos grupos e das comunidades em que se integram – é preconizado pela pertinência dos seus contributos na identificação mais ajustada das necessidades, mas também na construção, como corresponsáveis, na melhoria das respostas e na criação de novas soluções para problemas e contextos sociais concretos. A natureza e o ambiente são integrados no modelo por demarcarem os limites ao desenvolvimento a longo prazo, por força das exigências de restauro ecológico e de mitigação das pressões humanas sobre os ecossistemas, e finalmente por ser na interface entre pessoas e ambiente que se identifica uma área chave da inovação para as próximas décadas (Carayannis e Rakhmatullin, 2014).

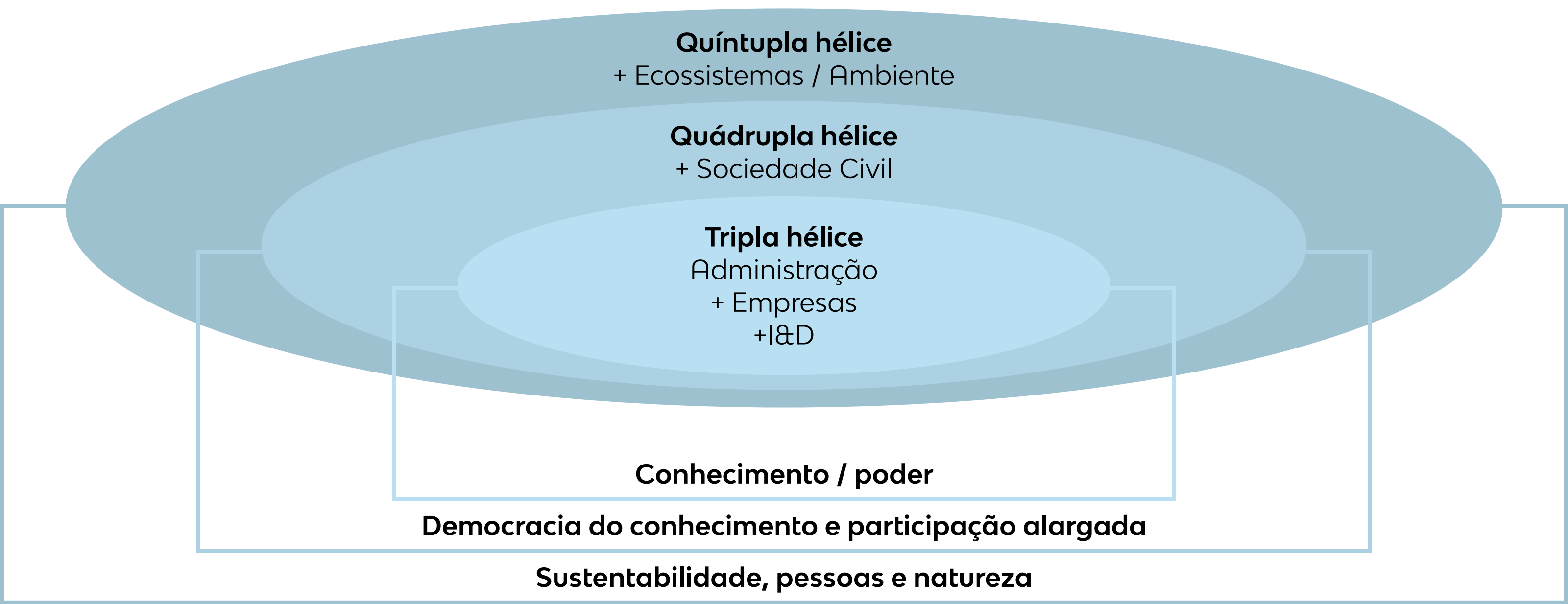


Figura 4 - Modelo de Quíntupla Hélice

Fonte: adaptado de Carayannis e Rakhmatullin, 2014

A referência à Quíntupla Hélice visa demonstrar que, nas sociedades altamente urbanizadas e globalizadas em que vivemos, fortemente dependentes do conhecimento e da inovação, as pessoas comuns, a natureza e as interações sociais e económicas entre pessoas e natureza são, mais do que nunca, dimensões a integrar o sistema de governança. Esta grande tendência reflete-se na forma como se perspetiva a governança dos territórios rurais europeus no quadro da Visão de Longo Prazo e no Pacto Rural, com particular destaque na Resolução do Parlamento Europeu, de 13 de dezembro de 2022. Nesta resolução, o Parlamento Europeu:

1. Destacou “o papel central que as zonas rurais podem desempenhar na resposta aos desafios sociais, económicos e ambientais, prestando serviços ecossistémicos para atenuar as alterações climáticas e a degradação ambiental, assegurando uma produção alimentar sustentável e suficiente, inclusive de alimentos biológicos, preservando o património rural material e imaterial, fomentando a conservação da natureza e a biodiversidade e proporcionando paisagens culturais únicas para fins recreativos e de lazer, bem como desenvolvendo a economia circular e contribuindo para uma transição justa, ecológica e digital” (Ponto 5);
2. Apoiou “o desenvolvimento de um Pacto Rural, salientando a importância da participação inclusiva das partes interessadas locais, regionais e nacionais na sua governação, incluindo a sociedade civil, para que a iniciativa seja bem-sucedida” (Ponto 16);
3. Solicitou “a aplicação efetiva do princípio da subsidiariedade, adotando mais políticas de base comunitária, descentralizadas e ascendentes e medidas de apoio que envolvam os intervenientes locais, incluindo os agricultores e as organizações, os órgãos de poder e a sociedade civil locais, e insiste, por conseguinte, em que estes intervenientes devem desempenhar um papel ativo desde a tomada de decisões até à elaboração, à execução e à avaliação das políticas, a fim de melhor identificar as necessidades de cada território” (Ponto 70).

Outro aspeto relevante das orientações recentes no âmbito da governança dos territórios rurais relaciona-se com a **(re)avaliação positiva dos conhecimentos locais**, principalmente aqueles que se associam a sistemas de produção dependentes dos recursos naturais locais e a ecossistemas que chegaram até aos nossos dias com níveis elevados de biodiversidade. É

claramente esse o caso da proposta de abordagem ligada à Iniciativa Satoyama, com origem no Japão, cuja visão de harmonia entre sociedades e natureza se foca nas comunidades e sistemas de produção tradicionais e nos processos da sua revitalização, articulando conhecimento científico e conhecimentos tradicionais, e criando inovações adaptadas aos contextos socio-ecológicos de cada território (Figura 5).

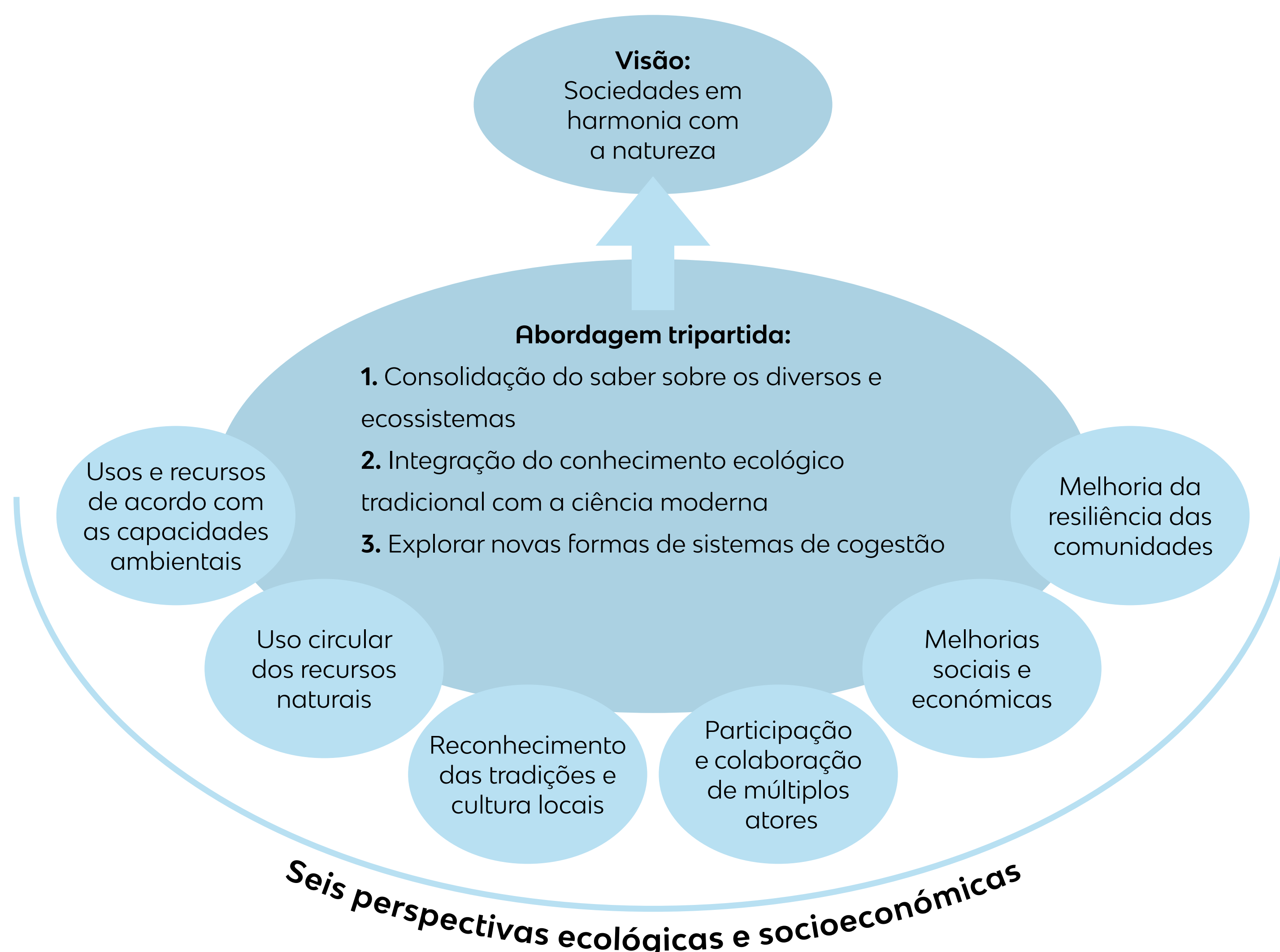


Figura 5 - Estrutura conceitual da Iniciativa Satoyama

Fonte: adaptado de Nishi *et al.*, 2021

Voltando novamente ao texto da resolução do Parlamento Europeu destaca-se a forma como, no ponto 35, considera que “a inovação deve ser compatível com as práticas e os conhecimentos tradicionais, sobretudo os adaptados às características de cada zona” (Parlamento Europeu, 2022). Neste contexto é importante voltar a realçar a especificidade dos territórios de montanha, e dos sistemas montanhosos portugueses em particular. No âmbito da Avaliação da Montanha para o Millenium Ecosystem Assessment, sustenta-se que “A erosão do saber fazer agricultura, das subtis e complexas técnicas necessária para criar animais e cuidar da floresta com sucesso, é, talvez, o maior risco do abandono agrícola” (Aguiar *et al.*, 2009). Também num estudo recente realizado na Serra da Estrela, os investigadores salientam os impactos negativos do despovoamento e do abandono sobre os ecossistemas:

“A desvitalização demográfica e socioeconómica destas áreas vem sucedendo a par e passo com a degradação de muitos dos seus ecossistemas, na sua maioria semi-naturais e cultivados. O abandono das terras agrícolas e das atividades de pastoreio, a par da florestação com espécies não autóctones e pouco resilientes ao fogo, têm vindo a criar espaço para a expansão de matos e matagais, que alimentam e se alimentam dos incêndios florestais.” (Madureira *et al.*, 2013: 21)

Noutro estudo conclui-se que o abandono agrícola e das atividades silvo-pastoris tradicionais tende a resultar numa homogeneização paisagística e da biodiversidade, efeitos indesejados face aos objetivos de conservação da natureza em áreas de elevado valor natural de montanha em Portugal (Honrado *et al.*, 2017). Os referidos autores advogam a necessidade de integrar progressivamente os objetivos de conservação de habitats e de serviços de ecossistema nas atividades e na economia rural, nomeadamente através de inovação nos sistemas produtivos e pagamento por serviços de ecossistemas.

A valorização e a integração positiva dos conhecimentos, saberes e práticas tradicionais no planeamento territorial implica envolver as pessoas que detêm esses conhecimentos nos processos de planeamento. Mas implica também identificar, integrando esses conhecimentos, as inovações e as mudanças necessárias para que as atividades produtivas potenciem a recuperação e a resiliência dos ecossistemas, e para tornar mais atrativas as profissões ligadas à natureza, qualificando-as, assegurando condições de trabalho e de remuneração equitativas, e garantindo qualidade de vida nas aldeias. Um dos processos de o alcançar passa por empoderar as comunidades e as pessoas envolvendo-as nos processos de aprendizagem e de decisão que são inerentes ao planeamento, deixando de as considerar apenas como beneficiários e/ou como fontes de informação.

Acresce que, cada vez mais, a boa governança e o planeamento estratégico devem ser capazes de proporcionar às regiões e comunidades capacidades para lidar com a crescente complexidade e instabilidade que tem caracterizado os sistemas socioeconómicos e ambientais, e que tudo indica continuarão a caracterizar as sociedades contemporâneas (Teigão dos Santos, 2009; Scott, 2013; Sharifi, 2016). Do ponto de vista dos sistemas sociais, a **resiliência** define-se como a capacidade de um dado sistema (comunidade, empresa, organização

ou região) para antecipar, adaptar-se e responder melhor aos riscos decorrentes de perturbações ou crises a que possam estar expostas (Teigão dos Santos, 2009; Scott, 2013; Sharifi, 2016). Estas perturbações ou crises podem ter uma natureza social, económica ou ambiental.

Se as primeiras aplicações do conceito de resiliência se focavam na capacidade de um sistema recuperar um equilíbrio inicial, na sua forma e atributos mais estruturantes, mais recentemente tem ganhado pertinência uma noção mais dinâmica de resiliência, também designada de **resiliência evolutiva** (Scott, 2013). O conceito de resiliência evolutiva, do ponto de vista do bem-estar humano, pode definir-se como a capacidade, pessoal e coletiva, de responder à mudança e de influenciar essa mudança, para renovar a comunidade e desenvolver novas trajetórias futuras, consistentes com uma evolução incremental do sistema no longo prazo (Sharifi, 2016). Na perspetiva evolutiva da resiliência há uma lógica de melhoria do sistema face à situação inicial, por exemplo, com redução das desigualdades sociais preexistentes, ou a mudança para um tipo de instituições mais aptas a prevenir determinadas vulnerabilidades face a riscos ambientais (Scott, 2013). O conceito implica que um sistema socio-ecológico resiliente seja um sistema com uma **gestão adaptativa**, que depende de, e assegura que se produzam, as aprendizagens sociais necessárias para reduzir a vulnerabilidade e o risco face às perturbações, e para manter ou melhorar esse sistema.

Do ponto de vista da conservação da natureza e da biodiversidade também se perspectivam os ecossistemas como sendo dinâmicos, preconizando-se desde há décadas a gestão adaptativa como estratégia para manter ou melhorar as estruturas e funções ecológicas das quais, em última análise, todos dependemos (Hutton e Leader-Williams, 2003). Mesmo os ecossistemas mais protegidos de pressões humanas diretas estão expostos às alterações climáticas, e podem ser alterados por processos de invasão biológica ou por outros fenómenos bióticos ou abióticos. A gestão adaptativa é a abordagem que investe numa lógica de permanente de aquisição de conhecimento sobre a dinâmica dos ecossistemas – conhecimento científico, mas também o conhecimento prático detido pelos utilizadores locais dos recursos, principalmente se localmente existirem instituições coletivas associadas à regulação do uso coletivo e sustentado desses recursos (Olsson e Folke, 2001).

1.2. Comunidades locais na montanha - entre tradição e inovação

Embora uma parte relevante das anteriores considerações sejam aplicáveis a regiões – com os seus sistemas urbanos e os seus territórios rurais, sendo estes mais ou menos periféricos, e incluindo ou não montanhas – o presente estudo visa especificamente o desenvolvimento sustentável e resiliente de comunidades locais de montanha. Interessa concretizar aqui o conceito de comunidade local. Neste estudo, privilegiamos a perspetiva sociológica do conceito de comunidade local. **Comunidade** é um conjunto de pessoas interligadas entre si por laços sociais, caracterizados por uma certa estabilidade e reciprocidade, por referência a uma identidade e a um sentido de pertença partilhados (Bruhn, 2005). A estabilidade e a reciprocidade que caracteriza uma comunidade assenta em laços sociais relativamente fortes, um tipo de relação entre os indivíduos que tende a formar-se quando as relações interpessoais são mais duráveis, envolvem maior intensidade emocional e a troca mútua de ajudas ou serviços (Granovetter, 1973). Para além do contexto familiar e das redes de parentesco mais próximas, este tipo de laços ocorre quando há participação dos indivíduos em contextos de sociabilidade decorrentes da proximidade espacial, daí o conceito de **comunidade local** (Granovetter, 1973; Bruhn, 2005).

No caso das aldeias de montanha, o relativo isolamento acentuou a necessidade de desenvolver formas de cooperação entre vizinhos, nas várias dimensões da vida, e também a nível das atividades económicas. Neste caso, a natureza coletiva da propriedade e uso de vários recursos (águas e sistemas de regadio, montes e áreas de pastoreio em baldio, eiras e engenhos, entre outros) foram favoráveis à criação e à manutenção de lógicas comunitárias complexas. Oliveira Baptista (2014:12) acerca das propriedades comunitárias comuns, de vocação tradicional silvo-pastoril, que em Portugal designamos de baldios, escreveu que “*o baldio é uma forma social que se refere a um vínculo entre os membros de uma comunidade rural em torno da utilização e aproveitamento de um terreno*”. Também pelas características do trabalho agrícola, com períodos de grande intensidade, como as colheitas e as malhas, o meio rural era rico em sistemas de entreajuda entre casas e famílias, com várias modalidades de trabalho cooperativo (Portela, 1986).

Nas sociedades contemporâneas, à medida que aumenta a mobilidade das pessoas e se diversificam e alargam os contextos sociais em que participam, a partilha de um espaço geográfico de residência não é, por si só, suficiente para que se estabeleça e mantenha o sentido de identidade e o tipo de interdependências solidárias que o conceito de comunidade implica (Bruhn, 2005). Estamos também já longe de uma ruralidade na qual toda a comunidade partilha uma ligação direta ao trabalho agrícola, ou uma dependência económica dos recursos da terra. No entanto, num estudo recente que deu voz às pessoas que vivem em espaços rurais europeus verificou-se que, particularmente nas comunidades em risco de despovoamento, o sentido de comunidade é destacado como um valor que tem resistido e que contribui positivamente para a qualidade de vida (EU, 2021). As lógicas de comunidade – sentido de pertença, capacidade de negociar e manter valores e regras partilhadas e práticas e atitudes colaborativas entre as pessoas – é algo que necessita permanentemente de ser mantido e reforçado, a partir da própria comunidade, mas também com apoios e estímulos por parte de entidades externas (EU, 2021).

Interessa realçar novamente a resistência, até hoje, de práticas comunitárias associadas à posse e uso de recursos naturais e construídos por comunidades locais, e em particular os baldios, tão relevantes nas montanhas portuguesas, e com enquadramento no sistema legal revisto em 2017 (Lei 75/2017 de 17 de agosto – Regime aplicável aos baldios e demais meios de produção comunitários). Além da importância económica, o envolvimento dos compartes nas decisões sobre o baldio, quanto aos tipos e modos de uso e de regulação *“é uma realidade capaz de assegurar a vivência comunitária de uma economia social e solidária, que cada geração deve poder renovar e gerir do modo que lhe parecer mais conveniente.”* (Oliveira Baptista (2014:13). São de realçar ainda casos identificados de práticas inovadoras em comunidades com baldios, com novos modelos de gestão, com os compartes, em muitos casos mais jovens, a valorizar explicitamente a possibilidade de, em comum, cuidarem da natureza e, nesse processo, contribuírem para reforçar o sentido de comunidade (Nieto-Romero *et al.*, 2019).

No caso da montanha do Minho há sinais de revitalização de algumas práticas comunitárias tradicionais, com adaptações a novos objetivos e valores. O caso das vezeiras é paradigmático, com associações locais (ex: Associação Vezeira em Fafião; Associação Lírio do Gerês, em Vilar da Veiga) a protagonizar a sua reativação, promovendo a atividade agro-silvo-pastoril, com uma

renovada dimensão de animação sociocultural da própria comunidade, de reestabelecimento da sua ligação aos montes (baldio) e de projeção exterior enquanto património cultural e atração turística.

O conceito de comunidade local aplica-se, portanto, a várias dimensões da vida nas pequenas localidades de montanha, e vai assumindo novas formas em função da própria mudança social. A existência de um sentido de comunidade e a possibilidade de participar ativamente na vida coletiva de uma comunidade local, são considerados fatores de permanência, mas também de atração para o espaço rural, incluindo o retorno (Pinilla et Saéz, 2021). As *comunidades tradicionais* possivelmente terão de forjar novos sentidos de comunidade que integrem os residentes atuais, novos residentes e residentes não permanentes (EU, 2021). É pertinente, portanto, equacionar de que formas as comunidades rurais podem ser potenciadas na sua capacidade de organização e de ação, quer em benefício das populações rurais, quer como partes interessadas e ativas na construção de modelos de desenvolvimento regional mais sustentáveis.

1.3. Das comunidades locais às redes colaborativas alargadas

Hoje em dia, cada comunidade local tende a ser um sistema aberto, que do ponto de vista da governança está integrado num encadeamento de níveis hierarquizados de decisão, funcionando a diferentes escalas (Sharifi, 2016). Aliás, como alerta André Torre (2015), no atual quadro de crescente competição territorial e de pressão sobre o financiamento público, as instituições europeias ligadas ao desenvolvimento rural tendem a dar mais ênfase à capacidade dos atores para renovarem as suas relações de proximidade e de se conectarem com redes externas. Numa lógica de governança participada, as comunidades locais, quando existem e têm capacidade de ação, podem ter um papel relevante na resolução das necessidades locais. Quando existe confiança e capacidade de cooperação entre os vários níveis de governança, esse papel pode ser reforçado e torna-se possível promover o alinhamento entre a ação local e os interesses mais alargados da sociedade, potenciando o papel das comunidades locais na promoção do bem comum a um nível societal (Westlund e Kobayashy, 2013; Brunh, 2015).

Os trabalhos de Elinor Ostrom, economista galardoada com o prêmio Nobel em 2009, contribuíram para o reconhecimento da importância da ação das comunidades locais na gestão dos recursos naturais. As suas conclusões baseiam-se na análise de um grande número de casos, em todo o mundo, de comunidades locais que desenvolveram sistemas coletivos de gestão e uso dos recursos naturais locais, particularmente bem-adaptados à cultura e aos contextos específicos de cada lugar e recursos, e por isso, em muitos casos, sustentáveis (Ostrom, 2012). Do ponto de vista da governança, e pensando em particular nas entidades públicas às quais compete assegurar o bem-comum, está em jogo o nível de autonomia e possibilidade de autorregulação que as autoridades outorgam às comunidades (ou aos atores locais organizados que representam as comunidades), bem como o tipo e a quantidade de apoios e incentivos que lhes são destinados. O envolvimento das várias partes interessadas e do público nos processos de decisão pode ser efetuado a vários níveis, e nem sempre a simples mudança para lógicas mais participativas garante o sucesso, nomeadamente ao nível de objetivos de conservação da natureza ou de equidade (Reed *et al.*, 2018). As vantagens efetivas de um processo de governança mais participado dependem de vários fatores (Reed *et al.*, 2018), sendo o êxito potenciado se:

1. O contexto local for analisado e os processos de envolvimento e participação desenhados tendo em conta o contexto, e principalmente os processos anteriores de governança e o modo como contribuíram para a atual cultura participativa;
2. For promovido, desde o início, um diálogo com todas as partes interessadas para estabelecer objetivos partilhados e alcançar resultados colaborativos assentes nas fontes de conhecimento mais relevantes;
3. As dinâmicas de poder forem geridas, para que a contribuição de cada participante seja valorizada e que todos tenham igual possibilidade de contribuir;
4. A duração e a frequência do envolvimento forem ajustados aos objetivos do processo, considerando que mudar valores e atitudes mais enraizados implica mais tempo do que uma alteração de preferências.

Interessa ter em conta que as políticas de comando e controlo, no passado ou em continuidade, podem reduzir as capacidades locais de gestão adaptativa, de resiliência e, por esta via, dificultar a concretização dos objetivos de sustentabilidade que presidem à sua ação.

“Quando as comunidades definem as regras para si próprias, têm incentivos fortes para assegurar que tais regras funcionam e em aprender com os seus erros. [...] “De igual modo, em contextos nos quais as autoridades centrais assumem a responsabilidade em determinar a maior parte das regras que governam o uso dos recursos, haverá uma redução nos incentivos para que os atores envolvidos ao nível local encontrem formas de estabelecer os seus próprios modelos de governança.” (Pennington, 2012: 29)

Criar sistemas de participação e colaboração mais efetivos entre vários atores e níveis de governança é um desafio, mas é também uma necessidade urgente. Focando a realidade da Espanha rural, e em particular as zonas com riscos de despovoamento Pinilla e Sáez (2021) argumentam que **a comunidade local deve sentir-se uma parte essencial e ativa no desenho das políticas, e ser corresponsável nos desafios do seu próprio desenvolvimento**. Para estes autores, o débil envolvimento das comunidades locais nos processos de governança é um dos fatores da persistente ineficácia das políticas de desenvolvimento rural no que se refere aos territórios mais marginalizados.

Também em Portugal a dimensão participativa da governança territorial, embora amplamente preconizada em termos científicos e na retórica política, tem sido aplicada de forma incipiente em contextos rurais (Correia e Figueiredo, 2010) e urbanos (Pereira *et al.*, 2021). A abordagem LEADER, cuja metodologia para o desenvolvimento preconiza explicitamente uma lógica de envolvimento participativo das comunidades locais no desenho de estratégias adaptadas aos territórios, é um dos exemplos. Cada grupo de ação local (GAL) tem uma equipa técnica que trabalha áreas extensas e uma tipologia diversificada de espaços. Note-se que os 16 Grupos de Ação Local a funcionar na Região Norte no período de programação de 2014-2020 tinham uma área territorial média de 1214 km², e populações-alvo em torno dos 100 000 habitantes cada (Chaves, 2019). Para agravar as dificuldades em adotar abordagens de proximidade, as mudanças no

programa LEADER nesse período reduziram a autonomia dos GAL na elaboração das estratégias territoriais e agravaram a carga burocrática sobre as suas equipas técnicas. Consultas efetuadas aos dirigentes dos GAL já tinham determinado a crescente dificuldade das equipas em promover a “animação e suscitação de projetos, elemento de extrema importância em contextos territoriais de baixa densidade e com fraca capacidade empreendedora” (Domingos *et al.*, 2016).

Interessa referir aqui dinâmicas emergentes de colaboração em rede, com um forte foco no paradigma mais recente de conservação, que visa novas harmonias entre as pessoas e a natureza. Pela sua relevância para os territórios do Parque Nacional da Peneda-Gerês destacamos a organização das Jornadas Técnicas do Carvalho, que desde a I edição em 2013 envolveu uma parceria alargada na sua organização, com um papel relevante da Associação de Compartes de Campo do Gerês em todas as edições. É curioso analisar a formulação do objetivo destas jornadas e a sua evolução entre 2013 e 2022. As primeiras jornadas uniram parceiros tendo em vista “a promoção de espaços florestais saudáveis, adequados ao território português e com valor para a economia local”; nas 2^{as} jornadas exprime-se o objetivo de forma ligeiramente diferente “uma floresta portuguesa saudável e rica para aqueles que nela vivem e dela dependem”. A 3^a jornada mantém o valor para a comunidade local, mas alarga os benefícios da floresta ao “proporcionar espaços lúdicos e de ócio aos visitantes”, que se mantém até à última edição de 2018. Nesta última o objetivo inclui adicionalmente referência aos serviços de ecossistema, relevantes para toda a Humanidade. Há uma clara dinâmica de aprofundamento do conhecimento, da capacidade de ação colaborativa e da relevância societal do evento e do território que o suporta, partilhados por comunidade local, academia, associações de desenvolvimento e por um público alargado.

Seja para apoiar comunidades muito fragilizadas, visando a inclusão social e potencial recuperação, seja para nutrir iniciativas emergentes com potencial transformador de zonas marginalizadas e de elevado valor natural em zonas mais fortes, prósperas, conectadas e resilientes, há urgência em intervir neste tipo de territórios. Esta iniciativa visa contribuir para avaliar, através de estudos *in loco*, quais as atuais condições, necessidades e oportunidades de comunidades locais de montanha que têm resistido até hoje. E também para promover uma reflexão participada sobre o tipo de governança que melhor contribui para reforçar e potenciar o contributo destas comunidades locais de montanha para um desenvolvimento mais sustentável.

2. A metodologia do Acontece in Loco

O planeamento é a organização da esperança

(Jay Forrester, citado por Guerra, 2006)

O enquadramento teórico anterior vai no sentido de se reforçarem os mecanismos de governança que envolvem e capacitam as comunidades locais para uma ação organizada e de proximidade mais participativa e proativa ao nível do desenvolvimento local sustentável. A mudança nos mecanismos de governança implica também aprendizagens e inovação ao nível das autoridades e dos agentes de desenvolvimento rural, incluindo as entidades de ensino e investigação. A iniciativa Acontece in Loco é, a esse nível, um projeto experimental, no qual a academia funciona como mobilizadora e geradora de conhecimento, mas também como animadora de processos envolvendo uma rede de atores comprometidos com o desenvolvimento sustentável das aldeias de montanha do Minho.

A metodologia do Acontece in Loco tem no seu cerne a realização de um **diagnóstico participativo à escala das comunidades locais**. O diagnóstico é um primeiro passo do planeamento. O planeamento é um processo que implica conceber o futuro desejado, identificar trajetos possíveis para lá chegar e decidir sobre qual ou quais são os mais promissores e exequíveis. O diagnóstico é o processo de recolha e análise da informação sobre a situação inicial, e sobre as dinâmicas em curso, sendo um passo necessário para fundamentar as escolhas quanto às orientações e ações futuras. Quando se fala de um território o planeamento tem de ter em conta a pluralidade de perspetivas dos vários grupos sociais e atores territoriais, o que se consegue envolvendo as pessoas, e as entidades que as representam. É aqui que surgem as metodologias participativas.

A abrangência social da participação no planeamento, e a sua representatividade, permitem: (1) aumentar a capacidade local de conhecimento do meio e dos recursos disponíveis para intervir; (2) conjugar a diversidade de perspetivas existentes nos vários atores sociais e (3) favorecer uma boa utilização dos recursos, nomeadamente por aumentar a coerência e a sinergia entre ações dos diferentes atores (Guerra, 2006). Um diagnóstico participativo deve também ser um fator de potenciação da emergência de redes colaborativas entre

a comunidade e os atores de outros níveis do sistema de governança, permitindo que se criem as ligações facilitadoras da ação mais coordenada e da circulação mais transparente e fluida de informação entre estes atores (Guerra, 2006).

A escala de intervenção é a freguesia, por ser uma unidade territorial com a qual tendem a identificar-se as comunidades locais. Uma freguesia, principalmente em contextos de montanha, pode ter várias aldeias (lugares, formados por um aglomerado de agregados domésticos, com algum distanciamento entre si), mas neste trabalho iremos usar o termo “aldeia” como sinónimo de “freguesia”, considerando que cada vez mais os lugares estão integrados e conectados entre si nesta unidade maior. O conceito de comunidade local de montanha associa-se, então, a um espaço geográfico relativamente pequeno, localizado em altitude, no qual reside um conjunto de famílias entre as quais existem relações de vizinhança, partilha de serviços coletivos e oportunidades de convivialidade, quase sempre associadas a uma cultura e identidade próprias. Para não confundir esta escala de ação com a escala municipal, ou mesmo sub-regional (NUTIII) consideramos pertinente usar o termo “microterritorial”.

A metodologia de diagnóstico participativo do *Acontece in Loco*, aplicada à escala microterritorial de Campo do Gerês, visa:

1. Chegar a um conhecimento mais completo e atual sobre a comunidade, sobre o território e sobre as dinâmicas existentes, integrando várias fontes, mas privilegiando a informação qualitativa, obtida por entrevistas semiestruturadas e através de focus-groups (grupos focais);
2. Incidir sobre várias dimensões da vida social, económica e do uso e gestão dos recursos naturais num diagnóstico territorial integrado, ou seja, adaptar-se à problemática da análise e governança de sistemas sócio-ecológicos;
3. Estabelecer entre os investigadores/técnicos de campo, a comunidade local e os agentes de desenvolvimento local e regional uma aproximação baseada na confiança recíproca e na cooperação, criando vários momentos de interação, com partilha de conhecimento e experiências, e promovendo uma rápida e transparente difusão dos resultados obtidos;
4. Promover e criar rotinas na articulação e reforço positivos entre diferentes tipos de conhecimento (tradicional e local / científico / legal e político), ao privilegiar a realização de atividades no próprio território;

5. Analisar o funcionamento do sistema de governança no sentido de identificar áreas a melhorar para se alcançar um desenvolvimento mais sustentável e resiliente dos territórios.

A abordagem pela lógica dos socio-ecossistemas organizou-se considerando quatro áreas temáticas: (1) Viver e Trabalhar; (2) Agricultura, Pecuária, Florestas e Biodiversidade; (3) Turismo e (4) Governança. O desenho metodológico baseou-se na experiência adquirida num projeto anterior dinamizado pela mesma equipa na freguesia de Sistelo, Arcos de Valdevez, com algumas adaptações (Nogueira *et al.*, 2021).

O processo organizou-se em três fases: (1) preparatória; (2) exploratória e (3) de dinamização e envolvimento da comunidade (Figura 6). Os trabalhos desenvolveram-se entre julho de 2022 e maio de 2023.

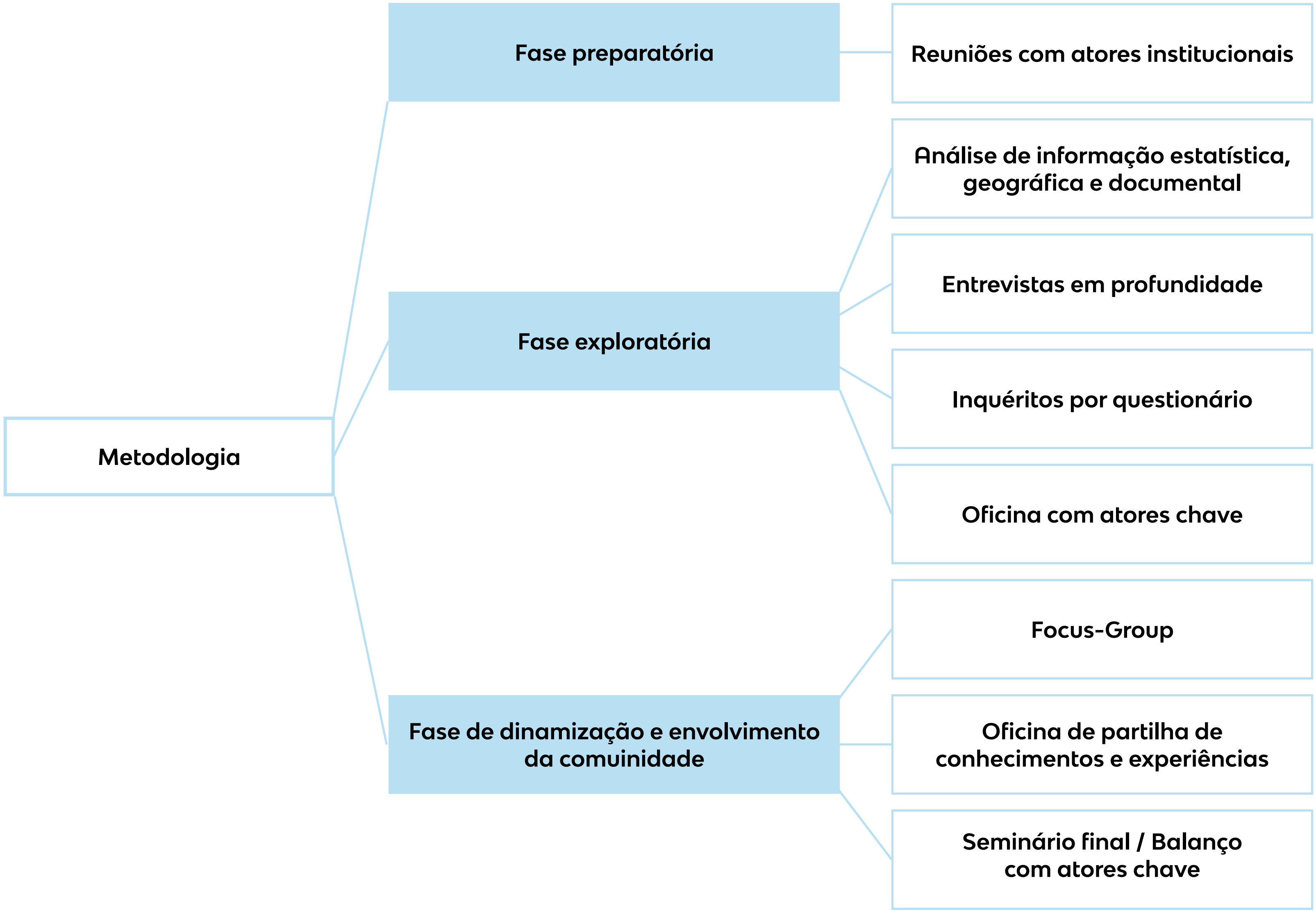


Figura 6 - Metodologia de diagnóstico participativo – fases e técnicas aplicadas

A fase 1 iniciou-se com reuniões preparatórias para clarificar junto das entidades da administração supramunicipal (Comunidade Intermunicipal do Cávado) e municipal (município de Terras de Bouro) os objetivos da intervenção e a metodologia proposta e para recolher uma primeira

perspetiva sobre os atores chave a envolver. Além das duas entidades já referidas consideraram-se os seguintes atores chave: ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ao nível da Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Norte); ATAHCA- Associação das Terras Altas do Homem e Cávado (Grupo de Ação Local LEADER); ADERE-PG Associação para o Desenvolvimento Regional da Peneda-Gerês; Junta de Freguesia de Campo do Gerês; Associação de Compartes de Campo do Gerês; AFurna-Associação dos Antigos Habitantes de Vilarinho da Furna e Associação Cultural Rural Vivo. As quatro últimas entidades têm a sua sede e área de intervenção na freguesia de Campo do Gerês. Complementarmente foram consideradas as Juntas de Freguesia de Carvalheira e de Covide, adjacentes a Campo do Gerês, e a EDP-Barragem de Vilarinho da Furna.

A fase 2 visou reunir informação quantitativa e qualitativa sobre o território, dinâmicas em curso e organização e funcionamento do sistema atual de governança. Nesta fase mobilizaram-se diversas fontes de informação estatística, geográfica e documental para enquadrar o território de estudo em termos biofísicos e socioeconómicos. Paralelamente desenvolveu-se um processo de recolha de informação qualitativa através de entrevistas semiestruturadas a técnicos e ou dirigentes dos atores chave previamente identificados (Quadro 1), incluindo entidades que atuam a uma escala regional (1 a 3) e entidades da comunidade local (4 a 8). Com a EDP - Barragem de Vilarinho da Furna e a Junta de Freguesia de Covide não foi possível realizar entrevista após várias tentativas de contacto.

Quadro 1 - Entrevistas a atores chave

	Entidade	Entrevistado(a)	Método de realização
1	ADERE-PG	Administradora-delegada	Online
2	ATAHCA	Presidente	Presencial
3	ICNF (Direção Regional Norte)	Técnico	Presencial
4	AFURNA	Presidente	Online
5	Associação de Compartes de Campo do Gerês	Presidente	Online
6	Junta de Freguesia de Campo do Gerês	Presidente	Presencial
7	Junta de Freguesia de Carvalheira	Presidente	Online
8	RURAL VIVO	Dirigentes	Online

As entrevistas basearam-se num guião de questões abertas, que orientaram o diálogo em torno das temáticas a abordar: (1) fatores de despovoamento das aldeias, impactos e perspetivas sobre atração de jovens e integração de novos residentes; (2) projetos realizados e projetos previstos para o território; (3) tendências na atividade agrícola e silvo-pastoril e turismo; (4) historial de interação entre entidades locais/supralocais na governança territorial; (5) expectativas face ao futuro.

No âmbito do turismo realizaram-se inquéritos por questionário para caracterizar a oferta e a procura (Quadro 2). Pretendeu-se identificar tendências recentes e perspetivas futuras na atividade turística, bem como clarificar atitudes e perceções dos empreendedores e dos visitantes relativamente à sustentabilidade do modelo atual de turismo e quanto a opções para futuro. O questionário à oferta de serviços aos turistas incidiu no universo de empresas de alojamento, restauração e animação turística com sede em Campo do Gerês, e pretendeu ser exaustivo.

Quadro 2 - Inquéritos por questionário

Descrição	Universo	Método de realização	Nº de respostas válidas	Período temporal
Visitantes	Indeterminado	Presencial	151	8/22- 12/22
Alojamentos turísticos	49	Online	33*	11/22-03/23
Restaurantes/bares/cafés	6	Presencial	5	01/-03/2323
Empresas de animação turística	5**	Presencial	4	02/23-03/23

* Responderam 16 proprietários/gestores, com informação sobre 33 alojamentos turísticos distintos.

** Empresas com sede na Freguesia de Campo do Gerês ou que desenvolvem, com regularidade, uma parte significativa das suas atividades nesta freguesia.

O questionário a visitantes foi realizado por amostragem, tendo-se organizado o trabalho de campo para incluir época alta e época baixa, dias úteis e fins-de-semana, e com pontos de amostragem localizados em diferentes espaços da freguesia.

O inquérito sobre os alojamentos turísticos foi aplicado aos proprietários ou a empresas gestoras desses alojamentos, através da realização de um questionário on-line. A delimitação do universo de alojamentos iniciou-se com uma consulta ao Registo Nacional de Turismo, efetuada em 07-11-2022, abrangendo empreendimentos turísticos e alojamentos locais com localização em Campo do Gerês, concelho de Terras de Bouro. Contabilizaram-se 6 empreendimentos turísticos (5 casas de campo e 1 parque de campismo)

e 39 alojamentos locais. A partir da base de dados do registo, estabeleceu-se contacto telefónico com os proprietários dos 45 alojamentos turísticos para obter o endereço de email atualizado, para o envio do questionário on-line. Este processo permitiu excluir 2 alojamentos, por estarem sem atividade. A informação foi complementada através de pesquisa de alojamentos com informação pública na internet e através de observação direta no território, o que permitiu identificar 6 alojamentos turísticos adicionais, um dos quais a Pousada de Juventude do Gerês, perfazendo um universo de 49. O convite para responder ao questionário online foi efetuado 4 vezes, por telefone e por email, entre 16-11-2022 e 16-03-2023. Obtiveram-se 16 respostas válidas (taxa de resposta de 53,3%), correspondendo a 33 alojamentos distintos (67,3% do universo identificado). Os questionários relativos a restaurantes e a empresas de animação turística foram realizados por entrevista presencial aos proprietários.

As técnicas de entrevista e de questionário permitem obter informação relevante, mas o fluxo de conhecimento gerado com estas técnicas é unidirecional. A metodologia adotada visa criar fluxos bidirecionais de informação que permitam alcançar um novo patamar de conhecimento partilhado sobre as problemáticas do território, e maior capacidade de cooperação entre os vários atores. É este o objetivo da última fase do projeto, primeiro com o envolvimento da comunidade local através de focus-groups, e subsequentemente com a organização de oficinas de partilha de conhecimentos e de experiências e de um seminário final.

A organização dos focus-group, que designamos de “rodas de conversa” (quadro 3), envolveu uma prévia divulgação junto das pessoas da comunidade através do contacto telefónico e recorrendo às redes sociais das entidades regionais e locais. Destacamos aqui a colaboração da Junta de Freguesia de Campo do Gerês, pela possibilidade de divulgação através de um grupo do Facebook. Após solicitação de autorização aos participantes, as sessões foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas, por forma a permitirem a análise de conteúdo. Para cada roda de conversa a equipa preparou um guião de temas, passando sucessivamente a palavra aos vários participantes, assegurando que todas as pessoas tinham igual oportunidade de ser ouvidas.

Quadro 3 – Rodas de Conversa com a Comunidade Local

Tema	Nº de Participantes	Local
Viver e trabalhar numa aldeia de montanha, Campo do Gerês	18	Antiga Escola Primária
A Comunidade a Valorizar e a Gerir a Terra e o Monte - Agro-silvo-pastorícia; Floresta e Biodiversidade	4	Antiga Escola Primária
Ecoturismo e Sustentabilidade dos Territórios (Tarefa colaborativa)	24	Museu de Vilarinho da Furna

Para alcançar os objetivos de animação e capacitação comunitária, e do fortalecimento de lógicas cooperativas entre os vários atores locais e regionais associados ao território, organizaram-se quatro oficinas de partilha de conhecimentos e experiências (Quadro 4). A escolha dos temas e a própria organização foram asseguradas pela equipa de projeto (ESA-IPVC) em colaboração estreita com atores locais e regionais, colocando em prática o modelo de rede colaborativa.

Quadro 4 – Oficinas de Partilha de conhecimentos e experiências

Descrição	Co-organizadores	N.º participantes
Modelos educativos e aprendizagens em territórios de baixa densidade / aldeias de montanha	Rural Vivo	19
Ecoturismo e sustentabilidade dos territórios: Campo do Gerês e PNPG (conferências por oradores convidados)	Gerês Viver Turismo – Associação de Defesa e Promoção do Gerês, ADERE Peneda-Gerês	24
A nossa Natureza, a nossa Escola - Interpretação e Valorização dos Valores Naturais	Município de Terras de Bouro, ICNF, Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro, Associação de Estudantes da Escola Básica e Secundária de Terras de Bouro e Keen Tours	22
Valorizar e conservar terras e montes em Campo do Gerês e PNPG	Associação de Compartes de Campo do Gerês	18

Aos jovens participantes na atividade “A nossa Natureza, a nossa Escola” solitou-se a resposta a um questionário on-line de avaliação de satisfação com a atividade, tendo-se obtido 18 respostas.

A mesma lógica colaborativa permitiu organizar um seminário final coincidente com a celebração do Dia Europeu dos Parques 2023, com a temática: Conservar as nossas raízes, conservar a natureza (24 de maio). A organização conjunta envolveu a equipa ESA-IPVC, a ADERE-PG, a CIM – Cávado, Associação Cultural Rural Vivo, Associação de Compartes de Campo do Gerês e empresa Keen Tours. Teve como objetivos a apresentação de uma síntese dos resultados do projeto, a promoção de um debate entre

os diferentes atores chave da governança do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) e iniciativas simbólicas de enraizamento dos participantes nos valores naturais e culturais de Campo do Gerês.

Numa lógica de comunicação transparente e aberta entre todas as partes interessadas, e com o público em geral, assegurou-se a elaboração de relatórios com informação relevante sobre as diversas atividades organizadas, cuja consulta é possível em: <https://www.cimcavado.pt/acontece-in-loco/>

3. O território de estudo no contexto regional

Campo do Gerês é uma freguesia de montanha localizada no concelho de Terras de Bouro em plena serra do Gerês (Figura 7). O território caracteriza-se como um espaço rural de altitude, de baixa densidade e periférico relativamente às centralidades urbanas e aos espaços mais dinâmicos de decisão-ação. As condições naturais são influenciadas pelos alinhamentos montanhosos das serras Galaico-Portuguesas, que constituem a barreira de condensação do Noroeste Português. Para se compreender a trajetória de transformação recente do sistema socio-ecológico de Campo do Gerês interessa considerar as características biofísicas específicas do território e perceber, de forma integrada, as dinâmicas sociais e económicas para, a partir daí, pensar os futuros possíveis.

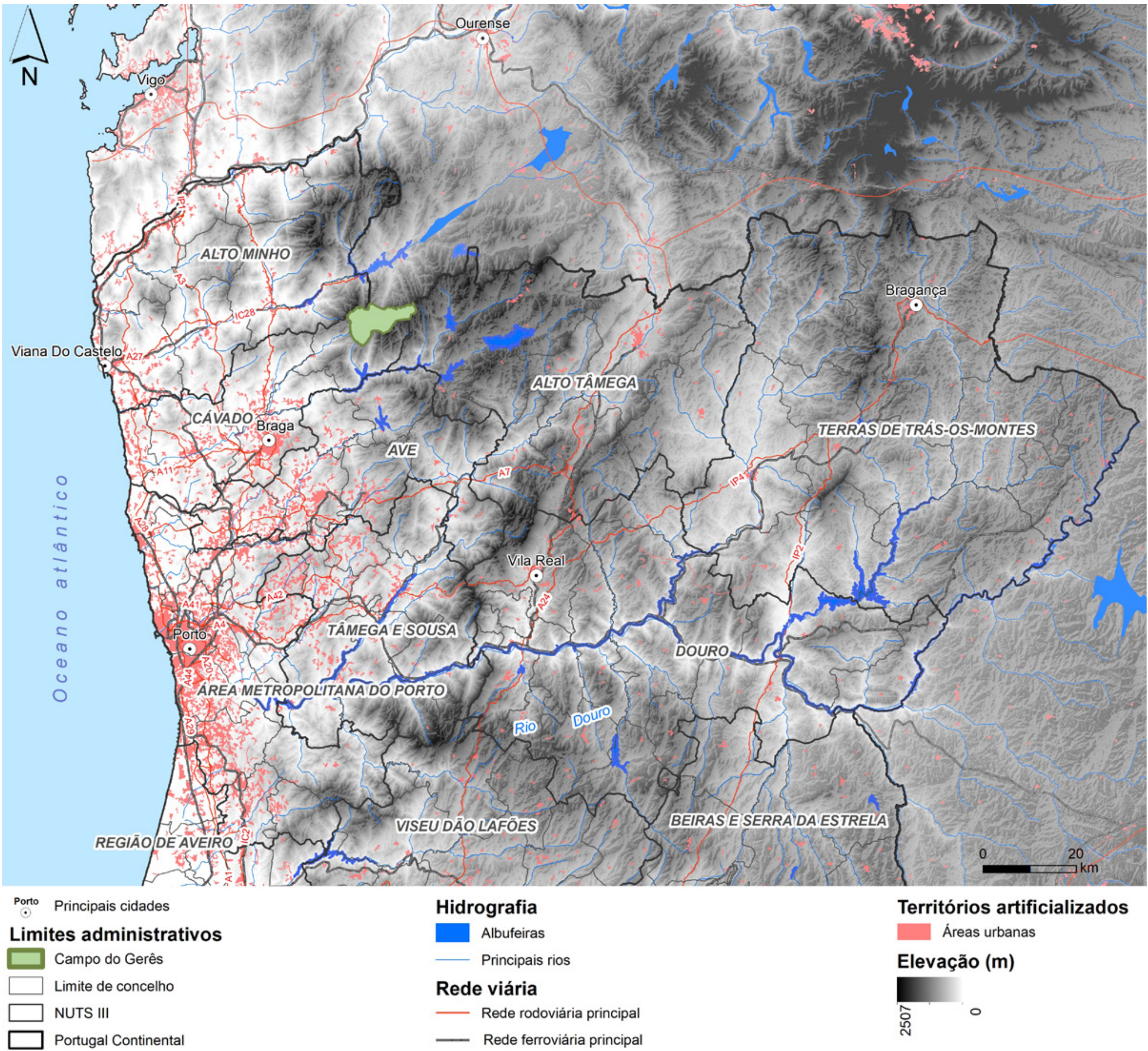


Figura 7 - Enquadramento geográfico da freguesia de Campo do Gerês no contexto regional

3.1. Caracterização e análise biofísica

O clima e a sua diversidade

Este território insere-se na região de transição entre as influências atlântica e setentrional e as mediterrânicas e meridionais, traduzindo-se num clima de temperaturas amenas, com pequenas amplitudes térmicas e forte pluviosidade média (precipitação média anual da ordem dos 2200 mm). Estas características resultam da sua posição geográfica, da proximidade do oceano atlântico e da forma e disposição do grande maciço montanhoso da Peneda-Gerês, que condiciona a penetração de massas de ar húmidas oceânicas para os territórios do interior.

O clima da região é classificado predominantemente como “super-húmido” (A) (Thornthwaite), mesotérmico, com moderada falta de água no verão e com pequena eficiência térmica no verão. Segundo a classificação climática de Köppen, a região apresenta predominantemente um clima do tipo Csb, que corresponde a um clima temperado com Inverno suave e Verão seco, longo e fresco.

A zonagem (agro)climatológica do território (Figura 8) evidencia uma toposequência que resulta das relações complexas entre a altitude, a temperatura e a precipitação, que definem áreas de:

- i. Terra de Transição, em zonas de encosta com cotas compreendidas entre 400 e 600 m, temperatura média anual inferior a 14°C e superior a 12,5°C, correspondendo principalmente ao setor inferior da albufeira de Vilarinho da Furna;
- ii. Terra Temperada Fria, com temperatura média anual entre os 10,5°C e os 12°C, altitudes entre 600 e 900 m, correspondendo a plataformas planálticas e montanhosas dos maciços montanhosos com alguns interflúvios de feição mais montanhosa;
- iii. Terra Fria de Montanha, a altitudes entre 900 e 1200 m nas serras Amarela e do Gerês, em que predominam as temperaturas médias anuais inferiores a 10,5°C e valores de precipitação que podem ser superiores a 2400 mm;
- iv. Terra Fria de Alta Montanha, a altitudes superiores a 1200 m na serra do Gerês, em que predominam as temperaturas médias anuais inferiores a 9,5°C e valores de precipitação que podem ser superiores a 2400 mm.

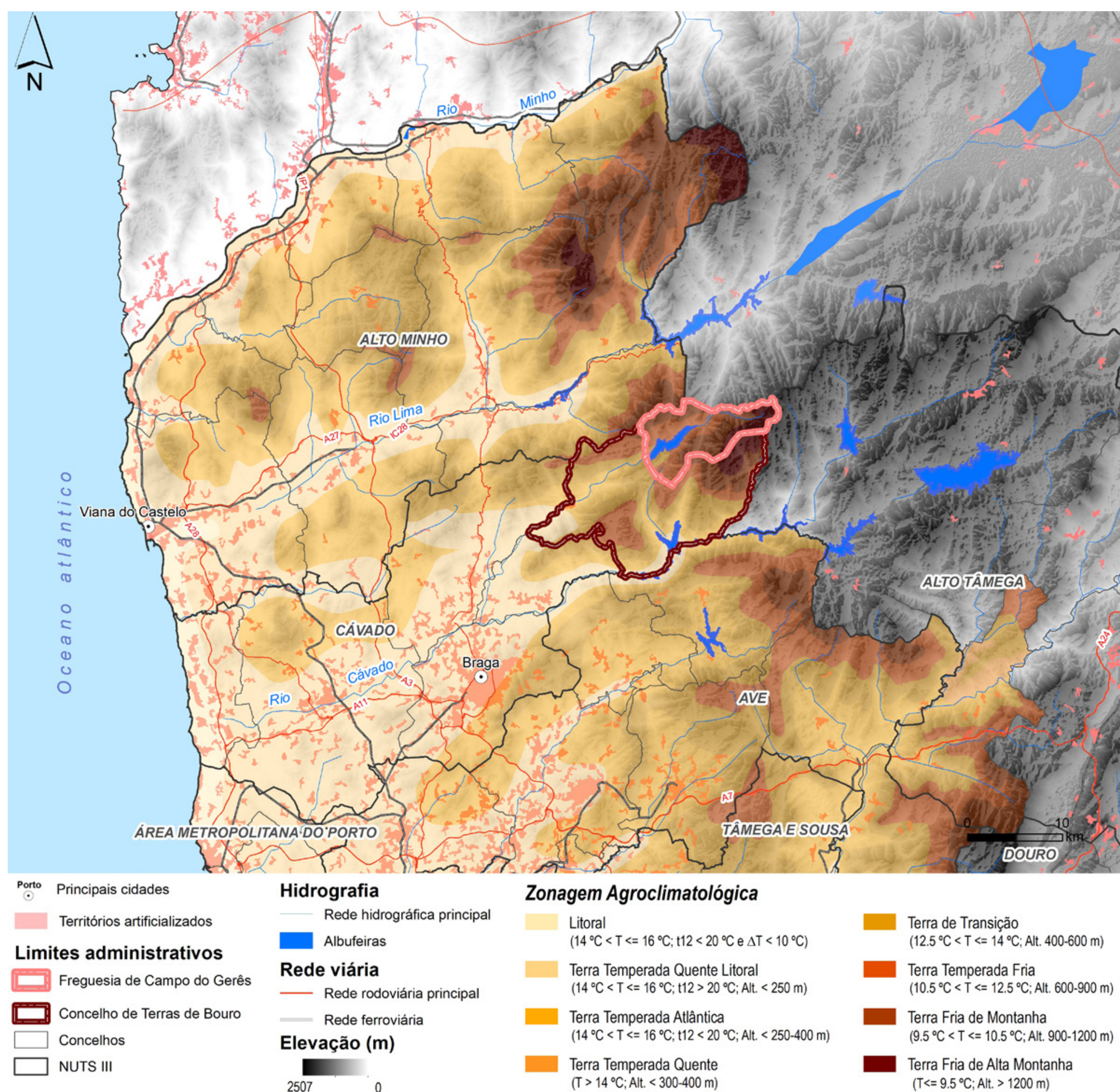


Figura 8 – Zonagem (agro)climatológica da área proposta, evidenciando uma notável diversidade de condições climáticas, na sua relação com a altitude e o relevo.

O esboço das regiões climáticas de Portugal (Daveau *et al.*, 1985), coloca o complexo montanhoso Peneda-Gerês do Noroeste Português em climas marítimos montanhosos, devido à escadaria topográfica que permite a ascensão das massas, submetendo esta região a valores elevados de precipitação e períodos nublados. A variação espacial da precipitação média anual pode ultrapassar os 3000 mm (ombroclima hiper-húmido), excetuando-se uma pequena franja da encosta sul do vale do rio Homem com altitudes inferiores a 900 metros, desde a confluência do ribeiro da Mó na albufeira de Vilarinho da Furna até à localidade de Pereira. Esta zona apresenta valores anuais que variam entre 2500 mm e 3000 mm. Para altitudes superiores, a precipitação média anual aumenta gradualmente com a altitude, atingindo valores superiores a 3500 mm (Figura 9).

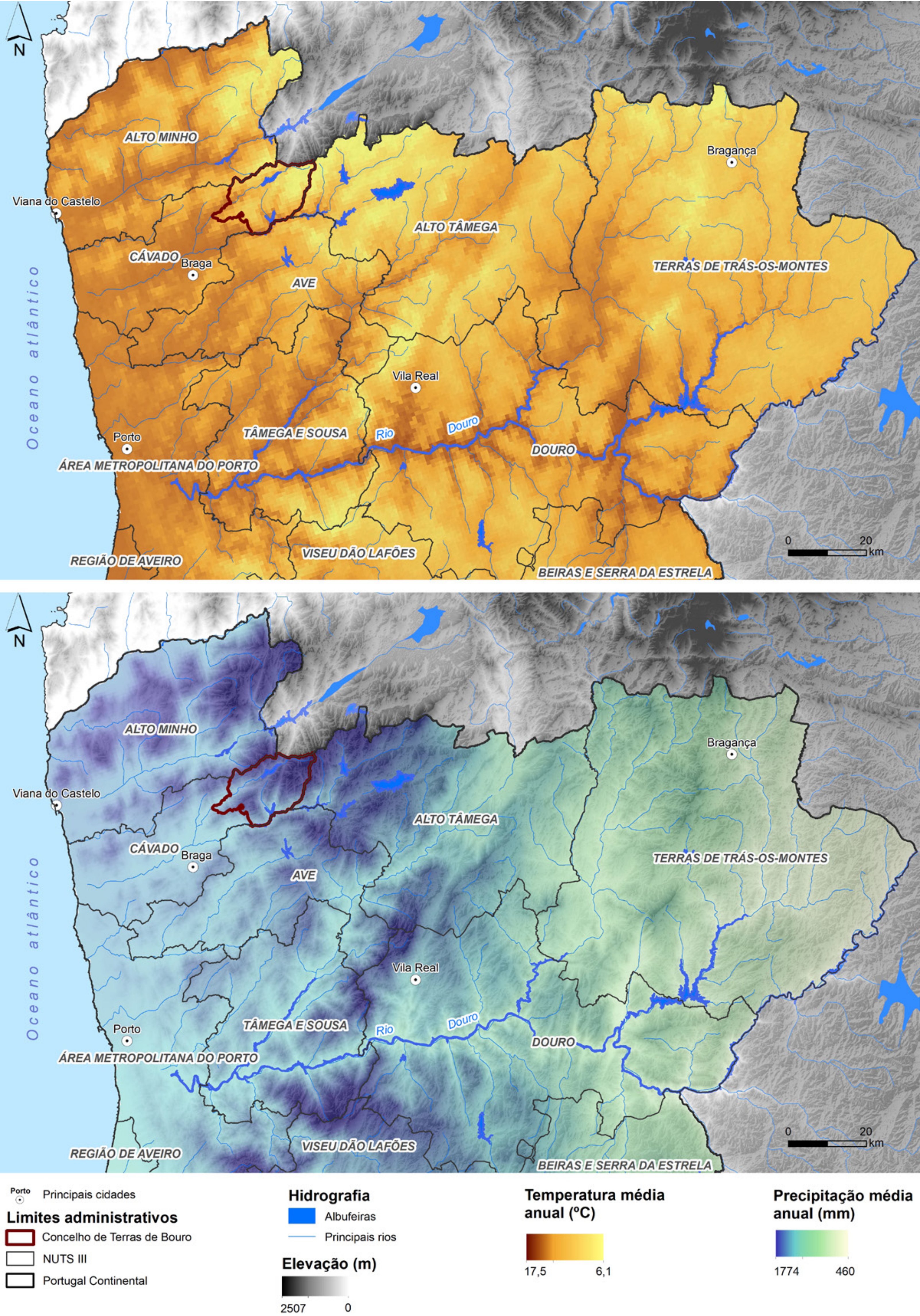


Figura 9 – Enquadramento no contexto climático regional: (em cima) temperatura média anual; (em baixo) precipitação total anual (média).

A altitude e disposição do relevo contribuem localmente para uma acentuada assimetria na distribuição da **precipitação**, cujos elevados quantitativos contribuem decisivamente para a recarga dos rios desta região. Os meses de Outono, Inverno e Primavera são muito chuvosos, e os meses de julho e agosto os menos chuvosos, mas ainda com valores de precipitação significativos, verificando-se a inexistência de qualquer mês seco (o número de dias de precipitação é superior a 100 por ano). O clima da região é também marcado por extremos de temperatura de inverno, grandes amplitudes térmicas diária e anual, alta variabilidade climática interanual e cobertura de neve parte do ano.

Segundo o Atlas do Ambiente, a intensidade de **radiação solar** média inferior a 140 kcal/cm², com os valores de insolação mais elevados a serem registados nas zonas serranas. A **insolação** média anual (número de horas de sol descoberto) é inferior a 1800 h/ano, revelando uma estreita relação com a altitude. A **humidade** relativa média anual apresenta valores compreendidos entre 75% e 80%, e a **evapotranspiração** real varia entre 600 e 700 mm. Neste quadro, os períodos de stress hídrico encontram-se reduzidos a períodos limitados de Verão. As **geadas** podem ocorrer durante 10-20 dias por ano, com uma permanência entre 2 a 3 meses nas zonas de maior altitude.

No âmbito este quadro geral, observa-se uma elevada variabilidade local da precipitação, da temperatura, da insolação, das cargas térmicas sobre as superfícies, da humidade relativa do ar, da evapotranspiração e da probabilidade espacio-temporal de ocorrência de eventos climáticos extremos, como nevões, geadas e ondas de calor. A altitude, a orientação dos vales, a exposição das encostas e outros aspetos fisiográficos e microtopográficos explicam a existência de diferenças, gradientes e contrastes de condições naturais, em particular ao nível climático e das dimensões físicas, químicas e biológicas como seja a humidade do solo (Figura 10), aqui representado pelo índice topográfico de humidade (*Topographic Wetness Index*, TWI), que descreve a tendência de fluxo de acumulação de água no terreno (Quinn *et al.*, 1995). Esta diversidade e complexidade de condições definem a formação local de microclimas de elevada frequência espacial e temporal (Quinn *et al.*, 1995).

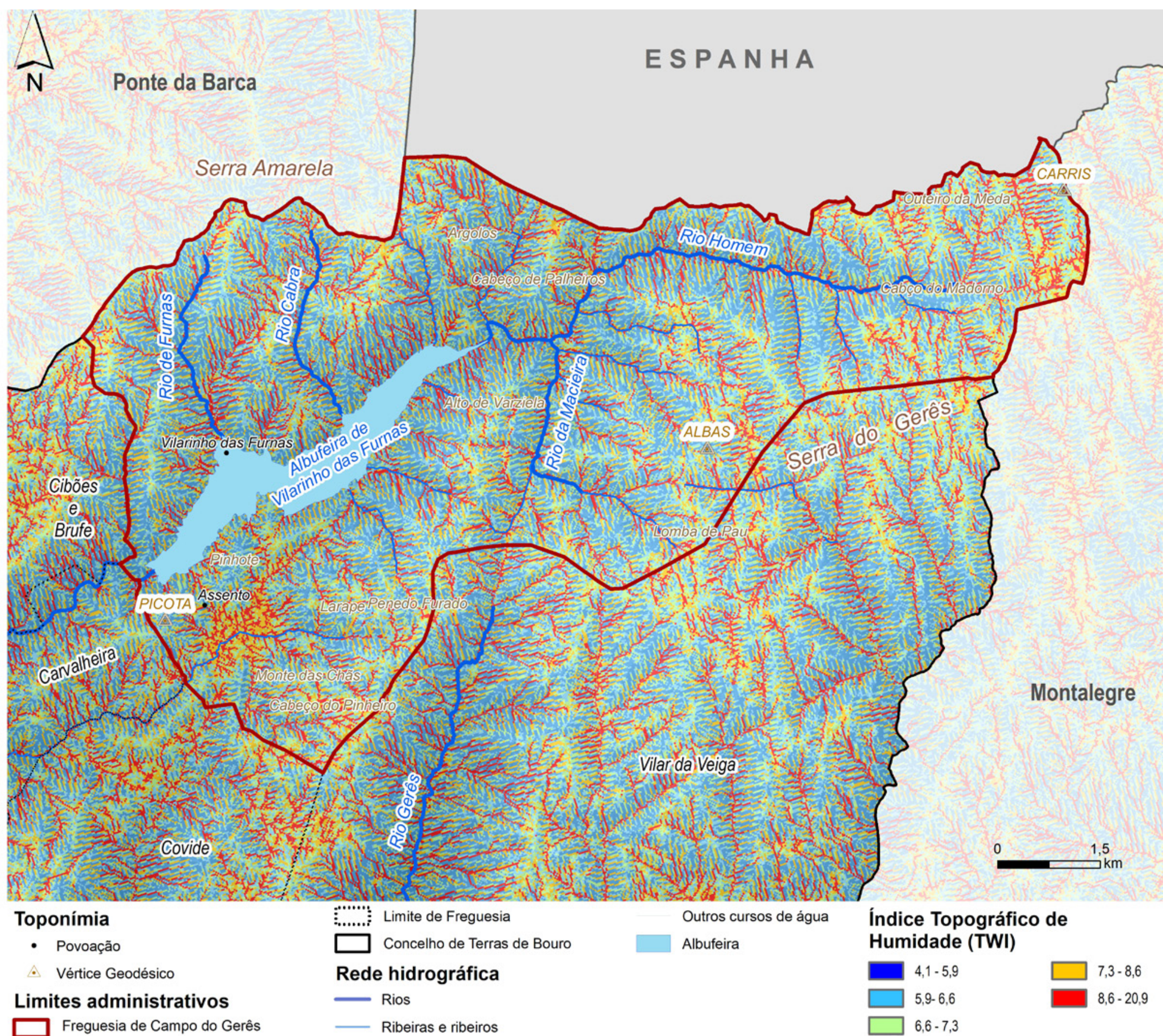


Figura 10 – Distribuição do Índice Topográfico de Humidade.

A riqueza e o potencial dos recursos geológicos

Do ponto de vista **geológico**, predominam rochas graníticas hercínicas (320 a 280 Ma) com características mineralógico-texturais variáveis, mediante as suas idades e origens, com granitos porfiróides biotíticos de grão grosseiro a médio, podendo estes ser biotíticos e de duas micas. Em termos de mineralização, nos filões de quartzo ocorreram explorações de estanho (Sn) e tungsténio (W) na zona de Carris e Borrageiro, embora esta zona tenha tido um papel central na exploração de volfrâmio durante a II Guerra Mundial. Em simultâneo verifica-se a existência de uma concessão mineira em recuperação ambiental que corresponde a Salto do Lobo (Mina de Carris), que explorava granitos (Pereira e Pereira, 2020).

A ocorrência de depósitos quaternários predominantemente areno-argilosos e de cascalheiras de fundo do vale, com maior espessura e profundidade, ocorrem com maior desenvolvimento no vale do rio Homem, relacionando-se com a atividade fluvial. Estas unidades geológicas relacionam-se com uma rede de fracturação do maciço granítico, evidenciado pelo traçado retilíneo da rede hidrográfica e pelo paralelismo dos alinhamentos dos rios, com destaque para a falha de orientação N-S do Gerês, responsável pelas nascentes termais da região, bem como de falhas ortogonais com a direção principal NW-SE, e que define a orientação do rio principal (Figura 11).

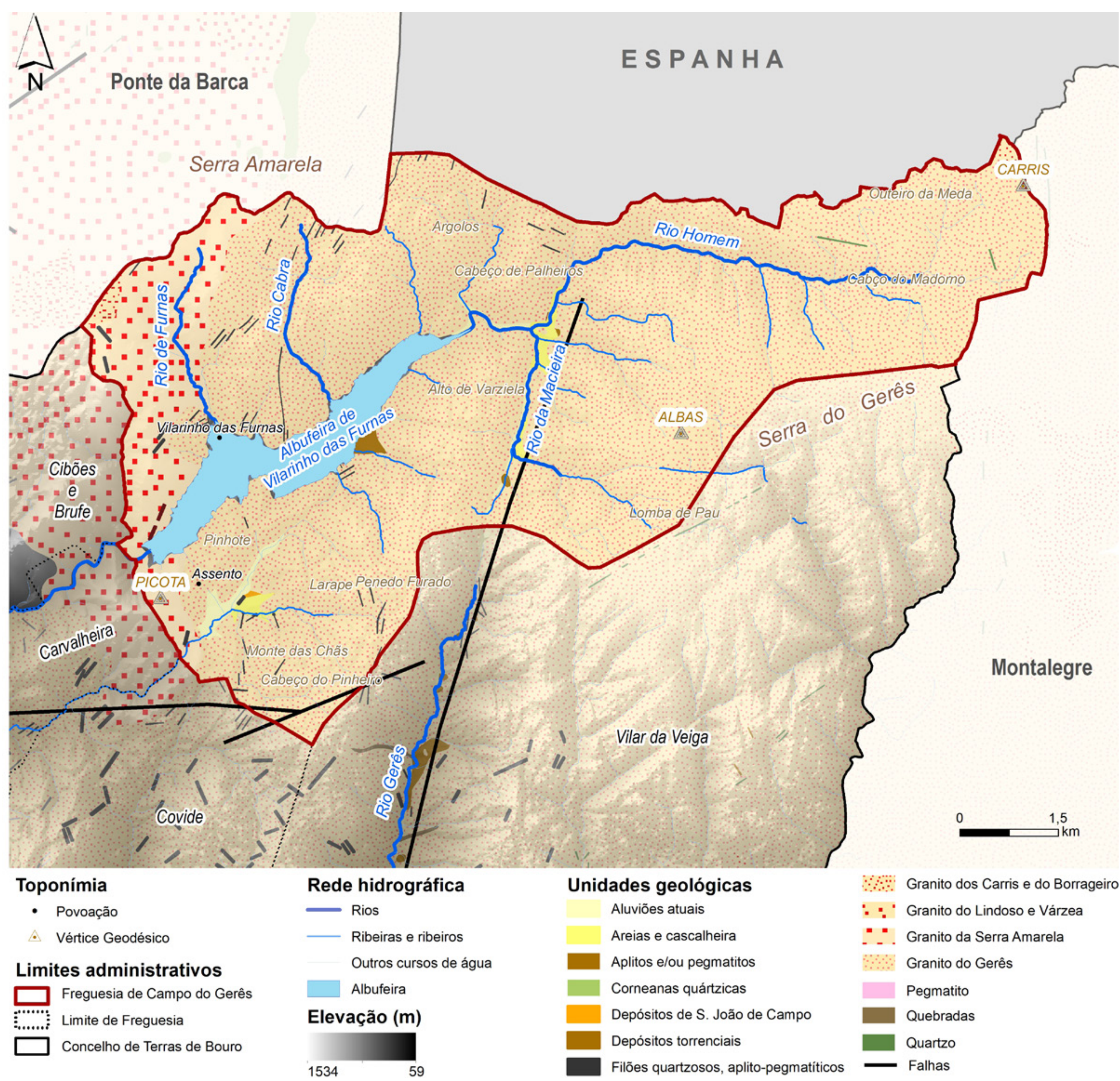


Figura 11 – Formações litológicas e outros aspetos da geologia.

O património geológico associado à paisagem natural marcadamente de montanha apresenta uma **geodiversidade** expressa pela variedade das fácies graníticas (Peixoto, 2008), bem como por corpos filonianos, mineralizações e vestígios de atividade extrativa e outros aspetos, como a tectónica, a hidrogeologia e a geomorfologia granítica e glaciária. Estes recursos encontram-se valorizados pelo investimento ao nível da inventariação e caracterização de geossítios, além da elaboração de propostas de percursos geológicos interpretativos, dos quais se destacam:

- i. Falhado Gerês, com interesse tectónico, hidrogeológico e geomorfológico, com traçado NNE-SSW, forte expressão no relevo e nascentes termais associadas;
- ii. Vale do Homem, com uma morfologia glaciária de vale em U e onde ocorrem vários vestígios glaciários, como são os casos do *till* da Portela do Homem, na Serra do Gerês, um indicador da morfogénese glaciária no vale do Rio Homem e de piscinas glaciárias, na base de degraus do leito, originando cascatas;
- iii. Salto do Lobo (Mina dos Carris), com vestígios do antigo desmonte e diversas escombrelas de atividade extrativa e da exploração de W, Sn, e Mo;
- iv. Pé de Cabril, um dos vários exemplares de pegmatito granítico com quartzo hialino e fumado, microlina e ortose perítica, plagioclase e turmalina.

Hidrografia e hidrologia

Nas áreas de maior altitude da freguesia encontram-se linhas de água com leitos abruptos e regimes torrenciais, apresentando na maioria caudais temporários. Uma grande extensão da rede hidrográfica da freguesia corresponde a cursos de água de pequena dimensão e ordem secundária, com leitos estreitos, pouco profundos e pedregosos, e na sua maior parte com caudais permanentes de excelente qualidade física, química e biológica, por ausência de pressões humanas significativas e permanentes. Nos troços médios e inferiores dos cursos de água com margens estáveis ou localizados em zonas de vale com deposição aluvionar, as formações ripícolas arbóreas constituem florestas-galeria de estrutura linear, contínua e relativamente bem conservadas.

O rio Homem configura-se o principal rio da freguesia, atravessando-a no sentido NE-SW, acompanhando a trajetória das principais fraturas que afetam o maciço granítico. Nasce na serra do Gerês a uma altitude de 1537 m e percorre cerca de 45 km até desaguar na margem direita do rio Cávado a 66 m de altitude, na freguesia de Soutelo em Vila Verde (Amares), drenando uma área de 256 km².

Na freguesia de Campo do Gerês, o troço do rio Homem desde a nascente e a Albufeira de Vilarinho da Furna dista cerca de 17 km e drena uma área com aproximadamente 60 km², numa bacia de forma alongada, excecionalmente bem drenada e com baixa probabilidade à ocorrência de cheias. Os principais afluentes são o ribeiro da Alta, o rio Cabra e o rio de Furnas, na margem direita, e a ribeira da Roda e os rios da Macieira e da Mó, na margem esquerda.

Do ponto de vista da **hidrogeologia**, o território encontra-se inserido na grande unidade hidrogeológica do Maciço Antigo, constituída fundamentalmente por rochas cristalinas (ígneas e metamórficas), em geral com fraca aptidão hidrogeológica, sendo os respetivos recursos hídricos subterrâneos relativamente escassos. Como tal, ocorrem aquíferos descontínuos, nos quais a circulação hidrogeológica tem lugar, fundamentalmente, em meios fissurados e, em menor medida, em meios porosos.

Os **recursos hídricos subterrâneos** desta área constam, essencialmente, de águas subterrâneas normais, as quais ocorrem no Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Cávado, cuja recarga é feita por infiltração da água da chuva a partir de cursos de água (cursos de água influentes), e no caso de aquíferos multicamada, a partir da drenância de camadas adjacentes, apresentando em termos médios uma disponibilidade hídrica global média anual na ordem dos 133 hm³/ano. Tendo em conta as características hidrogeológicas da região, a circulação de água subterrânea é efetuada de modo preferencial por fraturas e/ou falhas ou em zonas de alteração. Por outro lado, importa referir a presença de águas minerais associadas a aquíferos profundos. Estes recursos hídricos subterrâneos, utilizáveis para fins terapêuticos em estabelecimentos termiais, são de elevado interesse, devido ao seu elevado valor económico, bem como ao património histórico e cultural que, com frequência, lhes está associado. As águas subterrâneas existentes são, comumente, utilizadas para consumo humano público e privado e para uso agrícola.

Sob o ponto de vista da importância para a circulação hídrica regional, destaca-se a área da freguesia onde ocorrem rochas graníticas e em que a ocupação do solo é dominada por matos e afloramentos rochosos. A água aqui infiltrada deverá percorrer maiores distâncias e atingir maiores profundidades antes de emergir em zonas topograficamente mais deprimidas, e os recursos hídricos com origem nesta área tendem a ter melhor qualidade química e microbiológica, devido à menor concentração das atividades antrópicas.

Orografia, topografia e os padrões de ocupação e uso solo

A morfologia é dominada pelo vale profundo do rio Homem com orientação predominante NE-SW, e dos seus tributários, seguindo linhas tectónicas importantes. No conjunto do território, predominam as áreas montanhosas com cotas superiores a 1000 m, seguidas das áreas de meia encosta compreendidas entre 600 e 900 m de altitude, por onde correm os afluentes do rio principal, e da área de vale, com altitudes inferiores a 600 m e circunscrita ao plano de água da albufeira de Vilarinho da Furna (Figura 12). As características geomorfológicas do vale fluvial do rio Homem, nomeadamente o encaixe do vale e os acentuados declives do talvegue, permitiram a instalação do **empreendimento hidroelétrico** de Vilarinho da Furna.

A topografia é dominada por um relevo bastante vigoroso, típico de montanha, com o ponto mais alto a atingir 1538 m na serra do Gerês e um valor mínimo de 480 m no setor ocidental, a jusante da albufeira. A partir dos pontos superiores, verificam-se predominantemente zonas convexas pronunciadas com **declives** fortes (25 a 40%) a abruptos (> 40%), associados a vertentes escarpadas dos vales fechados dos tributários que confluem para o rio Homem. As linhas de água permanentes localizadas em vales profundos orientados pela faturação das rochas, originam escoamentos paralelos e com grande poder de transporte. O escoamento termina invariavelmente no plano de água da albufeira de Vilarinho da Furna onde as velocidades de transporte diminuem e se processa a deposição de materiais. As zonas planas (com declives inferiores a 5%) ou com declives suaves (entre 5 e 15%) encontram-se associadas aos planaltos das serras, e aos fundos do vale do principal curso de água. Em termos de **exposição solar**, predominam as encostas orientadas a Sul e as respetivas colaterais, Sudoeste e Sudeste, verificando-se que o número de horas de sol recebidas durante o ano é mais elevado, proporcionando condições mais amenas e regimes menos húmidos que nas vertentes opostas.

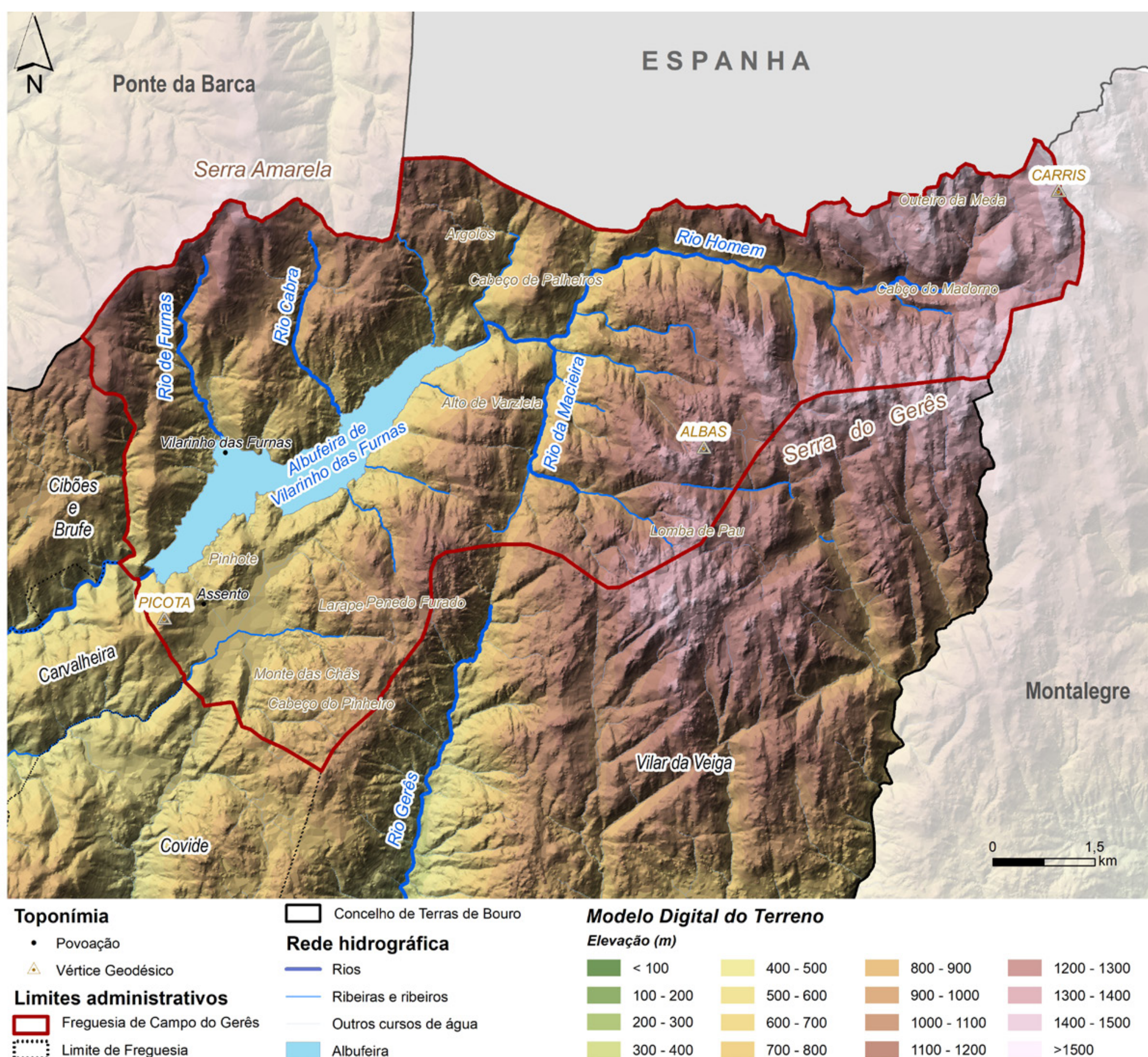


Figura 12 – Modelo digital de elevação, evidenciando a amplitude altitudinal e a presença do maciço montanhoso da Peneda-Gerês, individualizados pelo vale do rio Homem.

A composição da rocha subjacente influencia acentuadamente as características físicas (sobretudo na granulometria) e químicas (sobretudo bases de troca) dos solos derivados. Os **solos** locais formaram-se maioritariamente a partir de uma base litológica de materiais resultantes da alteração e desagregação do substrato granítico por ação dos agentes de meteorização, de intensidade variável em função do clima, do relevo e da vegetação, originando materiais soltos com granulometria e espessura variáveis. De um modo geral, os solos do território são insaturados, apresentando valores de pH entre 5.0 - 5.5 e médios teores em matéria orgânica, sobretudo nas áreas de pluviosidade mais elevada e temperatura média inferior (Agroconcultores e Geometral, 1999).

Em termos pedológicos (Figura 13), predominam os **Leptossolos** [LP] que ocorrem nas áreas mais elevadas e de relevo mais rigoroso, e se caracterizam por serem solos naturalmente delgados e poucos evoluídos ou encontram-se acentuadamente erodidos, de elevada pedregosidade e de reduzida fertilidade, derivados da base granítica de fraca espessura. Os **Regossolos** [RG], essencialmente de origem granítica, são constituídos por materiais muito heterogêneos e de fertilidade mediana que correspondem à grande maioria dos solos da Veiga de São João, associada ao leito de cheia da ribeira da Roda, a altitudes que rondam os 600 metros. Estes solos correspondem aos solos cultivados ao longo de gerações onde se pratica uma agricultura tradicional em regime de policultura, em paralelo com a pastorícia. As parcelas agrícolas são descontínuas por pequenos bosquetes de folhosas, alguns matos e pela ribeira da Roda, formando, em conjunto, uma paisagem mais diversa e um mosaico de habitats muito rico em biodiversidade. Os **Arenossolos** [AR], essencialmente de origem granítica, correspondem aos solos da albufeira de Vilarinho da Furna.

A estas unidades de solos correspondem diferentes condições e características no que se refere a fatores como a espessura útil e grau de limitação à produção. Em geral, verifica-se a forte dominância de solos com limitações para o uso agrário, nas quais se destacam: (i) espessura (afetando as condições de enraizamento das plantas); (ii) pedregosidade (que constitui obstáculo às práticas culturais); (iii) declive (condicionando a instalação das culturas e as práticas culturais, especialmente as mecanizadas, bem como determinando o risco de erosão). Face às limitações, a aptidão das terras para usos agrários é maioritariamente nula (agrícola e pastagem melhorada) ou marginal (uso florestal), excetuando-se a área aplanada da Veiga de S. João, uma vez que a abundância de água e as suas características tornam o solo fértil e adequado à prática agrícola.

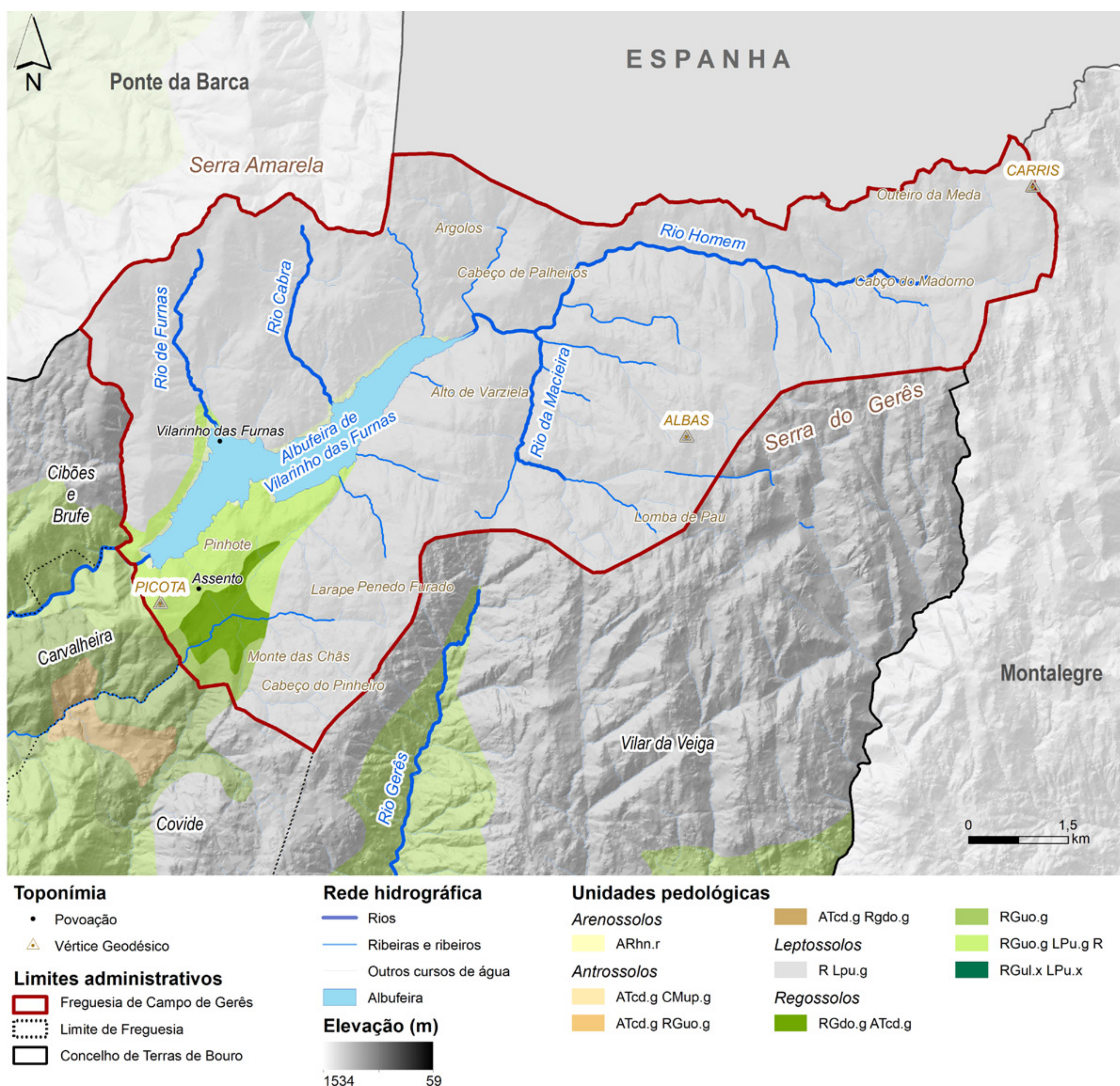


Figura 13 – Carta das unidades pedológicas mais representativas.

Legenda: Arenossolos háplicos não cultivados em areias de dunas [ARhn.r]. Antrossolos cumúlicos dístricos em granitos e rochas afins [ATcd.g]. Leptossolos úmbricos em granitos e rochas afins [LPu.g]. Regossolos dístricos órticos em granitos e rochas afins [RGdo.g]; Regossolos úmbricos órticos em granitos ou rochas afins [RGuo.g].

3.1.1. Distribuição e evolução da ocupação e uso do solo

A diversidade das condições naturais presentes na freguesia de Campo do Gerês resulta na diferenciação dos padrões e da evolução de ocupação e uso do solo, e contribuem para a definição de diferentes unidades de uso e gestão da paisagem. A ocupação e o uso do solo resultam da interação entre as condições,

os processos naturais e a intervenção histórica e recente do ser humano, condicionados pela realidade socioeconómica, as opções político-institucionais e a evolução tecnológica.

Estes espaços possuem uma elevada frequência espacial e uma notável diversidade de classes de **ocupação/uso do solo** (Figura 14), que estabelecem a matriz rural e agroflorestal do território contendo: i) espaços abertos seminaturais, com vegetação herbácea-arbustiva ou desprovidas de vegetação, dominantes nos planaltos e outras áreas de altitude, em solos pobres sem aptidão agrícola ou florestal; ii) espaços florestais que ocupam principalmente as zonas intermédias de vale, início de vertente e meia-encosta, apesar de poderem subir para os vales de altitude em função das condições climáticas, da disponibilidade de água e da fertilidade de sol; iii) espaços agrícolas de culturas temporárias de sequeiro e regadio, localizadas nos terrenos férteis da veiga de S. João; e iv) espaços urbanos que correspondem aos aglomerados habitacionais de Campo do Gerês.

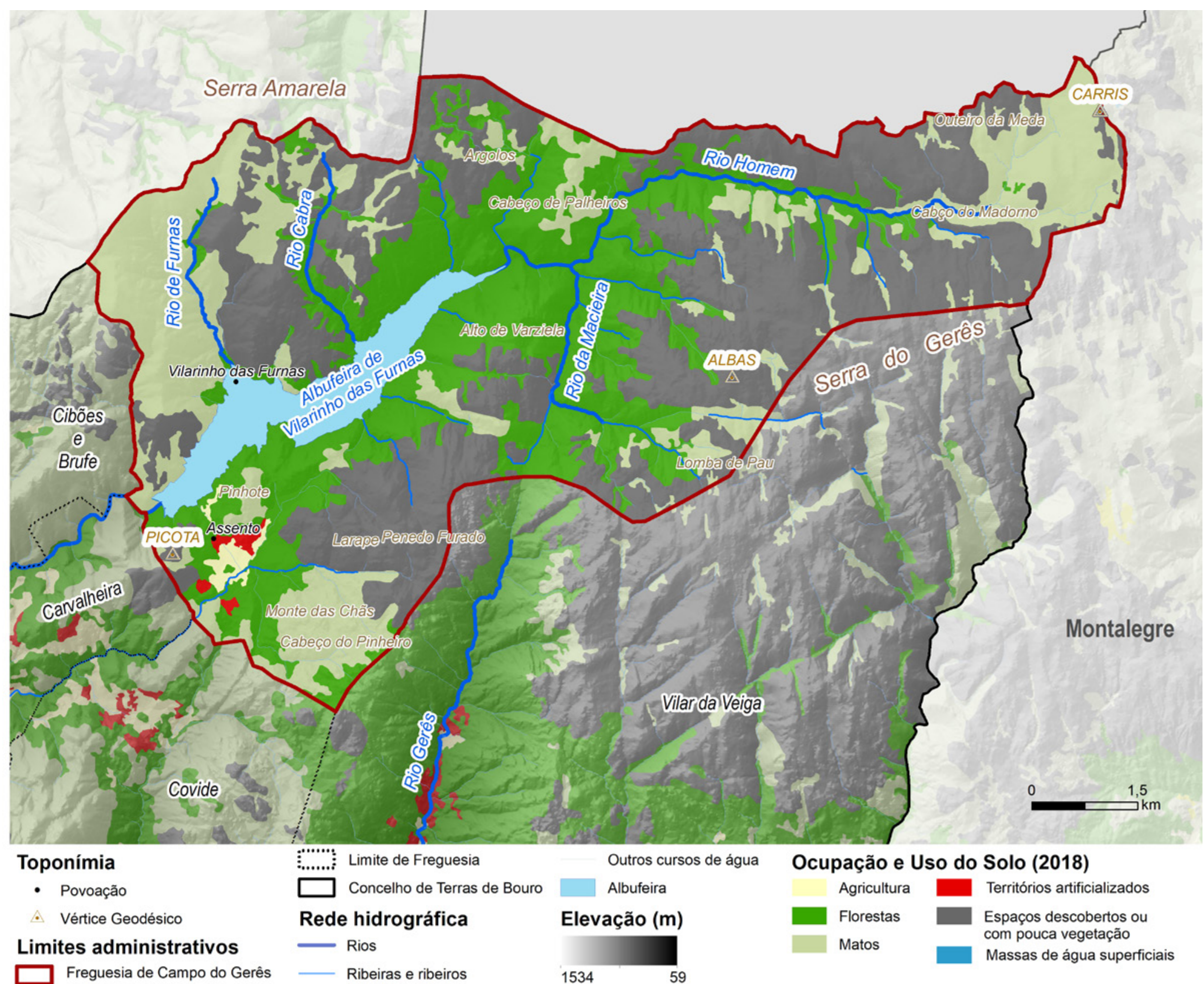


Figura 14 – Distribuição da ocupação e uso do solo na freguesia de Campo de Gerês em 2018.

A composição geral da paisagem (em termos da área ocupada pelos tipos de uso/ocupação do solo mais representativos) manteve-se praticamente inalterada ao longo dos últimos 23 anos (Quadro 5). As populações souberam afeiçoar os usos às características naturais de cada parcela do território, sem gerar perturbações expressivas nos sistemas ambientais (Alves *et al.*, 2022).

Quadro 5 - Representatividade das classes de ocupação do solo no período 1995-2018

Classes de ocupação do solo	Área total por classe (%)												Variação 1995-2018	
	1995		2000		2007		2010		2015		2018			
	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)
Territórios artificializados	16,3	0,2	17,3	0,3	20,3	0,3	20,3	0,3	20,3	0,3	20,3	0,3	4,0	0,1
Agricultura	35,4	0,5	50,1	0,7	34,1	0,5	34,1	0,5	34,1	0,5	34,1	0,5	-1,3	0,0
Florestas	1869,5	27,2	1302,8	19,0	2094,6	30,5	2097,2	30,5	2091,9	30,4	2091,9	30,4	222,4	3,2
Matos	1869,8	27,2	1835,3	26,7	1642,0	23,9	1639,3	23,8	1644,7	23,9	1644,7	23,9	-225,1	-3,3
Espaços descobertos ou com pouca vegetação	2738,4	39,8	3346,1	48,7	2738,4	39,8	2738,4	39,8	2738,4	39,8	2738,4	39,8	0,0	0,0
Massas de água superficiais	347,1	5,0	316,2	4,6	347,1	5,0	347,1	5,0	347,1	5,0	347,1	5,0	0,0	0,0

As **mudanças** de ocupação e uso do solo observadas nas últimas décadas (1995-2018) resultam, em grande medida, da complexidade socio-ecológica de estado e resposta promovida por diversos **promotores locais**, dos quais se destacam: i) o decréscimo dos efetivos agropecuários; ii) o reforço do papel do planeamento e ordenamento municipal e local; e acima de tudo iii) o aumento do número, recorrência e extensão dos incêndios florestais e rurais; iv) e à utilização recreativa e outras formas de utilização por entidades externas. Estes processos imprimiram mudanças de ocupação e uso do solo (Quadro 6), nomeadamente:

- i. um aumento pouco expressivo das áreas de floresta, traduzida por uma tendência de recuperação principalmente das áreas de quercíneas, mas também de resinosas e outras folhosas;
- ii. uma diminuição das áreas de formações arbustivas, e mesmo de áreas com pouca vegetação ou vegetação esparsa em áreas de altitude, associadas a diversos estádios de recuperação de áreas percorridas por incêndios;
- iii. uma ligeira expansão/densificação das áreas urbanas, associada ao aumento de infraestruturas e de edificações públicas e privadas.

Quadro 6 - Matriz de transição entre classes de ocupação do solo no período 1995-2018 (% da área total)

		COS 2018										
		Territórios artificializados	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	Florestas de outros carvalhos	Florestas de outras folhosas	Florestas de pinheiro-bravo	Matos	Rocha nua	Vegetação esparsa	Cursos de água naturais	Albufeiras de barragens	Total
COS 1995	Territórios artificializados	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5
	Florestas de outros carvalhos	0,0	0,0	22,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	22,1
	Florestas de outras folhosas	0,0	0,0	0,0	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,8
	Florestas de pinheiro-bravo	0,1	0,0	0,0	0,3	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,3
	Matos	0,0	0,0	2,0	0,4	0,9	23,9	0,0	0,0	0,0	0,0	27,2
	Rocha nua	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,4
	Vegetação esparsa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	39,4	0,0	0,0	39,4
	Cursos de água naturais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,2
	Albufeiras de barragens	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,9	4,9
	Total	0,3	0,5	24,0	2,5	3,8	23,9	0,4	39,4	0,2	4,9	100,0

Além dos espaços com pouca vegetação ou com improdutivos (que representam cerca de 40% da área), os espaços florestais (de quercíneas, outras folhosas e pinheiro-bravo), ocupam hoje, em conjunto, a maioria do espaço, localizando-se nas vertentes anexas de linhas de água e nas encostas declivosas dos vales. A diminuição das manchas puras de carvalho tem sido compensada pela regeneração natural de quercíneas em áreas de vegetação arbustiva. As outras florestas mistas de folhosas/caducifólias encontram-se sobretudo associadas às galerias ripícolas, atuando como corredores verdes e servindo de suporte a uma elevada biodiversidade local, com destaque das suas importantes funções de estabilização das margens dos cursos de água e de proteção, refúgio e alimento que estes espaços providenciam. Por outro lado, assumem particular importância na acumulação de materiais orgânicos no solo superficial e na limitação dos fenómenos erosivos, entre outros.

A diminuição das áreas de matos é contrariada pelo aumento de áreas florestais, em particular de quercíneas. Nas áreas de altitude, dominam os espaços seminaturais associados ao decréscimo da extensão das áreas de vegetação arbustiva (matos rasteiros), principalmente de tojais e urzais, alternando com povoamentos de pinheiro-bravo e outras folhosas, fruto da frequência de incêndios florestais. Neste território são particularmente importantes o revestimento arbustivo (matos rasteiros) pela grande quantidade de raízes e detritos orgânicos que produzem, pela proteção do solo do impacto das gotas da chuva e pela redução da quantidade e da velocidade da água de escoamento superficial. Estas classes de ocupação espelham o carácter montanhoso, marginal e relativamente homogéneo dos espaços de cabeceira.

Estes padrões e tendências estabelecem áreas de estabilidade e ou mudanças da ocupação e uso do solo associados a **processos** de reconversão florestal, renaturalização, urbanização, bem como a dinâmicas de especialização e extensificação das atividades humanas (Figura 15). A evolução recente dos padrões de ocupação e uso do solo indica uma manutenção da densidade e complexidade da paisagem. As maiores dinâmicas de mudança correspondem a processos diferenciados que se traduzem no aumento da homogeneidade e extensificação em espaços de altitude, que se associam a processos recorrentes temporalmente discretos e com uma maior extensão (muito associados aos incêndios florestais) ou pontualmente, a arborizações com espécies exóticas. Esta distribuição e evolução devem ser monitorizadas nas suas causas, processos e consequências (Shahgedanova *et al.*, 2021).

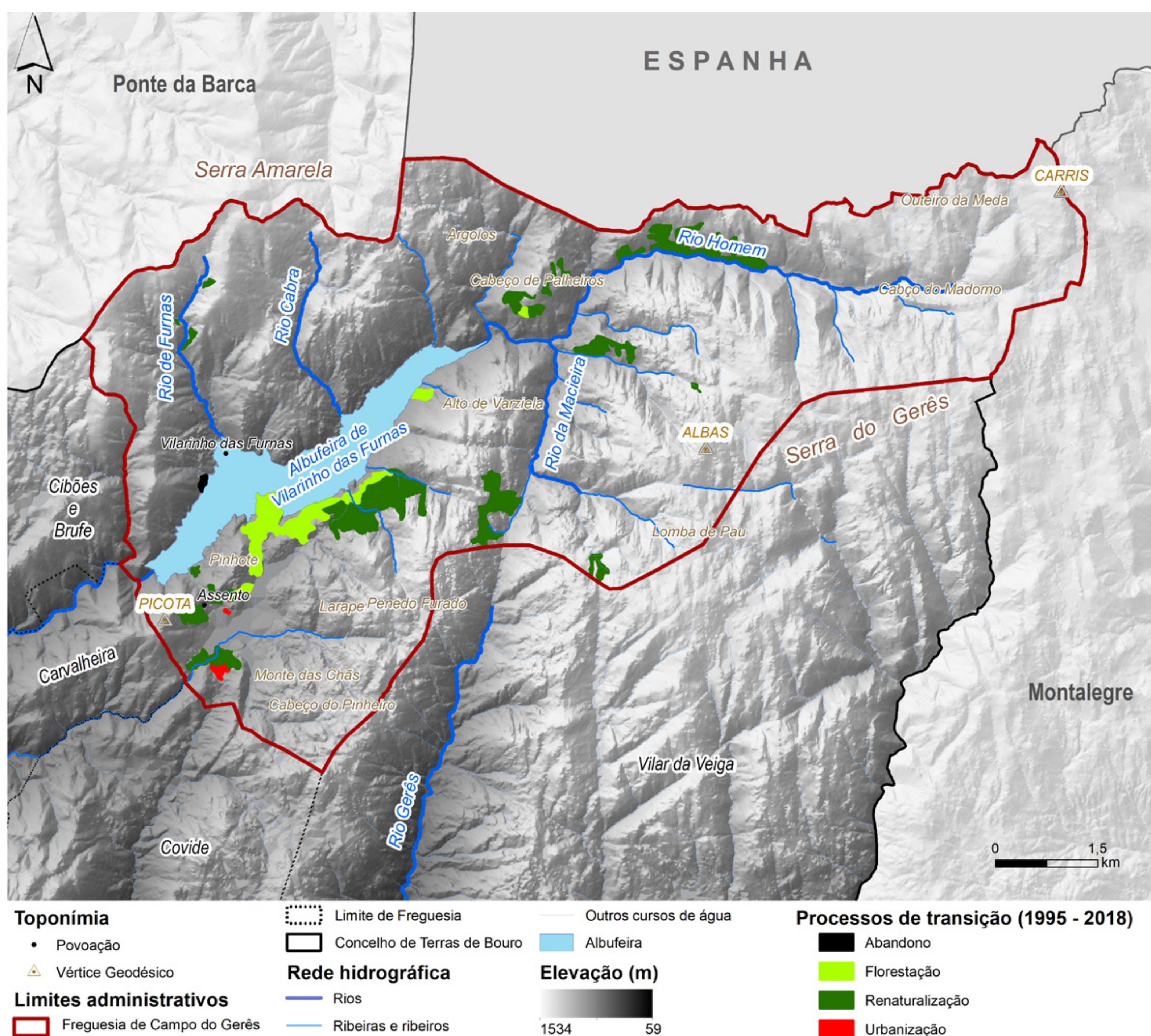


Figura 15 – Processos de mudança de ocupação e uso do solo (entre 1995 e 2018).

3.1.2. Serviços de ecossistema, as vulnerabilidades e os riscos para uma gestão inteligente

Os ecossistemas montanhosos oferecem uma vasta variedade de bens e serviços para a humanidade, embora sejam ecossistemas altamente suscetíveis a diversos impactes sobre a biodiversidade e bem-estar humano sob influência de alterações climáticas e de uso do solo. No território da freguesia existe um mosaico complexo responsável pela provisão de conjuntos diversificados de **funções e serviços de ecossistemas**.

O território insere-se num espaço com elevado capital natural, em particular pela ecologia e biodiversidade dos seus mosaicos de habitats, destacando-se as florestas nativas de carvalhos em diversos estádios de desenvolvimento, as formações herbáceas (semi)naturais de prados naturais e mesofílicos, as charnecas e matos de zonas temperadas e esclerófilos, as vertentes rochosas com vegetação casmofítica, os cursos de água de montanha e habitats ripários associados, os mosaicos agrícolas e pratenses, as turfeiras residuais que ainda é possível encontrar no seu planalto, e diversas espécies de montanha.

A elevada qualidade ambiental e identidade territorial, marcada pela biodiversidade que alberga, dotaram este território de características de excelência ambiental e ecológica, cujo reconhecimento levou à sua inclusão num conjunto diversificado de áreas protegidas e classificadas a nível regional (Figura 16), nomeadamente os espaços:

- i. da Rede Natura 2000, desde logo com espaços de altitude do SIC Peneda/Gerês (PTCON00031), mas também a relação com os espaços montanhosos dominados por bosques caducifólios, matos e arbustos da ZPE Serra do Gerês (PTZPE0002);
- ii. da Rede Nacional de Áreas Protegidas, como o Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG);
- iii. da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés, da UNESCO, que engloba o PNPG, o Parque Natural da Baixa Limia-Xurés e os municípios abrangidos por ambos os parques;
- iv. da Reserva Biogenética das Matas de Palheiros/Albergaria, que alberga um dos melhores preservados bosques climácico de carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica* que constituíam a vegetação primitiva da grande parte do noroeste português;
- v. Locais que se destacam pela sua geodiversidade, como os integrados na lista nacional de geossítios, destacando-se o Vale do Homem, com vestígios de glaciações pleistocénicas, bem como a proximidade aos geossítios Meda de Rocalva e Vale do Gerês (ambos na freguesia de Vilar da Veiga).

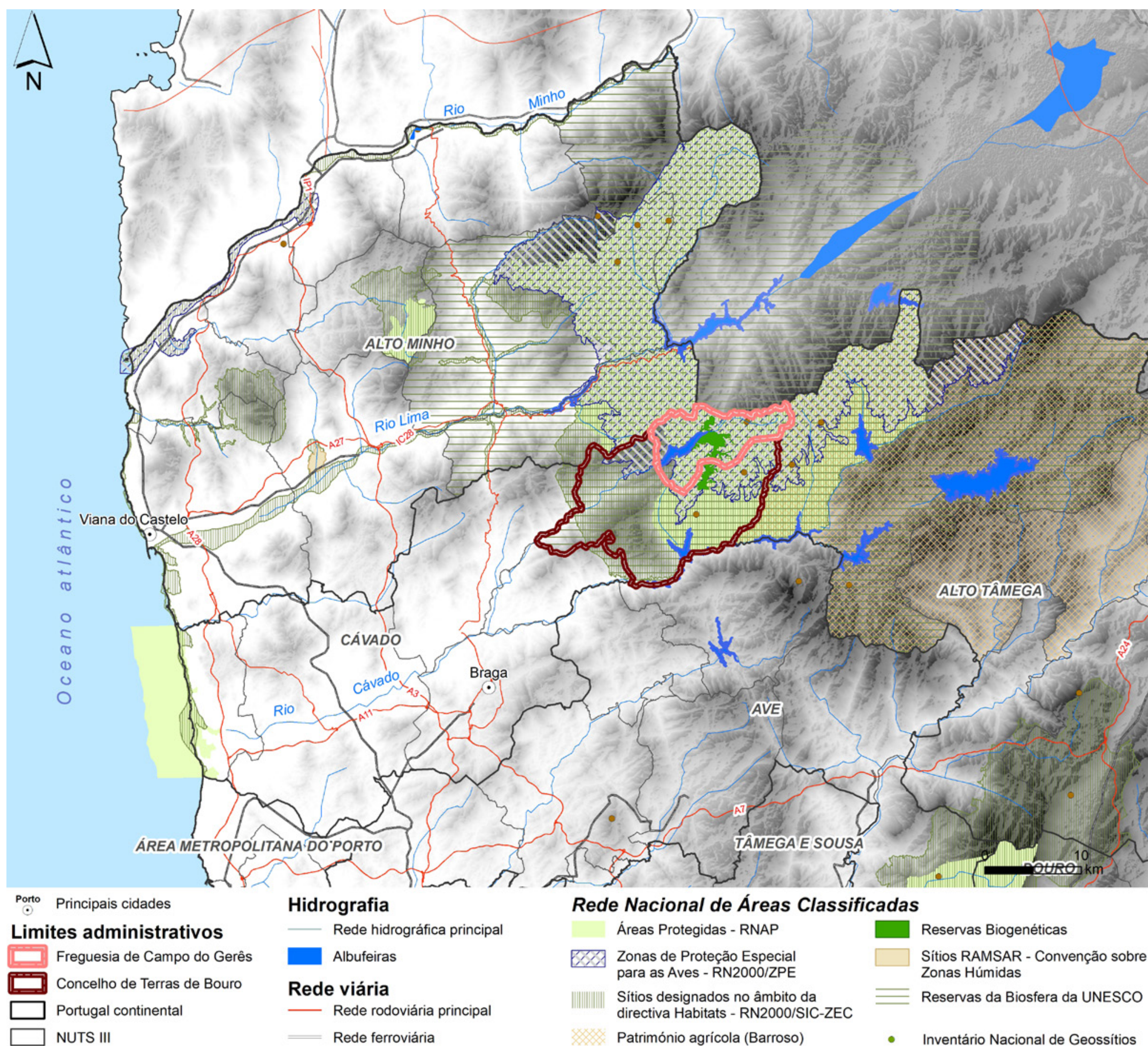


Figura 16 – A freguesia de Campo do Gerês no contexto do sistema regional de áreas protegidas e classificadas

Neste quadro podem incluir-se a potenciação da provisão de serviços de ecossistema, no contexto de uma estratégia de conservação e promoção do território e do seu património natural, social e cultural. Estes fatores e processos locais afetam o estado e a tendência da qualidade ambiental local mas também contribuem para a prevenção de conflitos e/ou riscos naturais.

Nas áreas serranas, os **ecossistemas florestais** destacam-se pelas funções de suporte, em particular no caso das florestas autóctones de folhosas pela sua capacidade de proteção face a eventos climáticos extremos, pela prevenção de incêndios, e amenização de períodos de seca, bem como para outros serviços de regulação da água e estabilização do solo, assegurando um importante papel no sequestro de carbono, para além de sustentarem uma

diversidade de serviços de aprovisionamento (madeira, lenha, cogumelos, água potável) e culturais (recreio, lazer) (Cunha *et al.*, 2021). Nas **áreas agrícolas** da veiga de S. João destaca-se a sua vocação para a provisão de serviços de aprovisionamento (culturas anuais), mas também de serviços culturais, com particular destaque para a agricultura de subsistência ou de pequena escala e policultural. Os **espaços incultos**, dominados por matagais e matos rasteiros, pela regeneração espontânea de carvalhos e pelos espaços florestais dominados por outras folhosas, são importantes para os mais variados grupos de funções e serviços de ecossistema. Pese embora o baixo potencial apresentado pelos afloramentos rochosos para a provisão de funções e serviços de ecossistema, estes assumem uma elevada importância para a conservação de espécies notáveis da flora e da fauna. As áreas artificiais destacam-se pelo potencial de serviços culturais, com elevado potencial de usufruto em matéria de atividades de lazer e de recreação.

Os serviços de ecossistema montanhosos e o bem-estar dos habitantes nestas zonas são particularmente vulneráveis a um conjunto de processos e promotores de alteração da pressão, exposição e vulnerabilidade do território, destacando-se as alterações climáticas considerando a disponibilidade de água e os riscos naturais associados a eventos climáticos extremos, instabilidade de vertentes e alterações da estrutura da vegetação.

A **mudança climática** e os seus efeitos sobre diversos descritores foram alvo de avaliação no âmbito da recente elaboração da Estratégia Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EIAAC) no território da NUTS III Cávado, promovida pela Comunidade Intermunicipal do Cávado (Carvalho e Nunes, 2019). Este estudo e plano estudo projetou mudanças substanciais nos regimes de temperatura e precipitação, assim como na frequência e intensidade de eventos atmosféricos e climatéricos extremos, do ponto de vista das alterações do clima regional (Demuzere *et la.*, 2019; Demuzere *et al.*, 2022; Elsen e Tingley, 2015).

No quadro das alterações previstas para a região, merecem destaque as mudanças projetadas no regime de precipitações, que tenderão a tornar-se progressivamente menos abundantes no cômputo anual, e também mais sazonais, ou seja, mais concentradas no período compreendido entre o outono e a primavera, ao passo que os verões se tornarão mais secos, aumentando a frequência e intensidade de secas prolongadas. Por outro lado, perspectiva-

se o aumento de fenómenos extremos, em particular de precipitação intensa ou muito intensa em curtos períodos, sendo ainda expectável a ocorrência de tempestades de inverno mais intensas, acompanhadas de chuva e vento forte, bem como de ondas de calor mais frequentes e intensas. Adicionalmente, os ecossistemas montanhosos são particularmente vulneráveis ao aumento das temperaturas do ar face à amplificação do aquecimento global nas regiões mais elevadas, que neste território poderão conduzir a alterações no regime dos rios, mudanças na composição da vegetação e riscos naturais (Lopes *et al.*, 2021).

Neste contexto de mudança ambiental, o património e os recursos naturais, bem como os potenciais serviços que estes podem prestar, apresentam uma elevada vulnerabilidade relacionada com os **processos** de abandono agroflorestal e a renaturalização, associados a processos de acumulação de combustível, a práticas e gestão ocasionais por elementos externos, imprimem elevada suscetibilidade à ignição e propagação de **incêndios florestais e rurais**, uma das maiores ameaças no território, com graves consequências ao nível de perda de biodiversidade, perda de solo, alteração da paisagem e perda de rendimento económico (GeoAtributo, 2013; 2015). Acresce um elevado potencial de impactes sobre os recursos (solo e água) e processos hidrológicos e pedológicos, bem como sobre os corredores naturais e a potencial perda/erosão genética dos recursos biológicos (Soares, 2008). É especialmente preocupante a ocorrência de incêndios associadas a áreas e momentos de perigos e riscos altos a muito altos, críticos para a degradação dos espaços e processos socio-ecológicos locais (Figura 17).

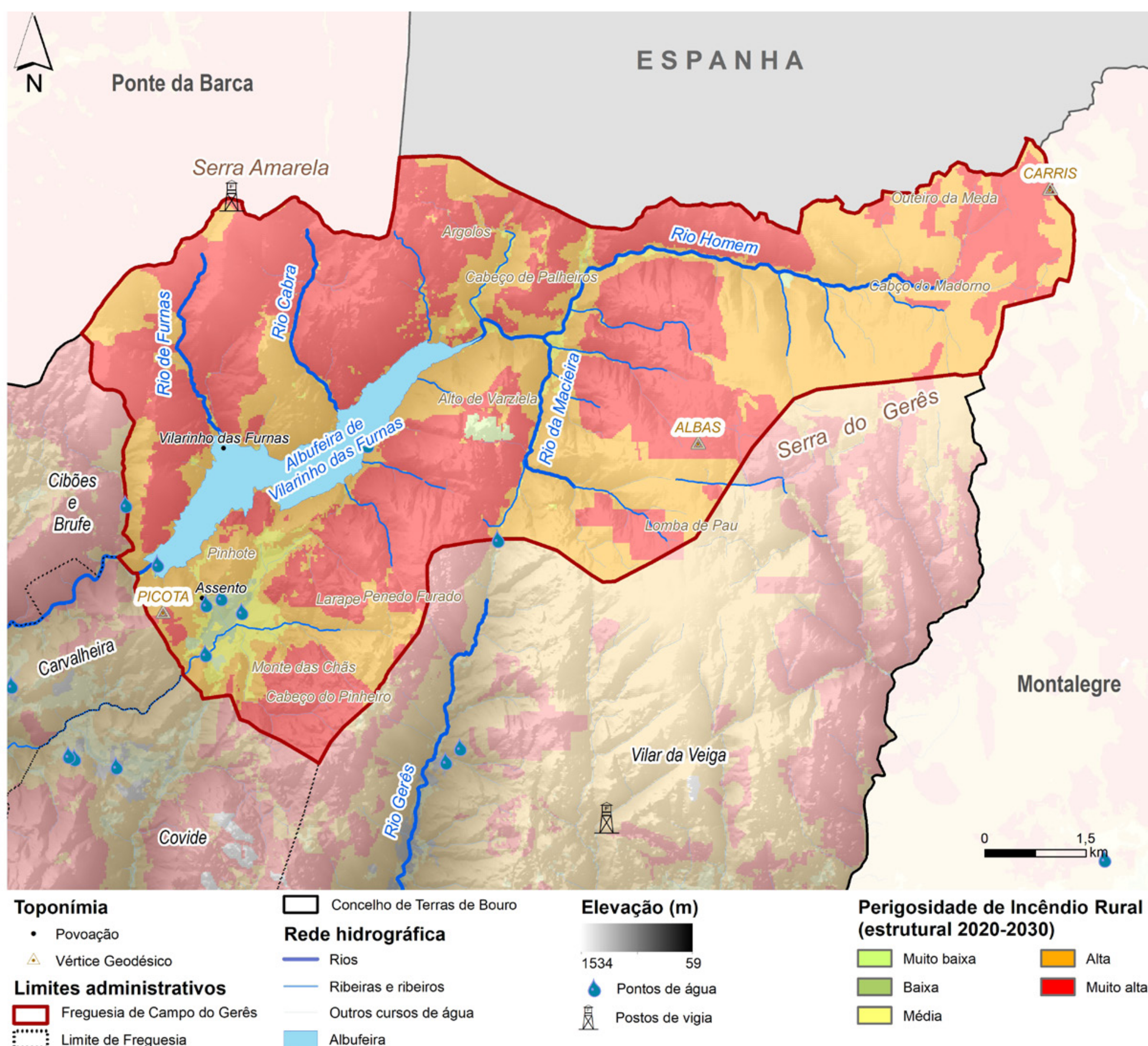


Figura 17 – Distribuição da perigosidade estrutural de incêndio rural

A diminuição do coberto florestal natural associa-se ao aumento do número e dispersão espacial de **espécies invasoras**, também avaliadas no âmbito da EIAAC do Cávado, com destaque para as espécies lenhosas como a acácia-mimosa (*Acacia dealbata*), acácia-das-espigas (*Acacia longifolia*), acácia-austrália (*Acacia melanoxylon*), háquea-picante (*Hakea sericea*), ou ailantos (*Ailanthus altissima*), que constituem um dos maiores fatores de ameaça à biodiversidade e à gestão de recursos no espaço rural e protegido (Figura 18). As áreas de maior suscetibilidade localizam-se na interface com espaços urbanos e agrícolas, na sua relação com a ocorrência de incêndios. A expressão deste fenómeno de degradação ecológica poderá ainda vir a acentuar-se no futuro, potenciado pelas mudanças climáticas projetadas para o território.

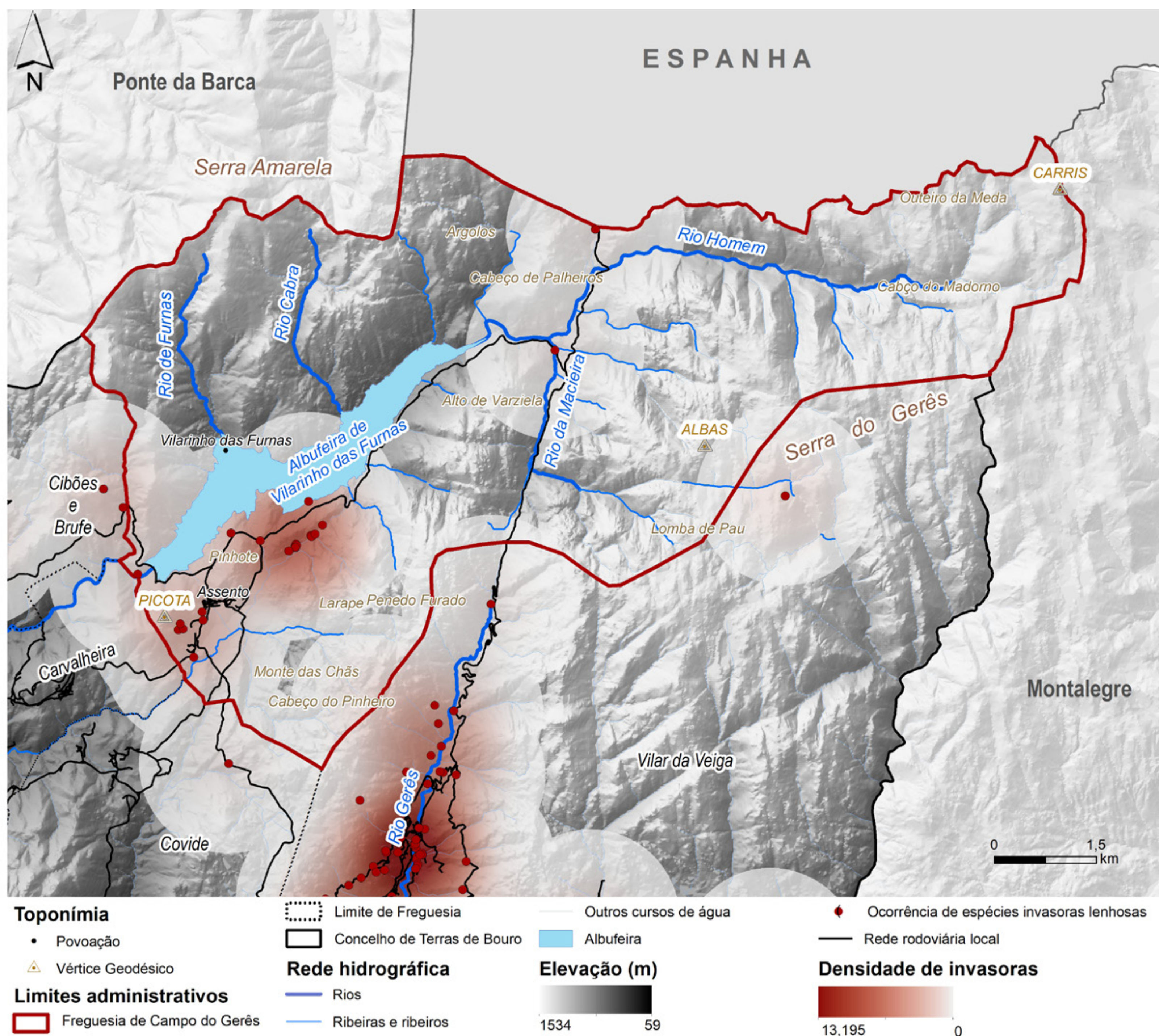


Figura 18 – Distribuição de espécies invasoras lenhosas

Fonte: GBIF, 2023

Os sucessivos incêndios florestais e rurais diminuem a cobertura vegetal do solo, aumentando a sua exposição a fatores de degradação físico-química e biológica, e promovendo a sua compactação física e a perda de matéria orgânica, com reflexos (in)diretos sobre a aerodibilidade dos solos. Estes processos decorrem em paralelo com a alteração do escoamento de água superficial e subterrânea. A geologia (falhas e pontos de contacto), a natureza íngreme e a variabilidade topográfica do local num quadro de carácter torrencial dominante, potenciam os riscos de **movimentos de vertente** (Figura 19), cuja ocorrência é motivada pela acumulação de fatores exógenos (e.g., modificações na morfologia ou nas condições físico-químicas do solo, mobilizações do terreno, aumento da carga, entre outros) e endógenos (e.g., alterações da meteorização). Neste contexto, os fenómenos extremos de concentração de precipitação promovem a agressividade

climática e os valores locais de **erosão hídrica do solo** (potencial e real), principalmente nos pontos mais elevados da serra do Gerês e da serra Amarela, potenciada pela presença de rocha nua alternando com vegetação arbustiva em zonas de elevado declive (Moreira e Ribeiro, 1991), proferindo a estas áreas maior suscetibilidade ao arrastamento de solo (Figura 20).

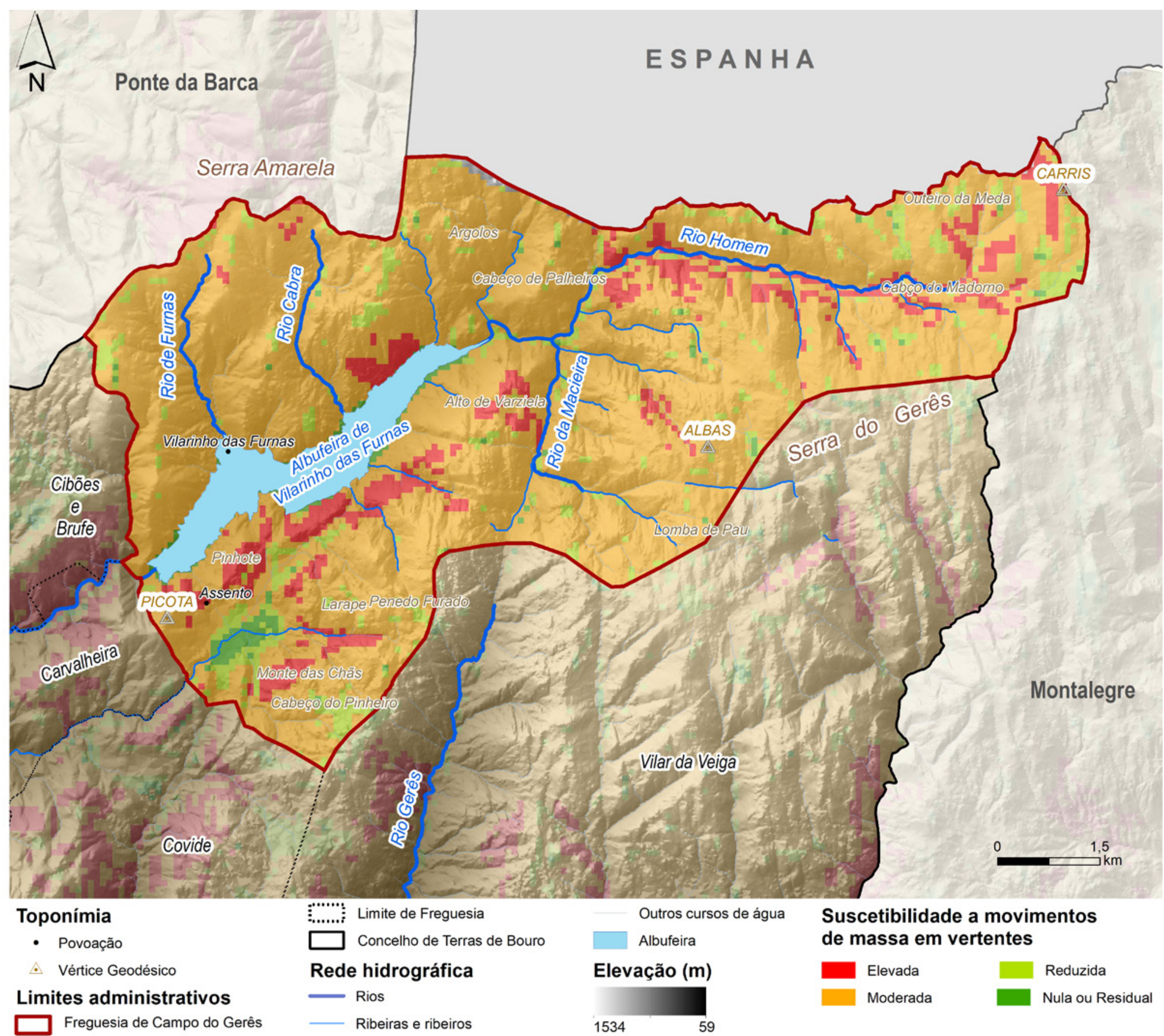


Figura 19 – Distribuição do risco de movimentos de massa em vertentes

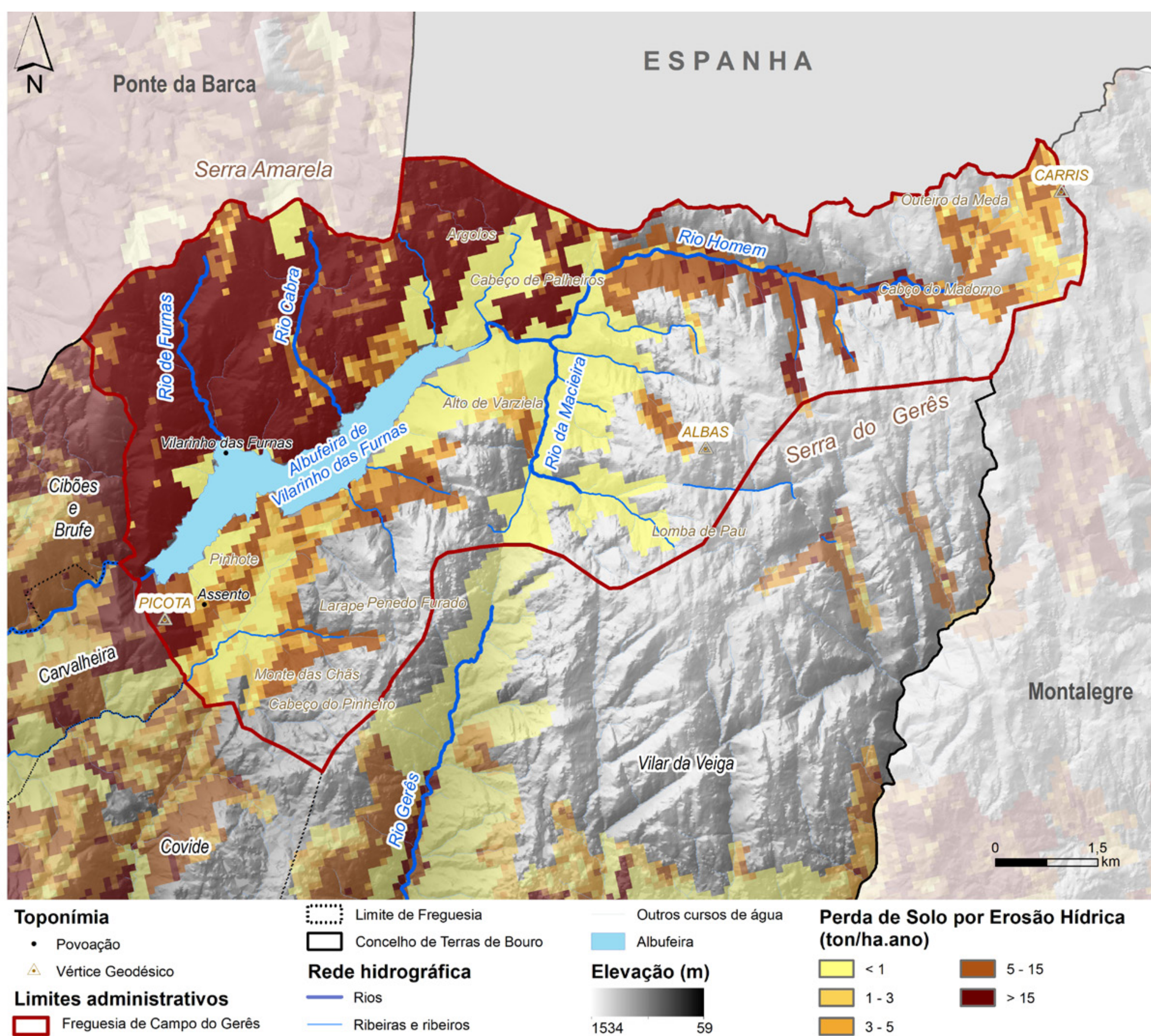


Figura 20 – Distribuição do risco de erosão/perda de solo

A freguesia de Campo de Gerês corresponde a um território com um **grau de naturalidade elevado**, mas sobre o qual incidem um **grupo diversificado de perigos e riscos**, com níveis de impacto potencial de carácter local e/ou regional. O conhecimento dos processos potencialmente perigosos e a avaliação das potenciais consequências permitem conceber e implementar medidas preventivas, mitigadoras e de adaptação adequadas e coerentes com vista à sustentabilidade e para a promoção de comunidades seguras (Palomo et al., 2014). Por outro lado, torna-se necessário conhecer a complementaridade entre os serviços de ecossistema e os riscos ambientais. Uma abordagem sócio-ecológica baseada em serviços de ecossistema pode desempenhar um importante papel na segurança e promoção de áreas protegidas num quadro de perturbações, pressões e mudanças aceleradas, , potenciando uma gestão inteligente dos espaços rurais (Alonso, 2015; Leung et al., 2019).

3.2. Dinâmicas sociais e económicas

As características biofísicas rigorosas, associadas a uma posição periférica e de acessibilidade dificultada relativamente aos centros urbanos e ao litoral, integram Campo do Gerês no conjunto dos territórios de montanha do Minho. O valor do património natural, reconhecido e protegido pela acumulação de classificações ligadas à conservação da natureza (biodiversidade e geodiversidade), e associados a um património cultural singular, são ativos diferenciadores deste território dificilmente igualáveis noutras zonas do país e da região. Esses ativos, como foi evidenciado, estão expostos a um conjunto de pressões que colocam em risco a manutenção dos valores existentes. Os objetivos de coesão territorial, por um lado, e de simbiose entre a conservação da natureza e o bem-estar das comunidades locais por outro, centram-se nas pessoas que vivem e trabalham nestes territórios. Interessa, portanto, analisar as trajetórias de mudança recentes a nível social e económico, e perspetivar o seu futuro. Destacamos de seguida algumas dimensões dessa mudança.

3.2.1. A reorganização demográfica do território

Na região minhota, nos últimos 30 anos, os espaços com maior recuo da população residente e mais intenso envelhecimento demográfico têm uma geografia quase coincidente com as áreas montanhosas, em contraste com as dinâmicas de crescimento e maior juventude demográfica nas cidades, vilas e ao longo dos principais eixos viários que as unem (Figuras 21 e 22). O intenso processo de reorganização do povoamento em curso corresponde a uma dinâmica de urbanização, por densificação e ampliação dos espaços urbanos (incluindo as vilas que são sedes concelhias).

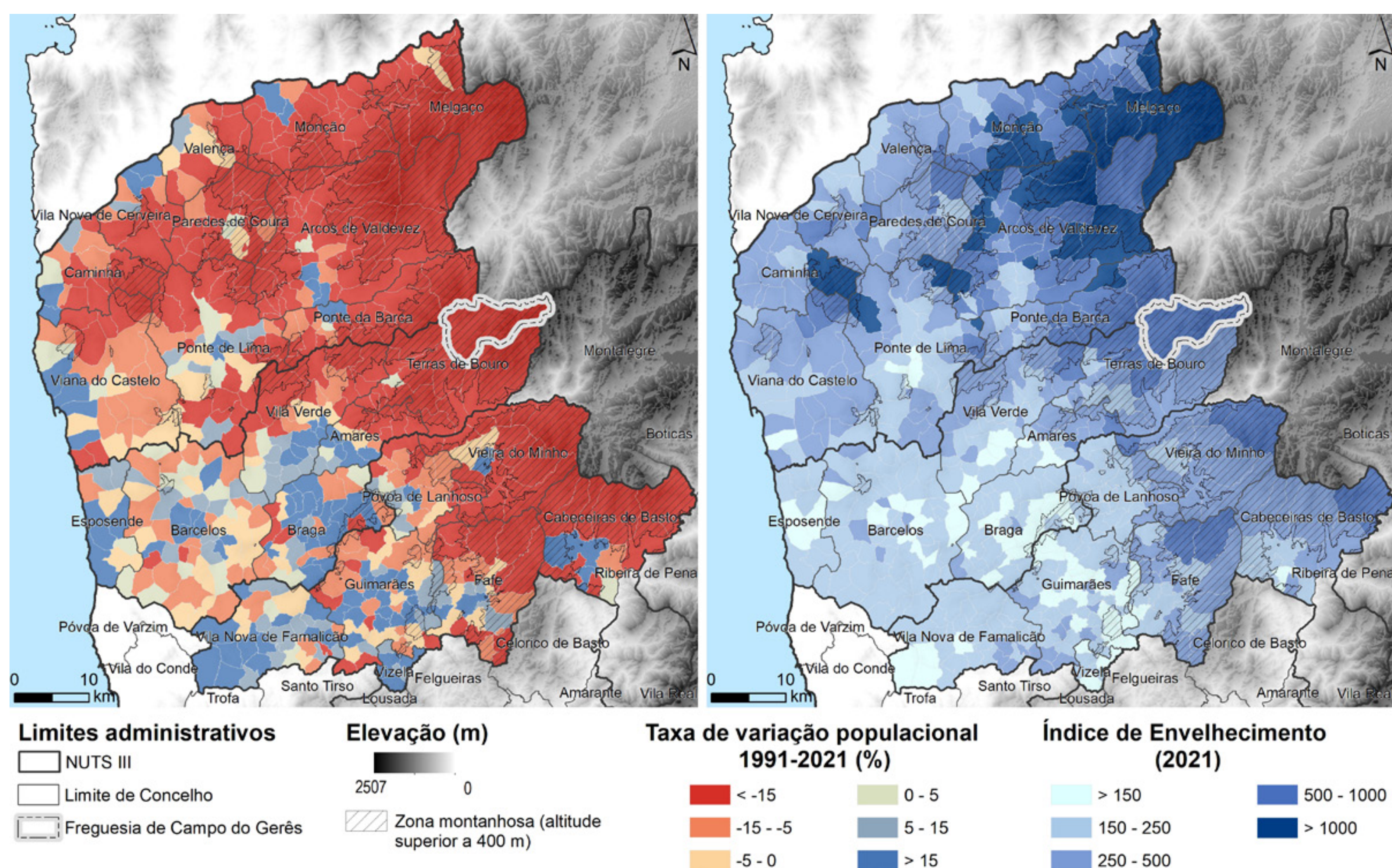


Figura 21 e 22 - Taxa de variação populacional entre 1991 e 2021 (esq.) e índice de envelhecimento em 2021 (dta.)

Fonte: INE, Censos da População

A outra face da moeda da urbanização regional é a rarefação populacional de crescentes áreas rurais, agravadas nos territórios de montanha (Figuras 23 e 24). A dinâmica demográfica recessiva persistente evidencia as dificuldades de desenvolvimento destes territórios no que diz respeito à criação de condições e oportunidades de vida social e económica local, sobretudo para as novas gerações. A continuidade destas tendências acentuará a marginalização das áreas montanhosas minhotas, e colocará muitas delas em risco de despovoamento, num forte contraste com o padrão histórico de ocupação humana na região.

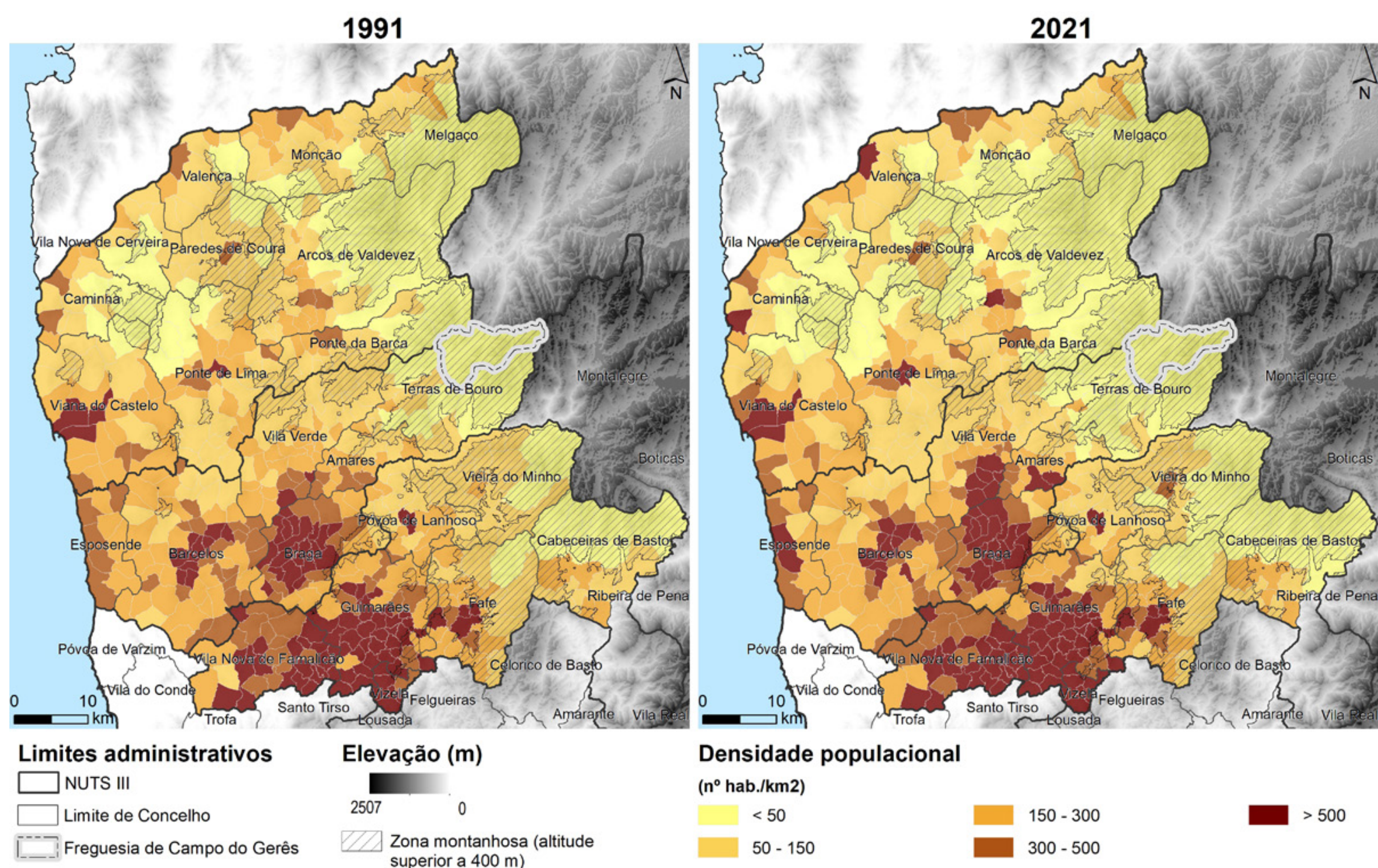


Figura 23 e 24 - Densidade populacional em 1991 (esq.) e em 2021 (dta.)

Fonte: INE, Censos da População

As disparidades rural-urbano e a geografia da marginalização socioeconómica, podem ler-se, igualmente, nos padrões espaciais dos níveis de qualificação (Figuras 25 e 26). As cidades e as vilas, com estruturas etárias mais jovens e com expansão dos setores económicos secundário e, sobretudo, terciário, destacam-se claramente pela maior qualificação da população residente. Entre 2011 e 2021 verifica-se uma melhoria generalizada do acesso à educação secundária e superior, mas persistem significativas diferenças entre o rural e o urbano e, no rural, entre o rural acessível e os espaços mais montanhosos e periféricos. Com a notável exceção da freguesia de Campo do Gerês.

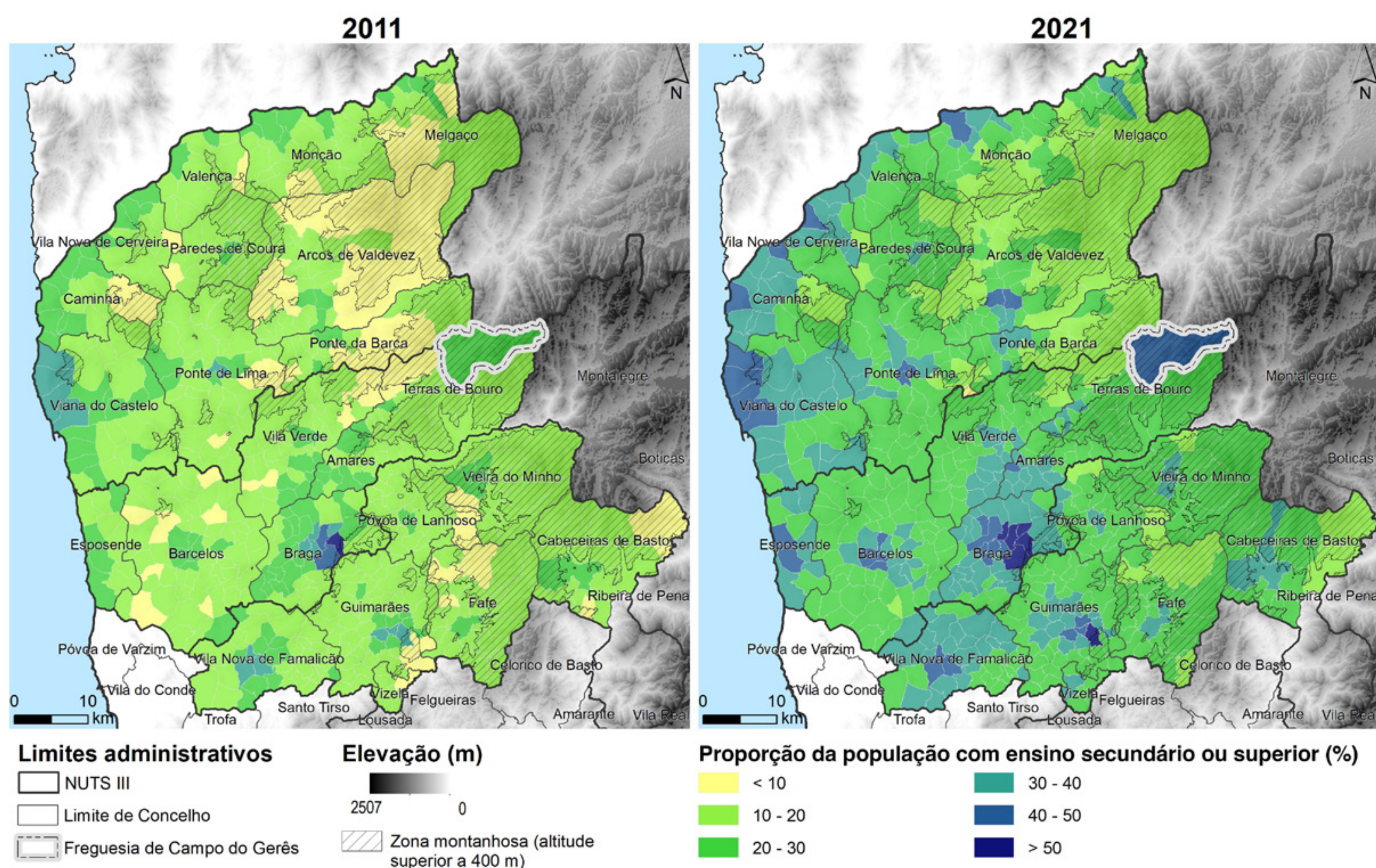


Figura 25 e 26 - Proporção da população residente com ensino secundário ou superior em 2011 (esq.) e em 2021 (dta.)

Fonte: INE, Censos da População

Focando mais em detalhe o município de Terras de Bouro, nota-se claramente a transição entre uma dinâmica demográfica de crescimento da população rural até aos anos 1950, a partir do qual se inicia o êxodo rural que se prolonga até ao último censo, atenuado apenas pelo crescimento da vila (freguesia de Moimenta) (figura 27). A freguesia de Campo do Gerês, onde historicamente residiam cerca de 400 habitantes, regista um pico na década de 1970 (associado à afluência de trabalhadores para a construção da barragem de Vilarinho da Furna), seguido de uma queda abrupta para cerca de 200 habitantes, com tendência a diminuir.

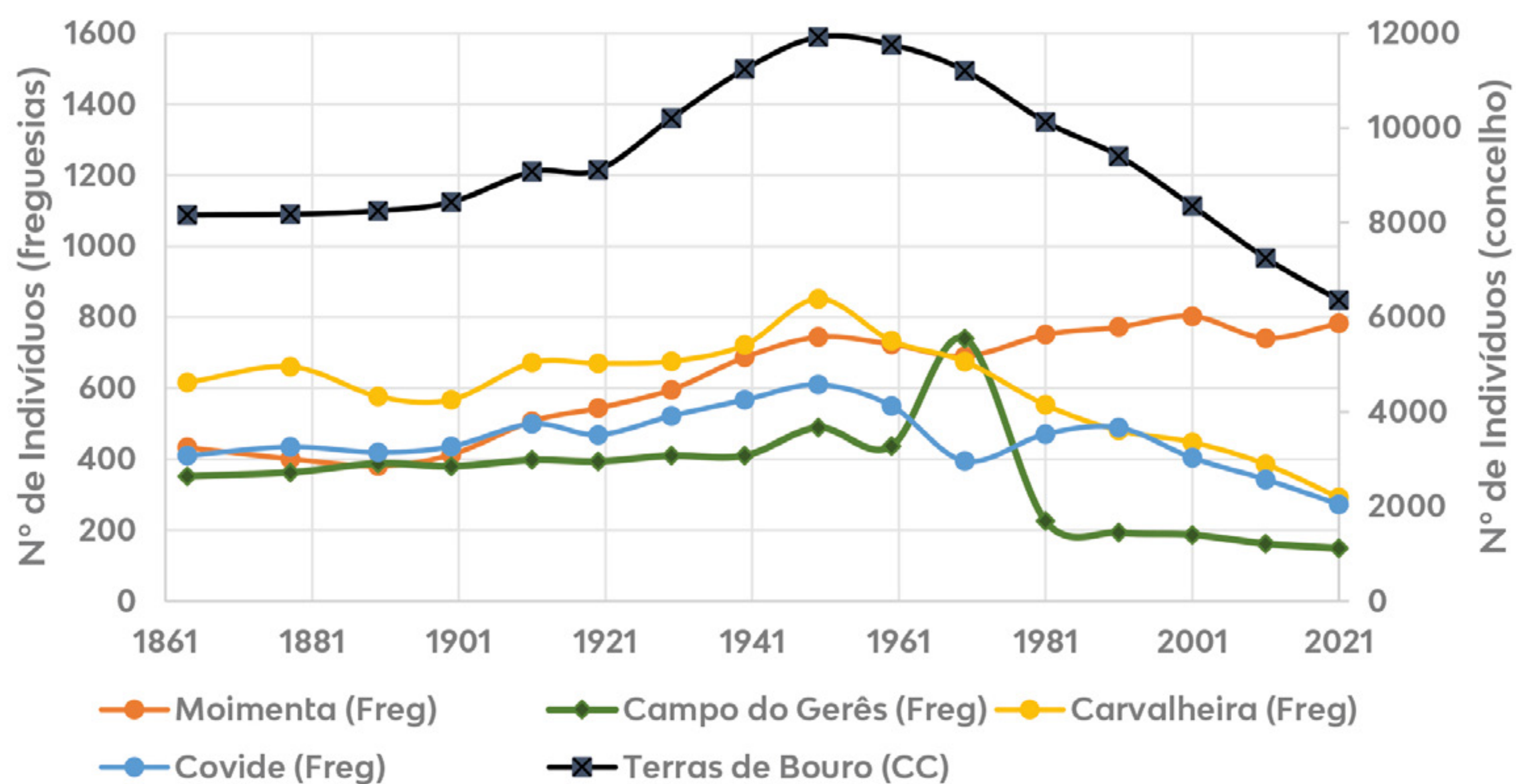


Figura 27 - Evolução da população residente no concelho de Terras e Bouro e freguesias seleccionadas

Fonte: INE, Censos da População

Do ponto de vista das possibilidades de recuperação demográfica nos próximos anos as perspetivas não são animadoras, não sendo, no entanto, ainda totalmente claras. A natalidade tem vindo a decrescer, embora estabilizando-se nos seus valores mínimos nos últimos 3 triénios (Figura 28).

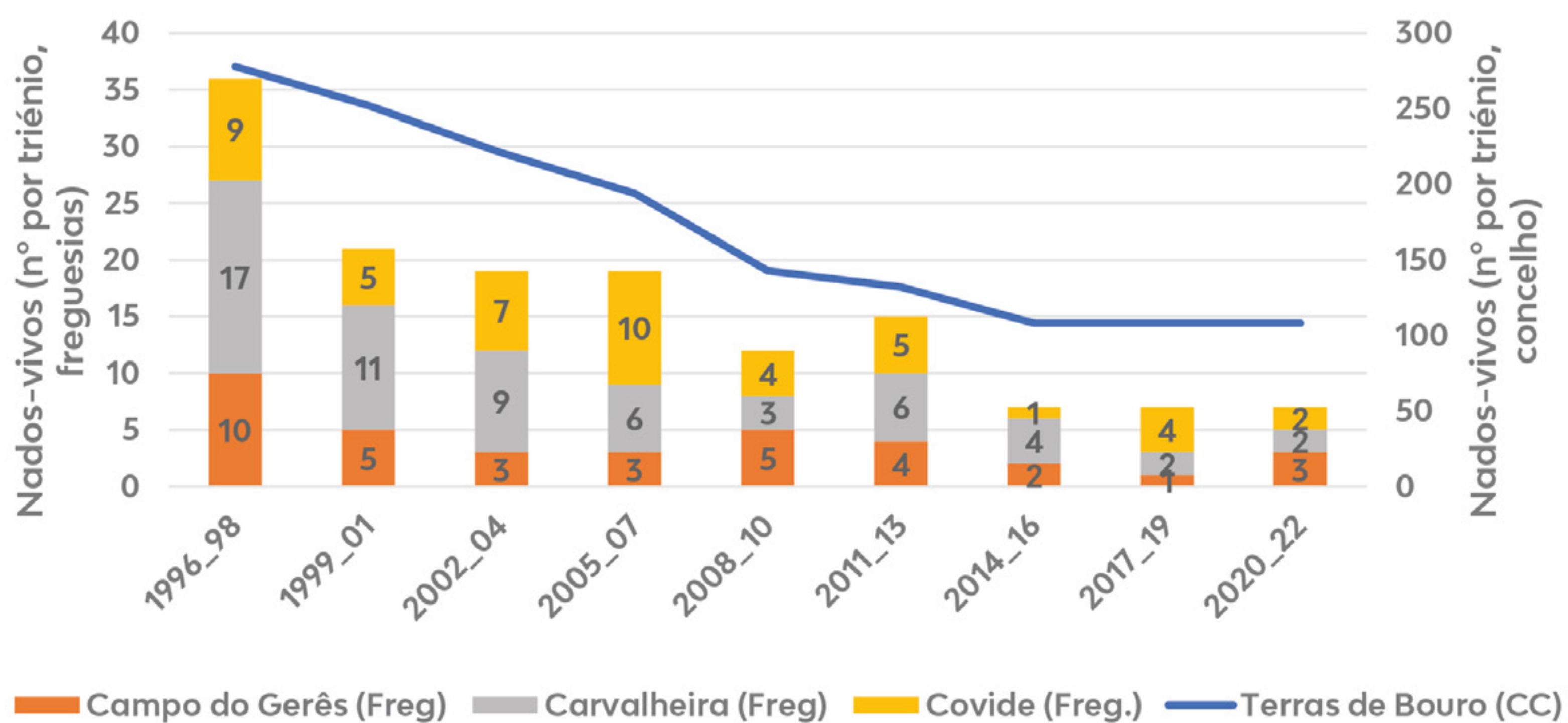


Figura 28 - Evolução da natalidade por triénios, 1996-2022, no concelho de Terras de Bouro e freguesias seleccionadas

Fonte: INE, Nados-vivos por local de residência da mãe

Mais interessante é a dinâmica migratória concelhia (não existem dados à escala das freguesias), que após duas décadas de saldos negativos persistentes registou, na última década, um saldo migratório positivo, acompanhando a tendência de crescente atratividade registada à escala da NUTIII do Cávado (Figura 29).

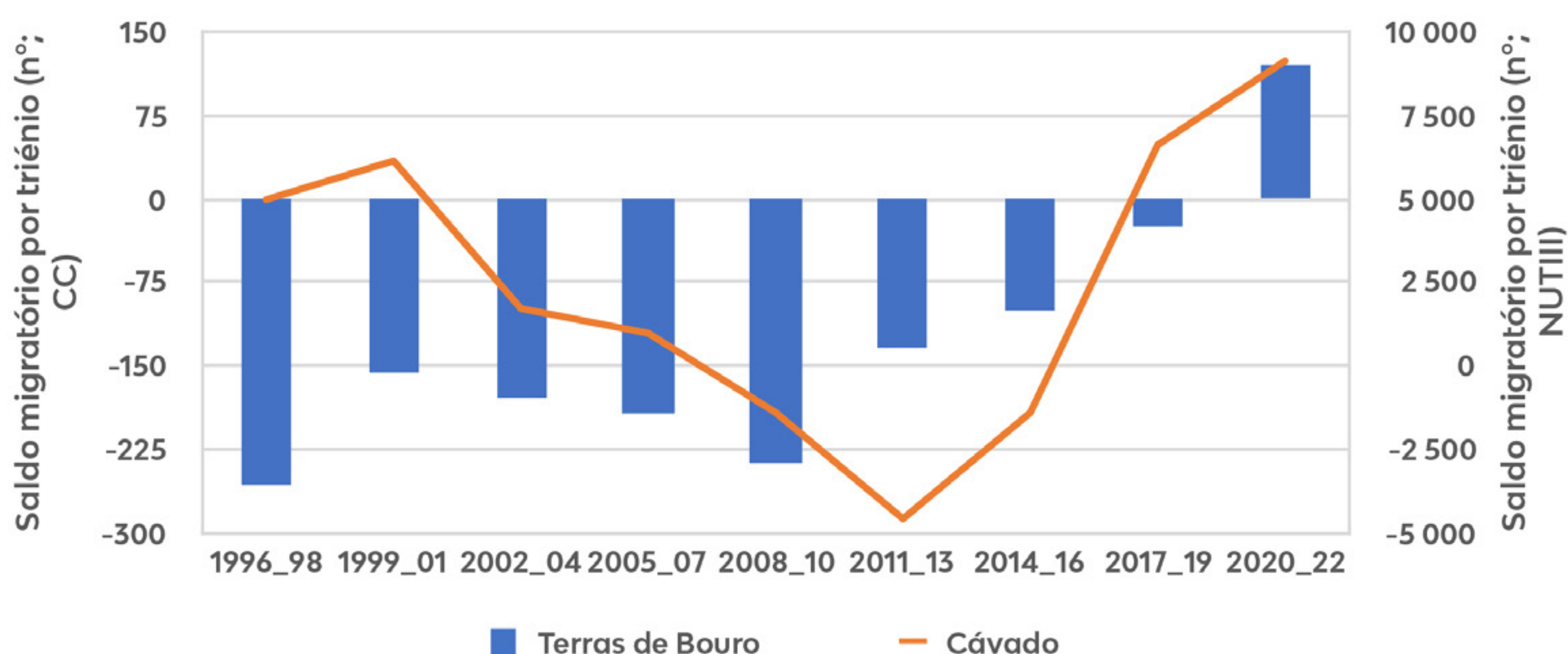


Figura 29 - Evolução dos saldos migratórios, por triénio, entre 1996-2022 em Terras de Bouro e no Cávado

Fonte: INE, Indicadores demográficos

A aproximação a limiares demográficos críticos do ponto de vista da renovação geracional nos territórios rurais, em particular os montanhosos, constitui um desafio para a região. Mas também é possível que, após longas décadas de declínio rural, se esteja a atingir um ponto a partir do qual a recuperação se inicia, com novas bases de atração. Interessa aprofundar esta análise à escala das freguesias, quer para validar os sinais estatísticos apresentados, quer para compreender melhor os processos individuais e comunitários que podem estar na sua base.

3.2.2. A montanha em transição para a multifuncionalidade?

O Minho é uma região caracterizada pelo predomínio da pequena agricultura familiar, associada a uma matriz rural com elevada densidade populacional e grande dispersão do povoamento. A transição para novos padrões de produção e de consumo, articulados com um sistema económico cada vez mais global, urbano e tecnológico, manifesta-se através da urbanização, já evidenciada, mas também em mudanças nos próprios territórios rurais. E

essas mudanças são profundas. Desde logo ao nível socioeconómico – estrutura profissional, níveis e modos de vida – que passa a refletir a integração das aldeias nos sistemas sociais e económicos mais amplos. Mas essa mudança traduz-se igualmente numa alteração da ligação das comunidades rurais às atividades tradicionais e, por essa via, aos recursos naturais e aos ecossistemas dos seus territórios.

Das economias agrárias à ruralidade sem agricultura?

A agricultura veio a perder, há várias décadas, a sua importância na economia e no emprego dos espaços rurais. Esse declínio, que marcou a mudança nas últimas décadas, parece estar a esgotar-se. Se a agricultura ainda empregava mais de 55% dos ativos no concelho de Terras de Bouro em 1981, chegando a valores superiores nalgumas freguesias, nivelou-se em torno aos 6% em 2021. Aliás, em Campo do Gerês, na última década, aumentou ligeiramente a proporção de emprego no setor primário (de 4% para 6%, embora numa variação de apenas 2 para 4 indivíduos). É o setor terciário que, atualmente, mais pessoas emprega neste concelho e na área de estudo, superando já a proporção média regional do Cávado (Quadro 7). Explorando em detalhe o emprego gerado neste setor no município destacam-se as atividades ligadas ao turismo (alojamento, restauração, transportes, parte do comércio), e as atividades de serviços públicos ou do terceiro setor (administração e defesa, educação, saúde, apoio social).

Quadro 7 - População ativa empregada por setores de atividade em 1981, 2011 e 2021

	População empregada (nº)			População empregada por setor de atividade (%)								
				1981			2011			2021		
	1981	2011	2021	I	II	III	I	II	III	I	II	III
Campo do Gerês	75	51	62	37	40	23	4	20	76	6	18	76
Carvalheira	159	105	101	72	9	19	10	33	57	6	22	72
Covide	92	108	86	61	20	20	10	31	59	7	23	70
Terras de Bouro (CC)	3092	2235	2258	55	23	22	8	25	67	6	21	73
Cávado (NUTIII)	122054	177601	192185	22	48	31	2	39	58	2	37	61

Fonte: INE, Censos da População

Considerando que a agricultura é frequentemente praticada como atividade secundária, ou por pessoas já reformadas, o panorama anterior altera-se significativamente. O indicador que mede a proporção da população agrícola familiar na população residente permite-nos analisar este universo mais abrangente, e perceber melhor como evoluiu a ligação das comunidades rurais

à terra, quer enquanto recurso produtivo (para autoconsumo e/ou para venda), quer enquanto quadro de vida e de socialização familiar. Esta ligação era ainda muito significativa no início do século, embora evidencie um decrescimento nos últimos 20 anos (Figuras 30 e 31). Atualmente, são precisamente os territórios de montanha que se diferenciam pelo facto de uma parte significativa das famílias residentes manterem, ainda, uma ligação à atividade agrícola.

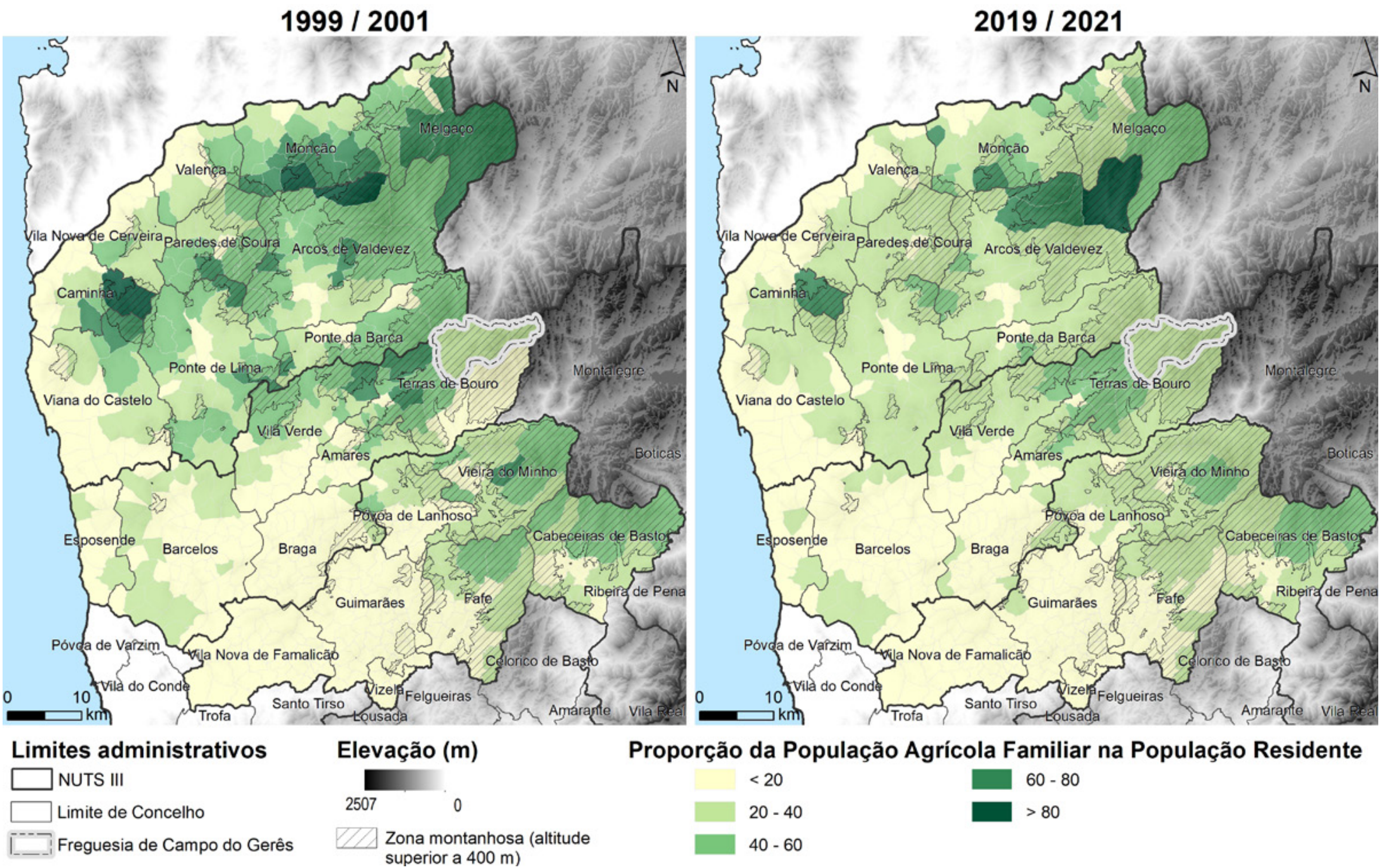


Figura 30 e 31 - Proporção da população agrícola familiar na população residente em 1999/2001 (esq.) e 2019/2021 (dta.)
 Fonte: INE, Censos da População e Recenseamentos Agrícolas

Num olhar detalhado sobre este indicador na área de estudo deteta-se uma inversão de tendência na última década, com um aumento da população agrícola familiar (Quadro 8). Há mais pessoas, nas comunidades locais, integradas em agregados domésticos nos quais existe ligação à terra através de uma exploração agrícola.

Quadro 8 - População Agrícola Familiar entre 1989 e 2019

	População Agrícola Familiar (N.º indivíduos)				PAF 2019/ 1989 (%)
	1989	1999	2009	2019	
Campo do Gerês	112	53	23	50	45
Carvalheira	349	222	112	135	39
Covide	275	180	84	157	57
Terras de Bouro (CC)	4486	2819	1614	1760	39

A possibilidade de estarmos a assistir a um processo de estabilização da atividade agrícola no território em estudo, senão mesmo recuperação, reforça-se com a evolução do número de explorações agrícolas ao longo dos últimos recenseamentos (Quadro 9). Sendo ligeira a recuperação da última década, com os números absolutos a manterem-se abaixo dos de 1989, emerge aqui novamente um contraste com décadas sucessivas de decrescimento.

Quadro 9 - Dinâmica do número de explorações agrícolas entre 1989 e 2019

	Número de Explorações agrícolas				Variação do nº de explorações (%)	
	1989	1999	2009	2019	1989-2019	2009-2019
Campo do Gerês	32	13	7	22	-31,3	214,3
Carvalheira	88	55	33	51	-42,0	54,5
Covide	74	48	27	56	-24,3	107,4
Terras de Bouro (CC)	1123	756	490	662	-41,1	35,1
Cávado (NUTIII)	18039	11431	7886	7261	-59,7	-7,9

Fonte: INE, Recenseamentos Agrícolas

Nos territórios de montanha a atividade agrícola pratica-se no âmbito de sistemas agro-silvo-pastoris, com a produção animal extensiva a destacar-se. Os sistemas de produção animal do concelho de Terras de Bouro baseiam-se significativamente na utilização de espaços e de recursos naturais endógenos, incluindo áreas cultivadas e de serra, maioritariamente de baldios, incluindo as espécies bovina, caprina, ovina e equina (CM Terras de Bouro, 2005). A qualidade dos produtos obtidos – em particular as carnes de cabrito, vitelo(ão) e borrego – e o reconhecimento da silvo-pastorícia como atividade tradicional, relevante para a economia local das comunidades e para manutenção de serviços de ecossistema nas serras, associa-se a estratégias de valorização com ênfase para o Cabrito Biológico da Serra do Gerês e, nos bovinos, para as Denominações de Origem Protegida “Carne de Cachena” e “Carne Barrosã”.

Os baldios são essenciais, considerando a insuficiência das parcelas e da reduzida superfície das terras aráveis. Além das culturas forrageiras, que se sucedem à cultura do milho ou milho-grão, existem prados permanentes (lameiros ou paúlos). Estas superfícies, após o pastoreio no período invernal, são direcionadas para a produção de feno, pelo que o acesso dos bovinos é vedado. Os caprinos não têm acesso a estas parcelas, recorrendo às áreas de baldio. O território pastoril da serra é pastoreado diariamente por bovinos e caprinos, que se deslocam para cotas superiores a 600 metros. O pastoreio baseia-se na utilização de distintos estratos da vegetação (herbáceos, arbustivos e até arbóreo, incluindo folhas e frutos). Em função da estação do ano, o pastoreio assume diferenças nos percursos e na sua duração (Araújo e Cerqueira, 2021). O sistema de exploração é extensivo, com pastoreio dos animais durante o dia, sendo o alojamento para recolha noturna, durante todo o ano, com destaque para os pequenos ruminantes e para os vitelos.

Em Campo de Gerês, no período 1989-2019, ocorreu uma diminuição do número de explorações de bovinos (-81,3%) e caprinos (-80,0%) e um aumento do efetivo bovino e ovino, ocorrendo igualmente decréscimo no concelho de Terras de Bouro. De salientar na década mais recente, 2009-2019, um aumento de explorações com ovinos em Campo do Gerês (+33,3%) e nas freguesias limítrofes (50% e 200%) (Quadros 10 e 11).

Quadro 10 - Dinâmica do número de explorações agrícolas com ruminantes entre 1989 e 2019

	Número de Explorações agrícolas				Variação do nº de explorações (%)	
	1989	1999	2009	2019	1989-2019	2009-2019
Bovinos						
Campo do Gerês	16	6	4	3	-81,3	-25,0
Carvalheira	72	35	25	15	-79,2	-40,0
Covide	53	40	20	22	-58,5	10,0
Terras de Bouro (CC)	721	462	264	253	-64,9	-4,2
Ovinos						
Campo do Gerês	0	1	3	4		33,3
Carvalheira	40	11	2	3	-92,5	50,0
Covide	21	10	2	6	-71,4	200,0
Terras de Bouro (CC)	339	134	59	91	-73,2	54,2
Caprinos						
Campo do Gerês	5	3	1	1	-80,0	0,0
Carvalheira	6	2	2	2	-66,7	0,0
Covide	10	4	7	7	-30,0	0,0
Terras de Bouro (CC)	169	78	45	51	-69,8	13,3

Fonte: INE, Recenseamentos Agrícolas.

Em Campo de Gerês o efetivo bovino aumentou 112,5 %, entre 1989-2019, destacando-se como raças a Cachena e Barrosã, tendo os caprinos diminuído (-93,3 %) (Quadro 11). No entanto, esta última espécie tem expressão muito significativa nas freguesias vizinhas, Carvalheira e Covide, com animais da raça Bravia. De referir aqui efetivos superiores a 300 cabras, alojadas em instalações bem dimensionadas, com pavimento em ripado, garantindo boas condições aos animais e facilitando o maneio dos mesmos e separação dos cabritos (Araújo e Cerqueira, 2021). Verificou-se no último período 2009-2019 o aumento do efetivo ovino em Campo do Gerês (26,3%), embora inferior aos verificados em Carvalheira, Covide e ao Concelho.

Relativamente aos equídeos, Campo do Gerês regista, no período 2009-2019, um aumento de uma para três explorações, acompanhado pelo incremento do efetivo de 12 para 22 animais, refletindo provavelmente a importância das atividades equestres, de lazer e turismo. Pela sua importância no território, mantidos frequentemente em regime quase selvagem, não podemos deixar de mencionar a raça autóctone do Garrano.

Quadro 11 - Dinâmica dos efetivos animais entre 1989 e 2019

	Efetivos Animais (Nº)				Variação dos Efetivos (%)	
	1989	1999	2009	2019	1989-2019	2009-2019
Bovinos						
Campo do Gerês	40	18	43	85	112,5	97,7
Carvalheira	242	155	125	111	-54,1	-11,2
Covide	187	153	82	141	-24,6	72,0
Terras de Bouro (CC)	2664	1984	1348	1767	-33,7	31,1
Ovinos						
Campo do Gerês	0	4	38	48		26,3
Carvalheira	250	99	15	61	-75,6	306,7
Covide	35	67	13	72	105,7	453,8
Terras de Bouro (CC)	3166	1389	560	1010	-68,1	80,4
Caprinos						
Campo do Gerês	75	4	11	5	-93,3	-54,5
Carvalheira	336	673	580	663	97,3	14,3
Covide	629	551	1049	1357	115,7	29,4
Terras de Bouro (CC)	6459	5336	4244	3984	-38,3	-6,1

Fonte: INE, Recenseamentos Agrícolas.

Campo do Gerês revelou aumento do número de Cabeças Normais (CN) de ruminantes no período 1989-2019 superior a 50%, justificado pelo incremento de bovinos e ovinos, contrariando o verificado em Carvalheira e no concelho de Terras de Bouro. De salientar que no decénio 2009-2019 manifestou-se recuperação das CNs nas três freguesias e em Terras de Bouro (Quadro 12).

Quadro 12 - Dinâmica de CN de ruminantes entre 1989 e 2019

	CN (Nº)				Variação da S CN (%)	
	1989	1999	2009	2019	1989-2019	2009-2019
Campo do Gerês	40	12	34	63	57,5	85,3
Carvalheira	238	182	150	155	-34,9	3,3
Covide	196	166	165	250	27,6	51,5
Terras de Bouro (CC)	2905	2065	1435	1749	-39,8	21,9

Fonte: INE, Recenseamentos Agrícolas.

O encabeçamento (CN/ha) relativo aos ruminantes é inferior a 1 CN/ha, verificando-se em 2009-2019 um aumento de 116,2 % em Campo de Gerês, passando dos 0,4 para 0,8 CN/ha.

Quadro 13 - Dinâmica de encabeçamento por SAU total (CN/ha) entre 1989 e 2019

	CN/ ha				Variação da S CN / SAU (%)	
	1989	1999	2009	2019	1989-2019	2009-2019
Campo do Gerês	0,1	0,0	0,4	0,8	1500,0	116,2
Carvalheira	0,6	0,5	0,4	0,9	62,1	129,3
Covide	0,4	0,3	0,1	0,8	121,1	740,0
Terras de Bouro (CC)	0,3	0,3	0,3	0,8	163,3	146,9

Fonte: INE, Recenseamentos Agrícolas.

Também na pecuária extensiva se verificam, após um longo período de inequívoca e sustentada redução da atividade que quase levou ao seu desaparecimento, alguns sinais ténues de recuperação, sobretudo na última década. A esta evolução é certamente alheio o facto da Política Agrícola Comum ter passado a incluir medidas de apoio à manutenção de sistemas de produção agrícolas em áreas desfavorecidas e às produções aí realizadas, sobretudo quando se lhes reconhecem benefícios a nível socioeconómico e ecológico significativos. É o caso da pecuária extensiva realizada com raças autóctones em contexto serrano, com sinergias potenciais com o turismo rural e de natureza, e com a manutenção de uma paisagem em mosaico agroflorestal, mais resiliente a riscos de incêndio e rica em biodiversidade.

No caso específico do território em estudo destaca-se ainda a existência de produtores em Modo de Produção Biológica na pecuária extensiva. No contexto de um Parque Nacional, a efetiva utilização de sistemas de cultivo e de produção animal sem utilização de substâncias químicas de síntese e promotoras de agroecossistemas e de alimentos mais saudáveis constitui um fator de qualificação e de sustentabilidade a defender, e que tenha em conta a integração fundamental entre a dimensão agrícola e silvo-pastoril do sistema, incluindo áreas de cultivo, privadas, e áreas de monte, usadas e geridas coletivamente.

Diversificação económica rural – o turismo

As oportunidades de valorização turística dos territórios de montanha, já antes mencionadas, interligam-se fortemente com os atributos biofísicos das paisagens serranas, e com o património cultural associado à cultura rural, que aqui ainda preserva uma autenticidade ligada a elementos de continuidade com a matriz sociocultural agrária e silvo-pastoril das pequenas aldeias do passado. No caso do Parque Nacional da Peneda-Gerês, destaca-se a atratividade intrínseca para a população urbana e para todos os que apreciam o contacto

direto com a natureza em paisagens de elevado valor natural. Apesar de estar bastante associado a produtos de turismo de natureza, a variedade em termos de património cultural (material e imaterial) do território permite uma oferta diversificada, o que faz desta atividade um pilar de enorme relevância para o desenvolvimento da região.

No diagnóstico prospetivo elaborado como base para a elaboração do Plano de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês a relevância do turismo na atividade económica das freguesias com territórios integrados no Parque é destacada, não só pelo peso que atualmente tem, como pela dinâmica expansiva que regista (ICNF, 2023). Nesse documento pode ler-se: “Na maioria das freguesias do PNPG, o comércio é pouco diversificado e os serviços públicos são escassos. É nas atividades direta ou indiretamente ligadas ao turismo que se verifica um maior dinamismo económico, em termos de população empregada e número de empresas.” (ICNF, 2023: 34).

Ainda no referido relatório documenta-se estatisticamente a expansão recente do turismo no território do PNPG (com exceção do período pandémico Covid19), assim como a crescente qualificação da oferta. Apresentamos aqui uma parte dessa informação, relativa ao município de Terras de Bouro e ao conjunto dos 5 municípios do PNPG (Melgaço, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Terras de Bouro e Montalegre).

No que se refere ao alojamento turístico e à animação turística, entre 2011 e 2021 há um forte crescimento em todas as tipologias de negócio. Em termos quantitativos a maior expansão é no alojamento local.

Quadro 14 - Dinâmica do número de unidades alojamento e empresas de animação turística entre 2011 e 2021 em Terras de Bouro e nos 5 municípios do PNPG

Área geográfica	Tipo de alojamento	Número		Capacidade		Taxa de Variação	
		2011	2021	2011	2021	Nº (%)	Capacidade (%)
T. Bouro	Empreendimentos turísticos	23	50	931	1168	117	25
5 Munic. PNPG		95	247	1937	3471	160	79
T. Bouro	Alojamento local	7	382	177	3124	5357	1665
5 Munic. PNPG		19	760	289	5803	3900	1908
T. Bouro	Parques de Campismo	1	6	600	1165	500	94
5 Munic. PNPG		4	13	1290	2076	225	61
T. Bouro	Empresas de animação turística	9	30	N/D	N/D	233	
5 Munic. PNPG		18	74	N/D	N/D	311	

Fonte: Adaptado a partir de dados do Plano de Cogestão do PNPG (ICNF, 2023)

A expansão da procura pode ler-se nos dados das dormidas em alojamentos turísticos. Estes dados aferidos a Terras de Bouro (concelho) e à NUTIII do Cávado evidenciam um crescimento, interrompido em 2020/2021 pelos efeitos do contexto pandémico Covid19, mas já recuperado em 2022 (Figura 32). O efeito da Covid19 fez-se sentir menos em Terras de Bouro do que no conjunto dos municípios do Cávado. Estes dados vão ao encontro da ideia transmitida na Estratégia de Desenvolvimento Territorial Cávado 2030 (EIDT Cávado 2030) de que o período pandémico potenciou o turismo de baixa densidade na região, com os territórios montanhosos e o turismo de natureza a contribuir para essa tendência.

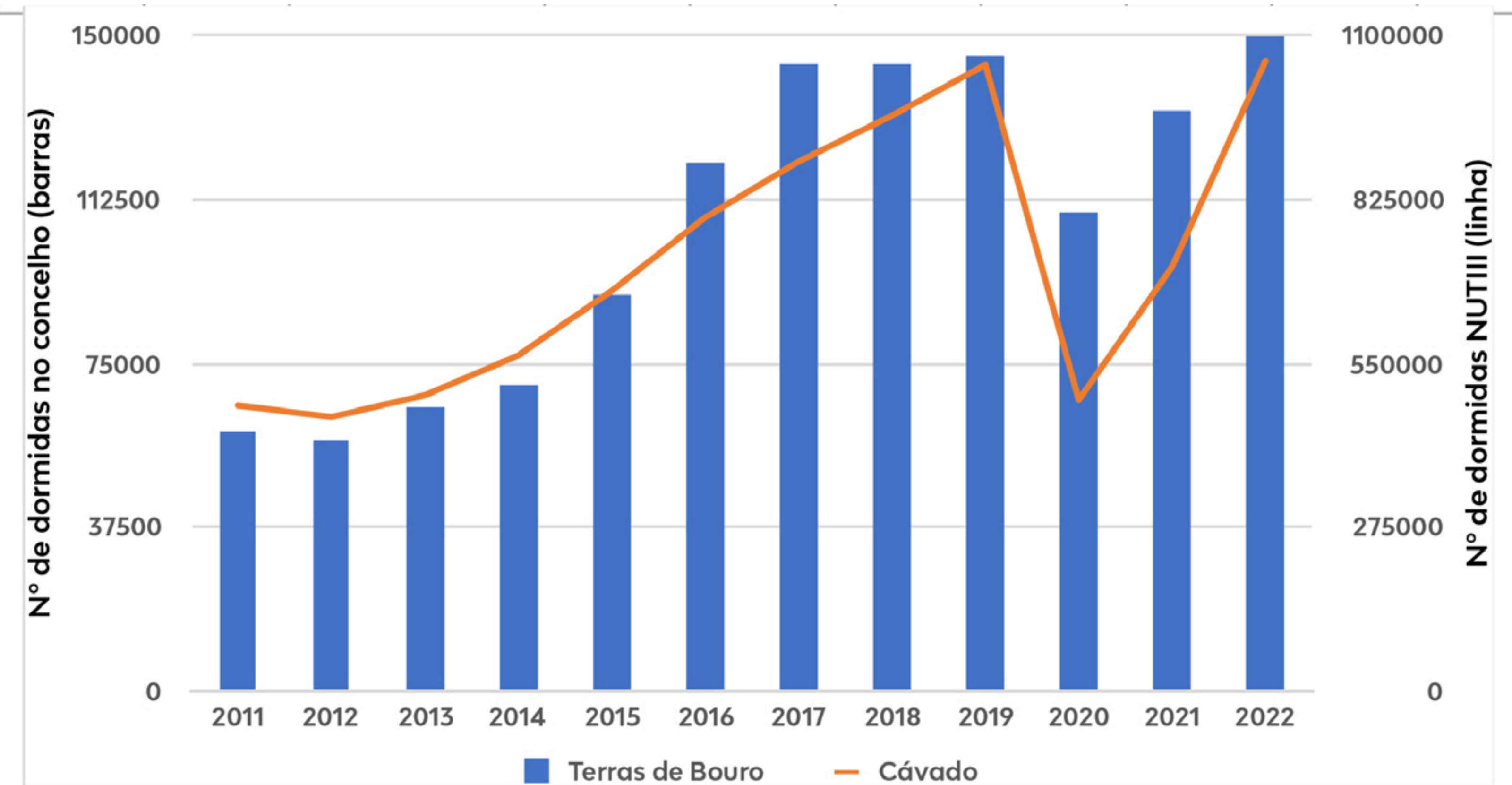


Figura 32 - Evolução do número anual de dormidas em estabelecimentos turísticos no município de Terras de Bouro e na NUTIII do Cávado entre 2011 e 2022

Fonte: INE

A valorização turística nos territórios integrados no Parque Nacional da Peneda-Gerês, no caso do município de Terras de Bouro, interliga-se fortemente com o património natural e rural, o que se pode verificar pela distribuição de alojamentos turísticos dispersa pelas várias freguesias (Figura 33). Nessa mesma figura apresenta-se um indicador de intensidade turística, relacionando a capacidade de alojamento com a população residente nas freguesias.

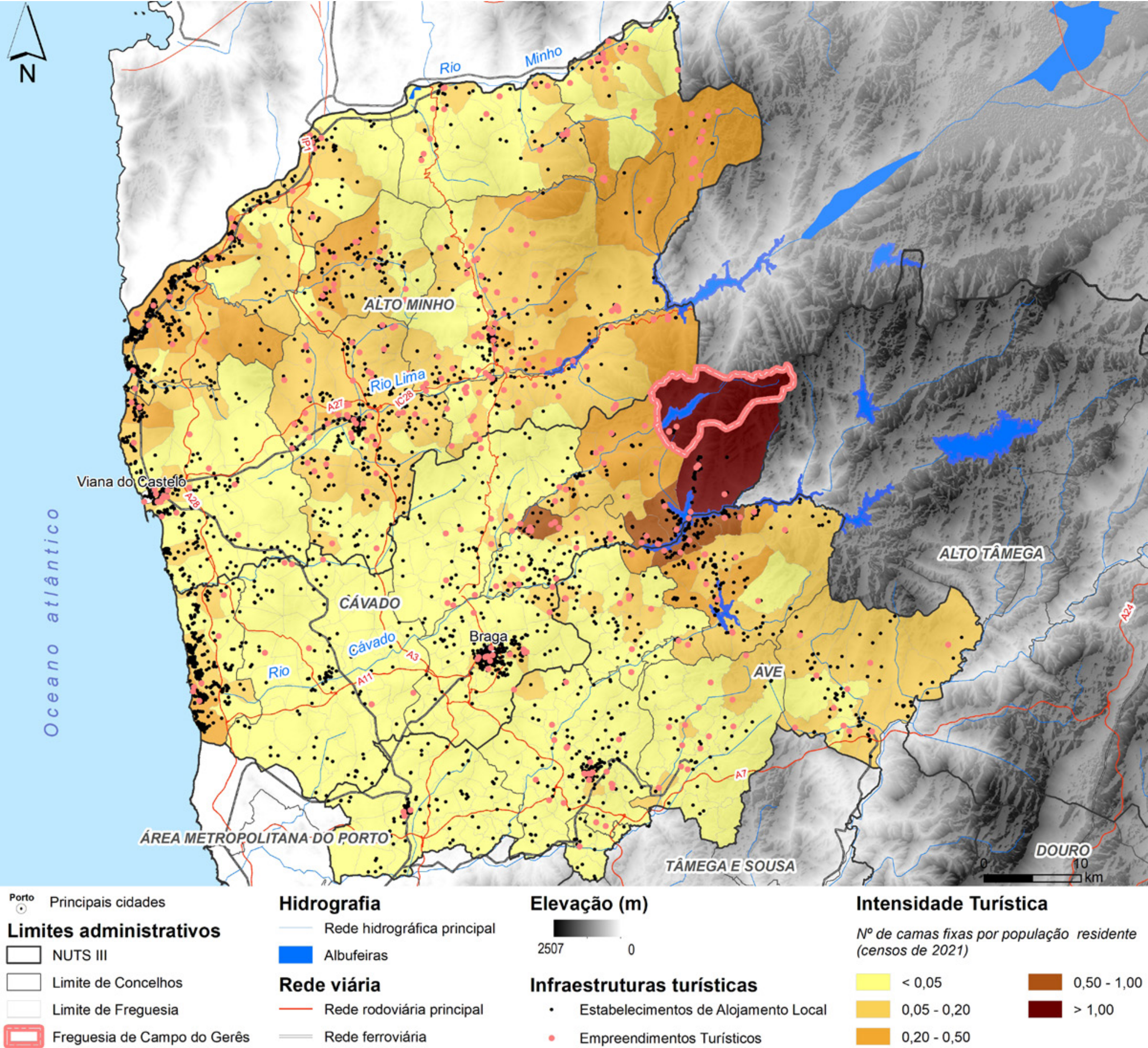


Figura 33 –Índice de intensidade turística em termos do número de camas fixas em alojamento local e empreendimentos turísticos na população residente

Fonte: Turismo de Portugal e INE, Censos da População

A localização periférica, os obstáculos que as características biofísicas do território opõem à industrialização e à modernização agrícola, assim como as restrições impostas à generalidade das pressões humanas decorrentes das classificações ligadas à conservação da natureza, não impediram o crescimento do turismo nas freguesias de maior interioridade do Parque, incluindo Campo

do Gerês. Pelo contrário, a naturalidade e a manutenção do carácter tradicional das paisagens podem considerar-se fatores de atração, pelo menos para uma parte significativa dos turistas que afluem ao Parque. Surgem, no entanto, preocupações com a sustentabilidade deste crescimento. Voltando ao diagnóstico realizado para elaboração do Plano de Cogestão do PNPG refere-se que:

“Ao longo dos anos, tem-se verificado um agravamento das condições de visita em determinadas épocas e áreas do Parque (excesso de trânsito, falta de estacionamento, lixo, etc.), em resultado do crescente número de visitantes que visitam esta área protegida.” (ICNF, 2023: 48)

A elevada sazonalidade do turismo, para além das pressões diretas exercidas pelos visitantes e turistas nas aldeias e nos pontos de interesse natural mais destacados, são aspetos que condicionam negativamente o desenvolvimento local e a sustentabilidade destes territórios. O equilíbrio entre esta atividade e outras atividades económicas – nomeadamente com a manutenção das atividades agrícola e silvícola – mas também outras atividades económicas, pode estar em causa no território em estudo. Este é um dos aspetos a avaliar juntamente com a comunidade. É importante refletir de forma participada sobre a articulação do turismo com a qualidade de vida e com a coesão social, com a dinâmica económica local em sentido lato e com a conservação do património cultural e natural dos territórios.

3.2.3. Uma aldeia do Parque Nacional da Peneda-Gerês: desafios de governança

A análise estatística antes apresentada atualiza e complementa o conhecimento sobre o território de montanha do Minho que tem vindo a ser mobilizado em vários âmbitos de reflexão e planeamento estratégicos, seja ao nível dos municípios e das NUTIII Cávado e do Alto Minho (CIM Cávado e CIM Alto Minho), seja para o âmbito territorial do Parque Nacional. No caso específico desta freguesia tem ainda relevo a construção da Barragem de Vilarinho da Furna, nos anos 1960, e a evacuação da aldeia de Vilarinho da Furna no início da década de 1970.

No quadro geral das transformações da montanha do Minho, Terras de Bouro e a freguesia de Campo do Gerês diferenciam-se por um arranque precoce no desenvolvimento turístico. A vocação turística do destino “Gerês”, inicialmente associada ao turismo termal, foi intensificada com a criação do Parque Nacional em 1971, que continua a ser, desde então, o único Parque Nacional do país. Conservar valores naturais ímpares, num território habitado por comunidades locais, foi desde o início um dos principais desafios na governança do PNPG (Caixa 1).

Criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês em 1971
(Excerto do Decreto 187/71 de 8 de maio)

Ao criar-se o primeiro **parque nacional** no continente, procura-se possibilitar no meio ambiente da Peneda-Gerês a realização de um planeamento científico a longo prazo, *valorizando o homem e os recursos naturais existentes*, tendo em vista finalidades educativas, turísticas e científicas.

Numa síntese da ética de protecção, trata-se de possibilitar numa vasta região montanhosa, de cerca de 60000 hectares - quase na sua totalidade já submetidos ao regime florestal - a conservação do solo, da água, da flora, da fauna e da paisagem, abrindo-a às vastas possibilidades do turismo, mas mantendo uma rede de reservas ecológicas de alto interesse científico, tanto nacional como internacional.

Desde então foram-se acumulando novas classificações no âmbito da conservação da natureza, com abrangência ibérica (Parque Transfronteiriço Gerês-Xurês), europeia (Rede Natura 2000) e mundial (Reserva da Biosfera, Reserva Biogenética). Estrategicamente, a montanha (paisagem diferenciada e de elevado valor cénico) e a integridade dos sistemas naturais (geodiversidade, biodiversidade, habitats, ecossistemas) são os ativos diferenciadores mais destacados destes territórios.

No âmbito do planeamento estratégico promovido pela Comunidade Intermunicipal do Cávado para os seus 6 municípios (Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde) destacam-se as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial, para 2014-2020 (CIM Cávado, 2014) e

posteriormente para o horizonte temporal 2021-2027 (CIM Cávado, 2021). Nestes documentos há uma explícita referência à montanha e ao PNPG como ativos territoriais de excelência ambiental e paisagística, quer para o cluster do turismo rural e de natureza, quer pelo efeito positivo direto na atratividade e qualidade de vida das cidades próximas, em particular Braga.

O reconhecimento deste potencial de especialização, e de competitividade, do concelho de Terras de Bouro e das suas freguesias não exclui uma leitura clara da persistente desvantagem socioeconómica deste território no quadro sub-regional. Na EIDT Cávado 2020 deixou-se um alerta para a importância da concertação, entre os municípios, de uma visão da coesão territorial assente na definição de limiares mínimos de “condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos, de igualdade de oportunidades e de intervenção das políticas públicas” (CIM Cávado, 2014:80). Uma década depois, na EIDT Cávado 2030, a questão das desigualdades territoriais volta a reforçar a problemática associada aos territórios de baixa densidade, com Terras de Bouro em destaque, preconizando-se a necessidade de ir além das ofertas de serviços públicos convencionais, promovendo “ações inovadoras que recriem melhores condições de vida para as populações com maior isolamento e afastamento aos serviços públicos de interesse geral e que melhorem as condições de atratividade de novos residentes” e um “plano de investimentos de discriminação positiva para os territórios de baixa densidade do Cávado (Terras do Bouro e territórios interiores de Amares e Vila Verde) destinados a criar condições de fixação de jovens e de atração de investimento a esses territórios, com componente associada de capacitação de instituições e agentes locais” (CIM Cávado, 2021: 59).

Aos problemas demográficos, e da redução da disponibilidade local de serviços públicos e privados, sobretudo para jovens e famílias com crianças, vão-se acrescentando os riscos de degradação paisagística e ambiental decorrentes do progressivo abandono das práticas agrícolas e silvícolas tradicionais, agravados pelas alterações climáticas e pelas invasoras, e os da intensificação turística, em moldes mais massificados e/ou e com pouco retorno económico para as comunidades locais. O diagnóstico ambiental realizado na EIDT Cávado 2030 remete-nos para a ideia de um baixo desempenho do concelho de Terras de Bouro ao nível das emissões de gases com efeitos de estufa (considerando as emissões associadas a incêndios rurais), e uma dinâmica negativa no âmbito dos resíduos (aumento da capitação e redução da recolha seletiva). Sendo a

excelência ambiental o principal trunfo que este território tem para se posicionar competitivamente na região – quer pelo turismo, quer pelos serviços de ecossistema de interesse público – a dificuldade em o proteger e valorizar de forma sustentável e qualificada, representa uma ameaça considerável para as comunidades locais e para toda a região.

A responsabilidade por estas dinâmicas menos positivas, nomeadamente no âmbito da degradação paisagística e ambiental nas áreas protegidas do Cávado remete, em parte, para a administração central e para os limites de um modelo de governança centralizado:

“Os constrangimentos orçamentais na administração pública, associados ao modelo centralizado que Portugal adotou para a gestão dos espaços protegidos, implicou a perda de capacidade de intervenção que estava instalada nas estruturas de gestão destas áreas (em Esposende e em Braga), o que resulta numa maior incapacidade de fazer uma gestão mais próxima da realidade, mais preventiva e mais capaz de inscrever estes valores na matriz produtiva regional, em especial através do turismo e da base de conhecimento científico” (CIM Cávado, 2014: 56).

É de referir, neste âmbito, a recente mudança legal e organizativa da gestão das áreas protegidas com a definição do modelo de cogestão, entendido como mais próximo, participativo e colaborativo, na base da ideia de que: *“cada área protegida encerra especificidades próprias decorrentes dos seus valores naturais, nas dimensões política, territorial, cultural, social e económica da sua sustentabilidade, para as quais as entidades que estão no território detêm, reconhecidamente, uma capacidade de mobilização e interação que a proximidade e conhecimento do território lhes confere”* (Decreto Lei 116/2019 de 21 de agosto).

Foi no âmbito deste novo quadro legal que se elaborou o Plano de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês, aprovado em janeiro de 2023.

Plano de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês
(excertos)

[O PNPG] É o único Parque Nacional do país e a sua valorização deve, pois, passar por uma prerrogativa de força nacional, um desígnio coletivo, em concordância com o seu valor e representação ímpar em Portugal.

Contrariamente a outros Parques Nacionais da Europa e do Mundo, no nosso PNPG residem pessoas e esta presença humana tem sido vital na construção e manutenção das suas características únicas, que fazem dele a mais relevante Área Protegida do país e também uma Reserva Mundial da Biosfera. [...]

É neste contexto que se enquadra a cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês, um modelo de gestão de proximidade, que consagra a intervenção de parceiros estratégicos na gestão deste território, entre os quais, obrigatoriamente, os municípios, o ensino superior e as organizações não governamentais ligadas ao ambiente, para além de outros interlocutores relevantes que, em articulação estreita com o ICNFI.P. (Instituto da Conservação da Natureza e Florestas), assumem o compromisso de colaborarem para a promoção e valorização sustentável do território, do seu património e das suas comunidades.

A intervenção do Acontece in Loco, ao colocar no centro da sua ação as comunidades locais e a sua participação como atores chave nos processos de mudança, alinha-se com as tendências para uma governança mais participativa, envolvendo as partes interessadas e a sociedade civil. No caso específico dos territórios rurais de montanha argumentamos que as aldeias – enquanto espaço social e biofísico – são unidades pertinentes de planeamento estratégico participativo.

A aproximação estatística e documental à freguesia de Campo do Gerês, no quadro regional da montanha do Minho, complementada com as entrevistas às entidades com ação mais direta no território (ADERE-PG, ATAHCA, ICNF) e às entidades representativas da comunidade local (Junta de Freguesia de Campo do Gerês, Associação de Compartes de Campo do Gerês, Associação AFurna e Associação Cultural Rural Vivo) permitiram validar a noção de que esta freguesia representa um sistema socioecológico pertinente como caso de estudo. Particularmente se tomada em conjunto com as freguesias adjacentes de Covide e Carvalheira. Destacamos as seguintes especificidades:

1. Um elevado nível de qualificação da população residente (Censo de 2021);
2. Sinais de uma possível reversão do declínio da atividade agrícola a partir de uma situação de quase desaparecimento;
3. Um trajeto já longo de expansão da oferta turística que, embora potenciada por infraestruturas ligadas à barragem de Vilarinho da Furna (Pousada da Juventude; Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna), foi crescendo a partir uma tipologia de pequeno empreendedorismo de base local, com projetos diversificados de alojamento, restauração e animação turística;
4. Dinamismo comunitário e associativo assinaláveis, combinando elementos tradicionais e elementos inovadores, seja em termos de objetivos, valores e práticas, da origem mais e menos enraizada das pessoas envolvidas e do maior ou menor grau de articulação com redes mais alargadas;
5. Uma significativa heterogeneidade cultural da população residente, considerando sobretudo um afluxo emergente de novos habitantes, incluindo jovens ativos e famílias com crianças, atraídos pelos atributos rurais e naturais do local.

4. Campo do Gerês – as vozes de uma comunidade

A última fase da metodologia adotada, visando a dinamização e envolvimento da comunidade, desenvolveu-se com a realização de 3 focus-group temáticos (rodas de conversa) e de 4 Oficinas de Partilha de Conhecimentos e Experiências, realizados em Campo do Gerês. As rodas de conversa com os temas “Viver e Trabalhar” e “A Comunidade a Valorizar e a Gerir a Terra e o Monte” tiveram lugar no edifício da antiga Escola Primária de Campo do Gerês, recentemente recuperado, local onde grande parte dos participantes ainda aprendeu as primeiras letras (Figura 34).



Figura 34 - Roda de Conversa “Viver e Trabalhar”, Antiga Escola Primária de Campo do Gerês

De referir que, na primeira roda de conversa, o grupo de participantes abrangeu o intervalo dos 23 aos 94 anos de idade, dos quais 7 eram homens e 11 mulheres. A segunda roda de conversa foi menos participada, o que se justifica pela especificidade do tema (agricultura e florestas), mas também

pela proximidade temporal dos dois eventos. Consideramos que, com estes dois focus-group, foi possível assegurar representatividade social à escala da comunidade local. Realçamos ainda a participação de pessoas com diferentes perfis socioculturais e graus de enraizamento na aldeia (habitantes com raízes familiares de várias gerações, novos habitantes reformados, novos habitantes jovens e ainda pessoas que permanecem na aldeia apenas uma parte do ano). Para as temáticas do turismo e da governança considerou-se pertinente alargar a participação a atores institucionais e empresariais, associando as dinâmicas participativas ao programa das oficinas na forma de tarefas colaborativas em pequenos grupos. Estas oficinas decorreram na Sala da Geira, no Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna, em Campo do Gerês.

Na oficina dedicada ao turismo lançou-se o debate sobre o conceito e a prática do Ecoturismo, em torno do seguinte desafio: “Como podem as empresas e as organizações com intervenção no turismo contribuir para que o território do Parque Nacional da Peneda-Gerês seja um destino de ecoturismo de excelência? Que ações realizar para (i) melhorar a conservação da natureza; (ii) melhorar o bem-estar dos residentes; (iii) atrair turistas responsáveis; (iv) ter rentabilidade e emprego qualificado e (v) criar e manter cooperação entre atores (Figuras 35 e 36).



Figura 35 - Grupos de trabalho a participar na tarefa colaborativa sobre o turismo

1. Como podem as entidades e as organizações com intervenção no turismo contribuir para que o território do Parque Nacional da Peneda-Gerês seja um destino de ecoturismo de excelência? Que ações realizar para:

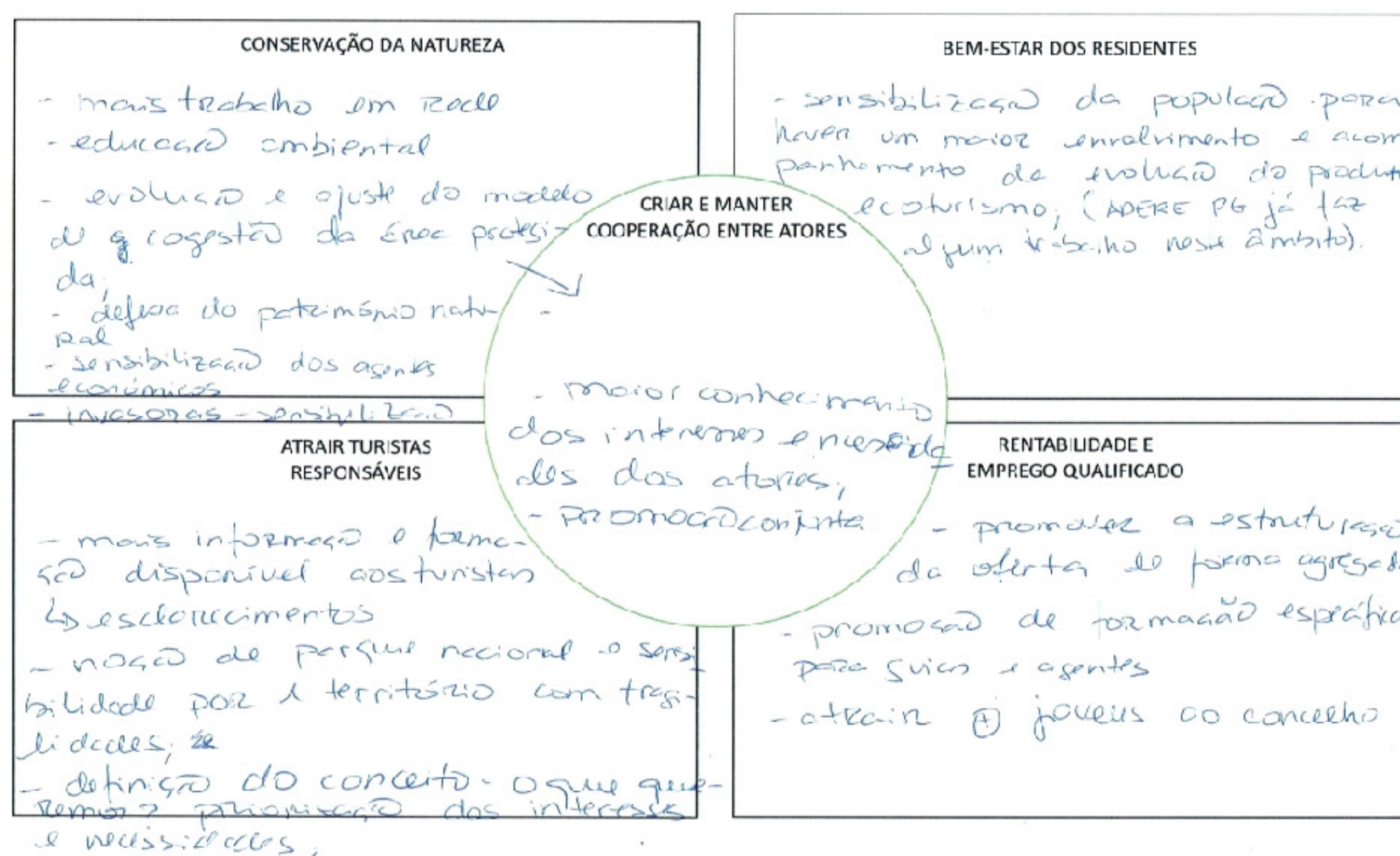


Figura 36 - Exemplo de ficha preenchida na tarefa colaborativa sobre turismo

A temática da governança foi desenvolvida numa primeira oficina na qual se solicitou aos participantes para, também em pequenos grupos: (1) identificar as áreas de intervenção nas quais a comunidade local pode ter mais ação e responsabilidade e, subsequentemente, (2) refletir sobre como é que essa capacidade de ação local pode ser potenciada pelas entidades, quer as associações locais e Junta de Freguesia de Campo do Gerês, quer os agentes de desenvolvimento territorial que atuam ao nível do município e mesmo da região, incluindo-se aqui a ADERE-PG, ATAHCA e ICNF (Figura 37). Nesta temática é igualmente relevante destacar a importância das entrevistas realizadas aos dirigentes das várias entidades coletivas – locais e não locais – visando compreender melhor o seu âmbito de atuação no território, projetos passados e presentes, dificuldades, resultados alcançados e expectativas para futuro.



Figura 37- Tarefa colaborativa em pequenos grupos sobre governança e comunidades locais

É importante realçar que as Oficinas de Partilha de Conhecimentos e Experiências envolveram um processo colaborativo na programação e realização, integrando as associações e atores locais na organização, o que contribuiu significativamente para o seu sucesso, quer em termos de participação, quer de pertinência, atualidade dos temas e qualidade das intervenções realizadas pelos oradores convidados (figura 38).



Figura 38 - Vereadora da Educação de Terras de Bouro na Oficina sobre Modelos educativos e aprendizagens em territórios de baixa densidade

A aplicação de uma lógica efetiva de cooperação entre atores teve um dos seus pontos altos na Oficina “A nossa natureza, a nossa escola” dedicada a jovens estudantes do 10º ano de escolaridade da Escola Básica e Secundária de Terras de Bouro (Figura 39). Além da própria direção e docentes dessa Escola, e da equipa da ESA-IPVC, a organização envolveu mais quatro entidades: Município de Terras de Bouro (transporte), ICNF (autorizações e interpretação do património), Associação de Estudantes da Escola Básica e Secundária de Terras de Bouro (divulgação junto dos estudantes e participação na Oficina) e Keen Tours (interpretação do património). Consideramos que, para além das aprendizagens relativas aos valores culturais e naturais presentes no território, e da experiência gratificante que foi possível proporcionar, os jovens e os profissionais envolvidos nesta oficina tiveram a oportunidade de perceber ser possível inovar quando se superam as barreiras e as inércias naturais de cada instituição. Dos 18 estudantes que participaram, quando questionados se gostariam “de ter oportunidade de fazer mais atividades de campo como esta”, todos responderam afirmativamente e 17 indicaram desejar uma regularidade de uma vez por mês para este tipo de atividades.



Figura 39 - Um percurso interpretado no Parque Nacional da Peneda-Gerês para jovens estudantes de Terras de Bouro

Apresenta-se de seguida uma síntese da informação recolhida, dando destaque aos resultados das rodas de conversa e incorporando, sempre que pertinente, conteúdos obtidos nas entrevistas e nos momentos participativos integrados nas oficinas. A análise de conteúdo realizada permitiu organizar a informação em função dos temas e questões mais relevantes para a comunidade, e nalguns casos previamente propostos pela equipa. Os discursos diretos registados em áudio e transcritos na íntegra, são parcialmente reproduzidos, com informação do género e da idade do interveniente. Na temática do turismo apresentam-se os principais resultados dos questionários aplicados aos empresários de turismo e aos visitantes.

4.1. Viver e trabalhar

Freguesia de Campo do Gerês: um bom local para viver

São vários os aspetos que influenciam a perceção positiva das pessoas que vivem em Campo do Gerês, destacando-se a qualidade ambiental e a qualidade social deste espaço de vida. Estes aspetos são também percecionados por novos residentes que lá se têm instalado (Quadro 11).

Quadro 11 - Principais discursos sobre viver e trabalhar em Campo do Gerês

Ideias centrais dos discursos	Citações selecionadas (género / idade do interveniente)
Qualidade ambiental	<i>"Isto aqui é o paraíso na terra."</i> [M, 77] <i>"...venho aos fins-de-semana para desfrutar da natureza e das coisas boas que há aqui."</i> [M, 41] <i>"[Desejo para futuro] que a água e o ar se mantivessem com a mesma qualidade."</i> [M, 57]
Qualidade social enquanto espaço de vida	<i>"Isto é uma aldeia, à vista das outras aldeias que rodeiam o concelho, é uma aldeia especial."</i> [M, 77] <i>"Muita gente deu-se conta [na pandemia] que temos muita qualidade de vida aqui, em muitos sentidos."</i> [F, 40]
Atração de novos residentes	<i>"Vivia em (...). Simplesmente apaixonei-me por Campo. Gostei disto: das pessoas, da paisagem, da natureza."</i> [M, 65] <i>"Há volta de 20 anos regressei para a aldeia por uma questão de condições de vida, que acho que os locais rurais e de montanha me oferecem, que outros não."</i> [M, 41]

Comunidade de Campo do Gerês – passado e futuro

Convidados a olhar o presente, a relembrar o passado e a exprimir aspirações sobre o futuro, o sentido de comunidade e as práticas de solidariedade entre vizinhos foram os aspetos mais aludidos. A comunidade tem bem presentes as mudanças que foram ocorrendo com impacto nestas dinâmicas, reconhecendo a tendência para o seu enfraquecimento ou, noutra perspetiva, para a sua transformação.

A partir das memórias e desejos expressos na roda de conversa elaboramos duas nuvens de palavras, nas se destacam as mais frequentes (Figura 40).

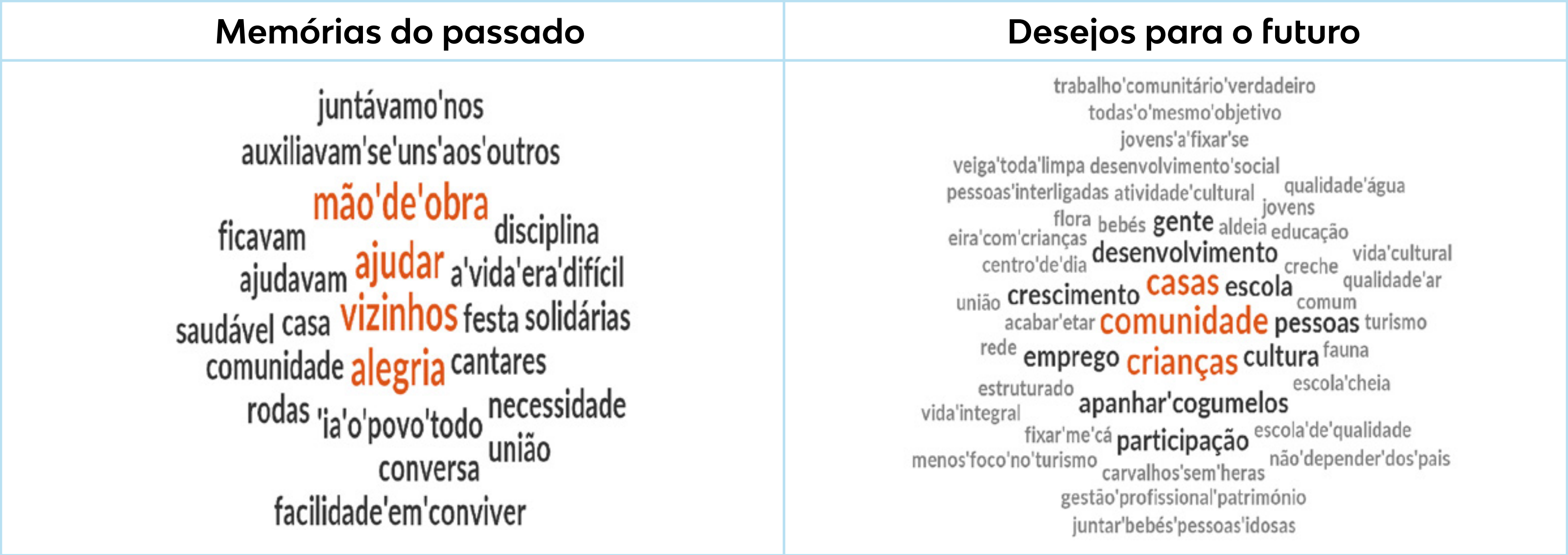


Figura 40 – Nuvens de palavras “Passado e futuro da comunidade de Campo do Gerês”

No passado, a proximidade entre as pessoas, a entreajuda, a união, a alegria e o convívio são os traços que sobressaem. Os relatos dão conta de uma maior participação em atividades comunitárias, quer de trabalho quer de lazer, refletindo um passado de comunidade forte e unida, onde as pessoas se juntavam e auxiliavam mutuamente. A vizinhança era mais próxima e apoiava-se nas atividades do dia a dia: “Antigamente os vizinhos eram vizinhos, auxiliavam-se uns aos outros” [M, 94]; “(...) Uma pessoa estava doente, tinha um trabalho para fazer, os vizinhos iam-lhe fazer o trabalho, vinham ajudar, sim senhor. Havia muita alegria!” [F, 74].

Deste passado, prevalece o sentimento duma comunidade coesa, porém, também marcada pelas condições de vida mais precárias e a necessidade de trabalhar desde cedo: “Antigamente não era assim, todos trabalhavam. Eu andava na escola (...) Antes de vir para casa tinha de ir buscar os cabritos. Antigamente tínhamos de esgadanhar para comer, hoje não” [H, 77]. As condições de escassez que outrora marcavam as famílias levavam a uma maior entreajuda entre elas, situação que se foi alterando: “[...] Havia aquela disciplina de ajudar o vizinho, porque tinha de ser assim, porque a vida era difícil. As pessoas agora já têm o seu” [M, 41]; “Antigamente as pessoas ajudavam-se umas às outras porque não havia outro recurso” [F, 67].

Hoje reconhece-se a melhoria nas condições de vida, em termos de rendimentos, conforto e acesso a maior diversidade de bens e serviços. Como já se mencionou, as dinâmicas comunitárias foram-se alterando, embora, no quadro geral de sentimento de perda pela redução das práticas comunitárias, surgiu também uma perceção algo contrária, que afirma que os laços da comunidade ainda perduram, bem como o poder-se confiar neles: “(...) E tenho a certeza, de

que qualquer vizinho aqui se baterem à porta dele para ajudar ou se alguém precisar, eu tenho a certeza absoluta que essa pessoa ajuda. O que não há é necessidade” [F, 67]. O sentido de comunidade persiste mesmo entre quem já não reside permanentemente na aldeia, como testemunha um membro da comunidade que não tem em Campo do Gerês a sua residência permanente: *“Eu continuo a vir aqui [...]. Temos ainda aí vida, continuamos a ter aqui a nossa vida familiar, a casa, a horta, as coisas. E pronto, temos essa ligação visceral”* [M, 41].

O futuro de Campo do Gerês passa pela necessidade de renovação geracional, sendo o desejo mais veemente a existência de mais crianças na aldeia. Ocorrem as boas memórias de uma escola cheia e deseja-se hoje não apenas recuperar a escola, mas que esta seja uma escola de qualidade. Esta condição é considerada central para a fixação de famílias jovens em Campo do Gerês, não apenas no futuro, mas já no quadro de uma procura existente: *“Um fator de decisão muito importante é não haver escolas, as pessoas com crianças já não vêm.”* [M, 41]. O apoio à infância constitui também uma necessidade para ativos jovens que, não sendo residentes, têm na freguesia o seu local de trabalho. A distância das ofertas existentes condiciona a qualidade de vida destas pessoas: *“Eu acho que, para mim, o serviço mais essencial aqui é um serviço de apoio à infância. (...) Enquanto que, antigamente tivemos a sorte dos nossos filhos ficarem com as avós, hoje é cada vez mais difícil. Atrevo-me mesmo a dizer que vejo isto mais importante até que a saúde”* [M, 61].

Há sinais claros de uma recente capacidade de atração da freguesia para famílias e profissionais jovens, algo que contrasta com muitos territórios similares. O processo de integração dos jovens relaciona-se com a perceção da necessidade de tornar a comunidade mais plural e mais aberta à diversidade e às autonomias individuais: *“Também vejo o desinteresse dos jovens, dos nossos jovens nativos. Não é fácil ficar aqui. Porque eles sentem que aqui não têm liberdade, porque na cidade vão ter outro tipo de liberdade. Ao contrário, eu tenho-me apercebido de que há muitos jovens das cidades, que não têm ligação nenhuma com a aldeia, que se querem fixar cá”* [F, 26]; *“Na cidade uma pessoa passa por anónimo facilmente. Tem a liberdade de fazer todo o tipo de coisas e não quer saber se o vizinho vai achar bem ou mal. Há pessoas que chegam aqui e que são de certa forma vistas como estrangeiros, como estranhos (...) e depois isso cria mal-estar nas pessoas, eu acho que isso é muito importante”* [M, 41].

Inovação educativa em meio rural

Como já foi mencionado, um dos principais desejos da comunidade é continuar a haver “gente” na aldeia, com crianças e escola. É importante diferenciar o acesso à educação – existente mediante transportes coletivos – e a possibilidade de as crianças permanecerem na aldeia. As pessoas da comunidade consideram-na essencial pelo modo como contribui para a criação de laços, das crianças quer entre si e com o território: “(...) *Eu vinha para casa e de tarde ia brincar para o meio da eira, ia andar de bicicleta, fazer bolos de terra (...). A gente continuava a ter aquele tempo para ir brincar e para ir conviver com o resto dos miúdos [na aldeia]*” [M26]. Uma parte das famílias opta por trajetórias escolares em meios mais urbanos, reconhecendo, porém que esta opção pode constituir um obstáculo ao seu enraizamento no território e na comunidade. “*Quando mandamos os filhos para Braga dificilmente os vamos recuperar outra vez aqui, perdemo-los*” [M, 57].

Um pequeno grupo de habitantes de Campo do Gerês, procurando uma solução mais adaptada às suas necessidades específicas, criou a Comunidade Educativa Germinar, vinculada à Associação Cultural Rural Vivo. Esta envolve famílias e crianças de várias aldeias de montanha de Terras de Bouro e Vieira do Minho e segue um modelo de ensino e aprendizagem que privilegia uma abordagem alternativa ao desenvolvimento da criança e do jovem relativamente à escola convencional. As crianças realizam as suas aprendizagens em forte articulação com o meio envolvente na aldeia, sendo mobilizados recursos humanos para proporcionar experiências e conhecimentos diversificados. Esta iniciativa, a par das outras atividades da Associação, nomeadamente artísticas e culturais, afigura-se como uma oportunidade de desenvolvimento humano e comunitário pelo modo como interliga as crianças, a comunidade local e o meio envolvente, incluindo os espaços naturais e agrícolas. Este modelo educativo tem tido aplicação sobretudo até aos 12 anos de idade das crianças, que posteriormente ingressam em instituições de ensino formais. Atualmente este modelo apenas é possível com forte empenho e dedicação de recursos por parte dos pais envolvidos.

Tendo consciência dos problemas inerentes à pequena dimensão populacional da aldeia, foram apontadas soluções privilegiando ofertas integradas de serviços: “*um espaço polivalente, que possa acolher pessoas mais*

velhas, e bebés e crianças. Há exemplos até de proximidade, em Espanha” [M, 61]. Neste âmbito a comunidade é proactiva e manifesta predisposição para se responsabilizar na conceção de soluções adaptáveis e inovadoras.

Na oficina dedicada ao tema “Modelos educativos e aprendizagens em territórios de baixa densidade: uma reflexão em torno da sua aplicação em aldeias de montanha” foram apresentadas várias experiências nacionais e internacionais de serviços de proximidade respondendo à especificidade do apoio à primeira infância e na educação infantil em contextos rurais similares. Ficou evidente que esta é uma área chave que urge ser repensada, antecipando-se necessidades associadas ao rejuvenescimento demográfico e potenciando a construção de identidades rurais positivas.

Os jovens, as oportunidades de emprego e a habitação

Como já se verificou, o emprego agrícola diminuiu, aumentando o emprego nos serviços, particularmente no turismo. Há, no entanto, uma dinâmica populacional que diferencia Campo do Gerês (e possivelmente Covide e Carvalheira), com a procura e fixação de jovens casais, incluindo famílias com filhos, alguns daqui naturais, outros sem ligação anterior, mas atraídos ao território pelas suas amenidades naturais e sociais, procurando estabelecer o seu espaço de vida nestas aldeias de montanha.

A inversão das tendências demográficas continua a depender, contudo, da capacidade de assegurar emprego para os jovens: “*Nós o que precisamos mais aqui são postos de trabalho, para fixarmos os jovens para não terem de se ir embora*” [M, 57]. O modo de encarar o futuro, se inclui ainda visões bastante pessimistas de inevitabilidade de saída dos jovens, encontra já perspetiva alternativas que remetem para cenários possíveis de rejuvenescimento, como mostra o quadro 12.

Quadro 12 - Oportunidades profissionais para jovens numa aldeia de montanha

Ideias centrais dos discursos	Citações selecionadas (género / idade do interveniente)
Perspetivas menos otimistas sobre o emprego jovem	<i>"(...) as pessoas vivem cada vez menos da agricultura. Agora surgiu o turismo para arranjar algum trabalho para as pessoas, fora isso aqui não há grandes empregos."</i> [F, 23] <i>"Se não há empregos [aqui] eles têm que ir atrás deles."</i> [F, 74] <i>"Mas a vida agora aqui é completamente impossível. (...) Têm de gostar da agricultura, de coisas que nós temos aqui. E o que é que nos temos aqui? Nada, absolutamente nada."</i> [F, 65]
Perspetivas mais otimistas sobre oportunidades emergentes	<i>"Nem todos os empregos se podem ter aqui, mas há muitos que se podem. Tudo o que seja ligado à natureza, animação sociocultural, à educação, às artes, há muita coisa que se pode fazer on-line, além de tudo o que está ligado às instituições, à Câmara, por exemplo."</i> [F, 40] <i>"Eu acho que a parte da cultura é muito interessante [...] O nosso trabalho artístico já trouxe para cá pessoas que já se querem fixar cá. Ainda não têm condições, se calhar, mas a partir da cultura também é possível fixar as pessoas nos sítios."</i> [M, 41] <i>"Podem criar o seu próprio emprego."</i> [M, 51] <i>"Há jovens que se estão a fixar aqui. Empreendedores (...) E depois o emprego on-line também facilitou a vinda das pessoas"</i> [F, 40] <i>"Esta terra é rica em oportunidades. É possível nesta aldeia fazer muita coisa [...] Trabalhos ligados à natureza, trabalhos de limpeza da montanha, podia até haver trabalhos comunitários."</i> [M, 41]

As perceções relativas à atividade agrícola são ainda marcadas pelo declínio. No entanto uma parte dos novos residentes associa-se aos valores e às práticas da agroecologia, aspirando à possibilidade de produzir alimentos para consumo, associando a Campo do Gerês um espaço ideal para tal. Este movimento tem potencial para atrair novos residentes, não pela vertente profissional, mas sim pela da qualidade de vida. Por outro lado, há um crescente reconhecimento de que o turismo depende da continuidade da agricultura e de uma gestão ativa da floresta. Estas tendências, a aprofundar-se, favorecem a continuidade da atividade agrícola, pecuária e silvicultura na economia local e na vida das novas gerações. Mas é a expansão substancial das atividades de serviços ligadas ao bem-estar das pessoas (recreio, saúde, sociabilidade, educação, cuidados aos idosos e cultura) que se afigura estar a emergir uma trajetória de revitalização, para quem visita, mas cada vez mais para quem vive ou deseja viver. Destaque-se aqui o interesse despertado pelo projeto do Centro de Desenvolvimento Rural “O Viso”, da vizinha Galiza, pela dinâmica criada em torno da oferta de várias valências sociais (<https://www.cdroviso.org/>). Este projeto, apresentado na Oficina dedicada aos modelos educativos para os territórios de baixa densidade, resulta da iniciativa da comunidade local e tem como lema o empenho em apostar num meio rural habitável e habitado, além de visitável.

A par do emprego, um dos aspetos percebidos como obstáculo ao rejuvenescimento é a dificuldade de acesso à habitação. A conversão de edifícios habitacionais em unidades de alojamento turístico e o valor alcançado leva a uma menor disponibilidade de habitações para residir, problema sentido por quem procura aqui instalar-se “*Não há muitas casas para alugar, há gente a querer fixar-se e não há casas para alugar*” [F, 40]. Por outro lado, os processos de licenciamento de novas construções estão fortemente condicionados pelos constrangimentos decorrentes do relevo e das restrições à edificação inerentes aos planos de ordenamento das áreas protegidas e classificadas.

Se, comparativamente ao passado próximo, abrem-se novas oportunidades para a fixação das novas gerações neste território de montanha não podemos de considerar a persistência e resiliência quase excepcionais que esta opção de vida ainda pode significar, como denotam as palavras de uma jovem residente: “*Para a gente se fixar aqui e para ficar aqui é preciso ser muito teimoso. Muito. Como um carneiro [...]. E depois a gente não pode pôr os ovos todos na mesma cesta, tem que distribuir o mal pelas aldeias se queremos sobreviver e ter alguma qualidade de vida aqui*” [F, 26].

Viver e trabalhar numa aldeia do Parque Nacional

As pessoas de Campo do Gerês têm bem presente os efeitos da integração da sua aldeia no Parque Nacional da Peneda Gerês. Consideram ser um aspeto positivo, pela apreciação dos valores naturais presentes e qualidade ambiental inerente e pelas oportunidades de negócio ligadas ao turismo. No entanto, reconhecem a existência de algumas restrições que nem sempre têm favorecido o desenvolvimento da freguesia (Quadro 13).

Quadro 13 – Percepções sobre a vida numa aldeia do PNPG

Ideias centrais dos discursos	Citações selecionadas (género / idade do interveniente)
Aspetos positivos da sua integração no PNPG	<i>“É um orgulho pertencer ao Parque Nacional (...).” [F, 74]</i> <i>“O Parque Nacional é uma certificação que tem vantagens muito grandes, desde logo para quem está na atividade turística.” [M, 61]</i> <i>“O Parque a mim nunca me estorvou, e a minha casa está dentro do Parque. Trouxe turismo, é um nome, vende-se.” [M, 77]</i>
Percepções menos favoráveis da sua integração no PNPG	<i>“A mim deu-me muitos problemas, até para fazer a minha casa me vi grega, portanto, é só entraves, entraves, entraves.” [F, 74]</i> <i>“Acho que para a construção é bastante limitativo, para quem quer viver aqui e fazer a sua casa está bastante limitado.” [F, 40]</i> <i>“O Parque para a comunidade aqui nunca foi uma mais-valia, até foi uma perturbação durante muitos anos. Não só para construção, mas para a lenha, para tantas coisas”. [M, 41]</i> <i>“O Parque Nacional não nos veio trazer nada de novo. O que nós temos já tínhamos, tivemos sempre. Eles vieram trazer-nos muitas restrições e proibições, foi a única coisa que trouxeram [...]. Os sucessivos planos de ordenamento do território são um entrave ao desenvolvimento das populações. Mal feitos.” [M, 57]</i>

A ideia de diminuição do investimento viabilizado pelo ICNF para benefícios diretos da população do PNPG está presente no balanço feito pelos seus técnicos, que reconhecem ter havido, nas primeiras décadas que se seguiram à sua criação, um maior investimento em prol das populações, nomeadamente em abertura de vias de acesso, melhoria de levadas para condução de águas e moinhos e até programas específicos para as escolas. Estas intervenções eram asseguradas pelos trabalhadores que o ICNF recrutava localmente, contribuindo para criar postos de trabalho, realidade que, entretanto, mudou. Por outro lado, é ainda referida a reorganização de competências do ICNF com a criação da ADERE-PG que, mais recentemente tem as atribuições relacionadas com o desenvolvimento de projetos com objetivos socioeconómicos, com maior impacto e visibilidade junto das populações. Por fim, interessa realçar que todos os 18 estudantes que participaram na Oficina “A nossa natureza, a nossa escola”, concordaram com a afirmação de que “viver e estudar no/perto do Parque Nacional Peneda-Gerês é um orgulho para mim”, na sua resposta ao questionário de satisfação realizado on-line na sequência da oficina.

4.2. Agro-silvo-pastorícia, florestas e conservação da natureza

Agro-silvo-pastorícia

Campo do Gerês dispõe de pouca área de terras aráveis, concentradas na Veiga de S. João do Campo, adjacente ao aglomerado edificado da aldeia (Figura 41), e numa pequena extensão de socalcos na vertente esquerda da albufeira de Vilarinho da Furna (Figura 42).



Figura 41 - Veiga de S. João do Campo, com pequenas hortas e campos cultivados, perto da aldeia



Figura 42 - Socalcos cultivados, vinha em bordadura e tanques de rega, com albufeira de Vilarinho da Furna ao fundo

A exiguidade das terras aráveis contrasta com a amplitude da área de monte disponível para pastoreio, em áreas historicamente comunitárias (baldios), em grande parte aforadas no século XIX, e atualmente geridas e fruídas em comum pelos herdeiros e compartes, organizados em associações (Associação AFurna - 1800 hectares e Associação de Compartes da Freguesia de Campo do Gerês - 1118 hectares). Estas áreas continuam hoje a ser fundamentais para quem trabalha a terra: *“A agricultura ou a pecuária limitam-se praticamente aos baldios. Nós não temos área, porque temos pedaços tão pequenos [de terra] e temos áreas que não podemos utilizar. Então, dependemos do baldio.”* [M,57] (Figura 43 e 44). A designação local de “monte” parece-nos mais adequada do que “floresta”, considerando que nele se combinam usos agrícolas e usos silvícolas, além de diferentes tipos de habitats naturais e seminaturais nos quais pode predominar a vegetação herbácea, arbustiva ou arbórea, e mesmo áreas rochosas.



Figura 43 - Rebanho de cabras de raça bravia a caminho do monte de Campo do Gerês

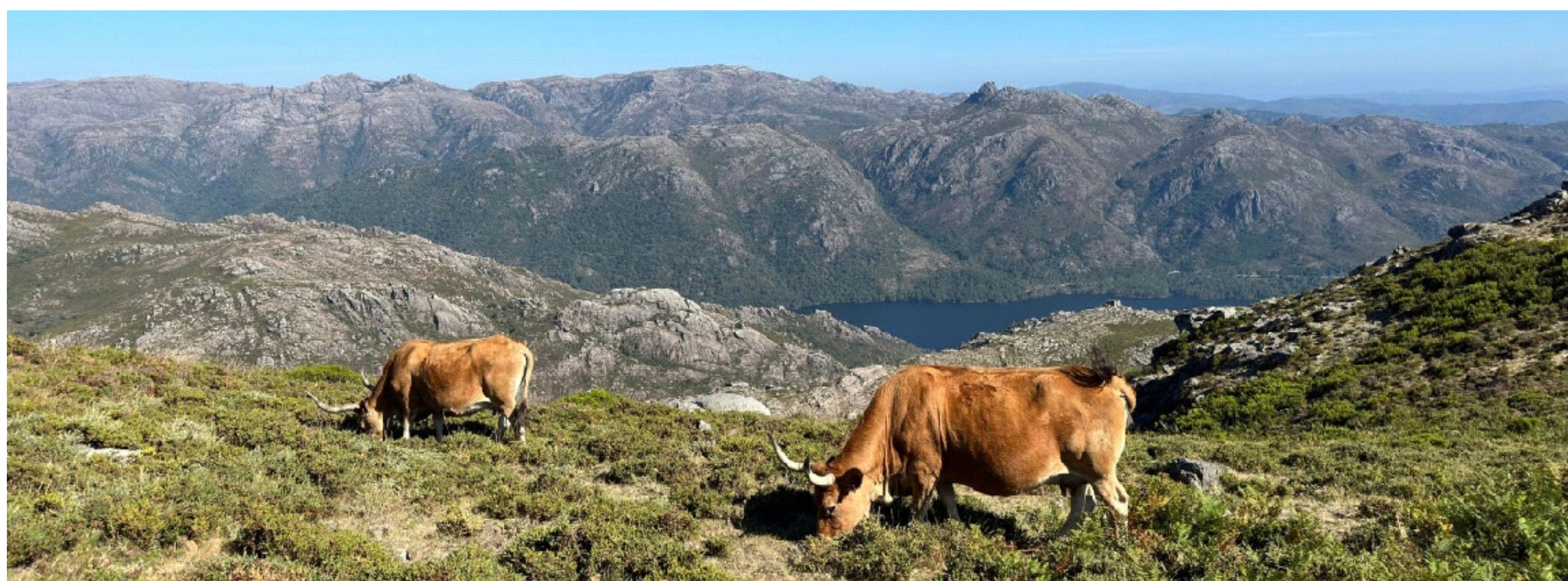


Figura 44 - Bovinos em pastoreio extensivo no baldio de Campo do Gerês

Na atividade agropecuária as pessoas da comunidade identificam três momentos distintos: um passado de aproveitamento integral da capacidade produtiva dos vários tipos de áreas, combinando policultura e polipecuária, num sistema complexo e minucioso de usos orientados para a obtenção de múltiplos produtos, para autoconsumo e/ou venda; o declínio, até ao quase desaparecimento da atividade agrícola e pastoril; a fase atual de uma ténue recuperação, em moldes distintos dos tradicionais, com a especialização na criação de animais para carne e serviços (Quadro 14).

Quadro 14 - Perceções sobre as dinâmicas agro-silvo-pastoris

Ideias centrais dos discursos	Citações selecionadas (género / idade do interveniente)
Sistema agro-silvo-pastoril tradicional	<i>“Antigamente, tínhamos de esgadanhar para comer. Lembro-me que esta aldeia era toda lavrada. Em maio [a terra] ficava preta. Essas ribadas aí, não havia carvalhos nos meios das terras.” (M, 77)</i> <i>“A veiga era assim: na zona do chão eram as batatas, aqui era a zona dos centeios e os vinhos, e por aí adiante. Aqui onde se regava era uma semente, outros sítios onde não se regava era outra semente e por aí fora” (H,61)</i> <i>“Tínhamos aqui os rebanhos de cabras que cada um ia no seu dia, conforme a quantidade que tivesse.” [M, 77]</i> <i>“Estava sempre limpinho, o monte.” [M, 51]</i>
Declínio e abandono do cultivo e pastoreio	<i>“Isto aqui está tudo abandonado. Campos que passaram a árvores, já não há produção. Videiro, carvalho, codessos, isso chama-se abandonado, já não há produção, nem feno há.” [M, 77];</i> <i>“Ainda ontem estive no curral de Leonte e está completamente abandonado. Antigamente tapavam-se.” [M,57]</i>
Especialização na produção animal, ligeiro recuo do abandono	<i>“Há 20 anos atrás estava muito mais abandonado.” [M, 61]</i> <i>“Se não fosse essas firmas que há aqui [pecuárias, animação turística] a nossa veiga era boa para os javalis e para as corças, para bichos bravos, que isto desaparecia tudo.” [M, 77]</i> <i>“Aquilo que se tira hoje da principal área que temos, que é a veiga, é a forragem. E ainda se mantém. Há uns anos estava mais descaracterizada, mais abandonada. Desde então, quem tem gado, e os que têm cavalos, praticamente aproveitam tudo e chegamos aí ao fim de junho e vemos a veiga mais ou menos limpa.” (H, 61)</i>

A especialização em atividades de criação de bovinos e de cavalos inscreve-se em sistemas produtivos orientados para os mercados (agroalimentar e desportivo/turístico, respetivamente) e geridos profissionalmente. São estas atividades que asseguram, atualmente, grande parte da manutenção de áreas agrícolas, prevenindo o avanço de matos e floresta à volta da aldeia e mantendo uma paisagem mais atrativa, quer para quem vive, quer para os turistas. Além desta atividade, mas de forma muito mais residual, mantém-se a produção de

hortícolas, e algumas fruteiras, em pequenas parcelas próximas da aldeia. De salientar ainda a apicultura como atividade agrícola que também depende, sobretudo, da vegetação silvestre.

A agricultura, em sentido lato, é claramente percebida como multifuncional. Identificam-se três principais benefícios: a qualidade da paisagem, incluindo a dimensão estética e a de segurança relativamente ao fogo e à vida selvagem; o valor cultural das tradições agro-silvo-pastoris e a obtenção de produtos alimentares locais (Quadro 15).

Quadro 15 – Perceções sobre os benefícios da manutenção da agricultura local

Ideias centrais dos discursos	Citações selecionadas (género / idade do interveniente)
Paisagem	<i>“Fazemos uma agricultura paisagística. No fundo, quem está a limpar a paisagem, está a contribuir para a beleza paisagística. Toda a gente consola os olhos a olhar para a veiga limpinha.” [M,57]</i> <i>“Embeleza a paisagem. Se ficasse transformado com giestas, ou mato, ou codesso, perdia aquela característica de paisagem. Portanto, em termos turísticos, tem esta vantagem” [H, 61]</i> <i>“Nós prestamos um serviço público. Nós roçamos, porque as camas do nosso gado são de mato. O nosso gado reduz o risco de incêndio, controlam os matos.”[H,57]</i>
Cultura: identidade e património com valor turístico	<i>“Havendo a atividade agrícola [...] para o perfil dos nossos clientes - de quem visita aqui o nosso, quem usa, quem se aloja cá - gostaria de assistir e de ver atividade agrícola.” [H, 61].</i>
Produtos locais para consumo local (turistas e residentes)	<i>“...eu tenho de ir comprar os meus produtos a Braga, não há produtores locais” [M, 57]</i> <i>“Nós temos aqui um clima severo, mas durante o verão seria possível produzir para se conseguir consumir localmente. Nós [empresa alojamento/restauração] temos comprado legumes a quem os produz, e quero dizer que se esgotam rapidamente. [...] Quando alguém prova uma sopa, uma salada, legumes, perguntam onde é que se foram buscar estes legumes, se são de cá.” [H, 61]</i> <i>“Vemos cada vez mais pessoas da cidade a querer vir para cá exatamente por estar mais perto da terra, por ter um bocadinho, dois ou três metros quadrados de terreno para poder plantar umas couves, uns tomates, para poder comer saudável”. (F,26)</i>

A perceção desta multifuncionalidade não exclui o reconhecimento das dificuldades da agricultura de montanha, e até de algumas dúvidas quanto à dinâmica futura da atividade. No entanto, comparativamente ao passado, parece abrir-se uma janela de oportunidade para a atividade agrícola local, quer criando novas alianças e sinergias entre agricultura e turismo, que valorizem melhor os produtos locais em cadeia curta, quer otimizando os sistemas de produção através da inovação (Quadro 16).

Quadro 16 – Percepções sobre o futuro da agricultura no território

Ideias centrais dos discursos	Citações selecionadas (género / idade do interveniente)
Dificuldades em manter/ recuperar a agricultura de montanha	<i>“A agricultura exige muito trabalho e não está nos planos das pessoas da terra, os jovens terão de sair da terra ou investir na criação das suas empresas [noutras atividades]” [M, 51].</i> <i>“Porque é que não há produtos locais [alimentares]? Não há porque não é economicamente viável, óbvio.” [M, 61]</i> <i>“Eu por acaso, inclusive até gostava de manter os socalcos que nós temos lá para Figueiredo, na zona da serra, mas custa muito dinheiro.” (F, 26)</i> <i>“Uma família que vive exclusivamente de agropecuária, tem vacas e tem cabras. O ano passado o lobo matou trinta e cinco cabras. Quem fizer as contas é um corte no orçamento familiar muito significativo. [...]. E o agricultor, quando chega ao fim, faz contas e se calhar a vida é um bocado complicada.” (M, 57).</i>
Trajetórias de recuperação possíveis	<i>“Vou ver se o convengo este ano a semear mais, a plantar mais. No ano passado conseguimos umas centenas de quilos de hortícolas, porque, pronto, temos a possibilidade dar um outro valor.” (M, 61)</i> <i>“[O turismo] não faz sentido se a agricultura local não funcionar, o turismo vai-se ressentir, não funciona. É impossível incorporar produtos locais na cadeia por isso ele vai ser sempre manco.” [M, 42]</i> <i>“De uma forma diferente, com tecnologia mais avançada, com inovação, eu acho sinceramente que nós vamos ver mais terrenos trabalhados do que vemos hoje daqui a uns anos.” [F, 26].</i>

Agricultura de montanha – (novos) modos de produção sustentáveis

Uma das vertentes a destacar nas dinâmicas recentes na atividade agrícola em Campo do Gerês é a experiência existente ao nível de modos de produção sustentáveis, seja o Modo de Produção Biológico (MPB) na pecuária extensiva com bovinos (em Campo do Gerês) ou caprinos (freguesias vizinhas), ou no mel, seja o modelo agroecológico de produção de hortícolas e fruta, em pequena escala. Estes modos de produção incorporam novos conhecimentos, para além dos tradicionais, e respondem às exigências crescentes com o ambiente e com a segurança e qualidade alimentar. De referir o Núcleo de Agroecologia de Campo do Gerês e a organização local de oito edições de Jornadas de Soberania Alimentar, com início em 2011 (<https://www.ruralvivo.org/agroecologia.html>). No âmbito da recuperação de variedades cultivadas e técnicas tradicionais de produção, além do trabalho da Associação Rural Vivo, de referir a atividade da Associação AFurna, com projetos ao nível da valorização comercial do linho e da lã de ovelha (<https://afurna.pt/>).

No que se refere à agricultura biológica certificada os produtores mencionam vários aspetos que os levam a considerar o abandono desta opção, mesmo perdendo o direito ao incentivo à sua manutenção. As razões prendem-se com: (1) a falta de valorização do produto biológico no produtor, mesmo que este

seja posteriormente valorizado ao longo da cadeia e pelo consumidor final; (2) os custos adicionais com a certificação e com aquisição dos fatores de produção autorizados; (3) a percepção de que existe uma tendência de redução de apoios associados às áreas de pastagem em baldio, seja por redução de área validada como elegível, seja a perspectiva da sua exclusão em MPB. Em simultâneo os produtores locais têm a percepção de que os produtos da montanha, e em particular dos territórios do Parque Nacional, têm uma elevada qualidade, em grande medida associada a naturalidade dos recursos (pastos, água), e que essa qualidade é reconhecida pelo consumidor independentemente da certificação, confirmada por um rótulo (Quadro 17).

Quadro 17 - Perceções sobre a qualidade e valorização dos produtos de montanha

Ideias centrais dos discursos	Citações selecionadas (género / idade do interveniente)
Cadeia de abastecimento do produto biológico não compensa ao agricultor	<i>“Os agricultores deparam-se com um produto que têm que vender para o convencional, ninguém lhe tira o produto sendo valorizado como biológico.”</i> [M, 57] <i>“E a minha experiência é que o produto biológico é valorizado na prateleira do supermercado, ali ele é que é valorizado. Ali é que ele tem valor, porque até lá creio que não.”</i> [M, 61] <i>“O cliente do restaurante, nem quer saber se é biológico ou não é biológico, é da Serra do Gerês, este cabrito é bom independentemente de ter lá a etiqueta de ser biológico ou não ser biológico, está pela confiança e pela verdadeira qualidade do produto.”</i> [M, 61]
A naturalidade do espaço como melhor garantia da qualidade	<i>“Aqui ninguém sulfata, nem herbicidas, nem pesticidas, nem outro sulfato qualquer.”</i> [M, 57] <i>“Para a agricultura biológica não há nada mais natural que o baldio.”</i> [M, 61] <i>“As pessoas acreditam [na qualidade], pela área que temos, que é selvagem. Não é? Aqui não há sulfatos, não há pomares, não há nada.”</i> [M, 77]

Florestas e Conservação da Natureza

Nas áreas de monte aforadas e geridas em coletivo pelos compartes da comunidade local e na grande extensão de território ocupada pela Mata de Albergaria, a floresta e as áreas silvestres, predominam. Estando esta área classificada com objetivos de conservação da natureza, a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade tem aqui grande prioridade, condicionando as atividades humanas, sejam estas produtivas ou de consumo, incluindo a agro-silvo-pastorícia, as atividades de lazer e o turismo de natureza. As pessoas da comunidade local têm uma clara percepção do valor excecional das áreas naturais do seu território e da significância da sua já longa integração no Parque Nacional da Peneda-Gerês, que passou a ser parte da identidade da comunidade local.

Mas essa integração identitária não está isenta de tensões, em grande parte relacionadas com a definição de prioridades na gestão e usos das áreas florestais, e na articulação entre os interesses locais e as opções e decisões tomadas por entidades externas, sobretudo a autoridade nacional para a conservação da natureza – o ICNF – frequentemente designado como “o Parque”. A relação da comunidade com a natureza envolvente remete para um tempo anterior ao Parque Nacional, onde perspetivam a interação entre as pessoas da comunidade e o património natural do monte e da floresta como mutuamente positiva (Quadro 18).

Quadro 18 - Perceções sobre a natureza e a sua conservação

Citações selecionadas (género / idade do interveniente)
<i>“Não há maior riqueza que a natureza das coisas, riqueza barata e que faz bem. Eu nasci aqui, comecei cedo a guardar as cabras e as vacas, eu adoro ir para o monte por causa da natureza. Nós nascemos com ela e temos saudade dela, portanto, é a riqueza natural que nós temos aqui e ainda não estamos a explorar bem. A nossa natureza, não está explorada, aquilo que ela dá.” (M, 77)</i>
<i>“Os nossos antepassados não estragaram isto tudo. Nós temos o que eles nos deixaram, e nós continuamos a não estragar. Não precisamos que o Parque nos venha dizer como devemos fazer. [...] Eu ando sempre pelo monte, e nunca vi lá um guarda-florestal, um vigilante.” [M, 57]</i>
<i>“As políticas do Parque Nacional estão dirigidas para tornar isto numa área selvagem, mas isto nunca foi selvagem. Se nós encontramos isto como está é porque alguém cuidou até nós chegarmos aqui. Se calhar ao longo da nossa passagem temos vindo a estragar porque deixamos abandonar.” (F, 26)</i>
<i>“As pessoas têm consciência que é preciso preservar a natureza, mas eu considero, e pelo que ouço das gerações mais antigas, os antigos aqui preservavam muito melhor do que eles fazem, que deixam aquilo tudo sujo, não apanham a lenha e depois os incêndios, e depois aquilo é uma desgraça. Antigamente a população limpava o monte, tinham aquilo tudo tratadinho, e graças a isso eles ainda têm aqui um património de fauna e flora muito grande.” (M, 41)</i>

As notas mais atuais da valorização destas áreas são as da expansão da fruição da floresta - pela comunidade local e pelos turistas, em particular com o turismo de natureza/ecoturismo; a valorização da madeira através da certificação florestal e a perspetiva de pagamento por serviços de ecossistema não remunerados pelo mercado, nomeadamente os de sequestro de carbono (Quadro 19).

Quadro 19 – Perceções sobre novos benefícios e serviços das áreas florestais

“O baldio é um recurso que é necessário a vários níveis, não só para a atividade pecuária e apícola, como para outra que agora é a principal, que é a do turismo.” (M, 61)

Gostava de poder apanhar cogumelos na Mata. (F, 40)

“...desfrutar da natureza e das coisas boas que há aqui” (M, 41)

“...experiências com a natureza, as pessoas querem poder estar bem, tranquilas e relaxar para recuperar, para depois voltar para a cidade (M, 61).

“O que está mais em foco, neste momento, são os serviços de ecossistema. Há um conjunto de serviços, de externalidades, de que outras entidades beneficiam. ...a purificação [das águas] que é feita na infiltração aqui nas nossas montanhas. Quem vive em Braga, no Porto e Ponte de Lima, ou estuda em Ponte de Lima, às tantas beneficia do ar que se purifica aqui neste sítio.” [M, 61]

Interessa referir o papel proativo da Associação de Compartes da Freguesia de Campo do Gerês em ações de restauro ecológico e de sensibilização ambiental (Figuras 45 e 46), e as perspetivas de potenciar a gestão comunitária dos múltiplos benefícios da natureza e das florestas através das possibilidades acrescidas ligadas à recente criação do Agrupamento de Baldios da Serra do Gerês (<https://baldiosgeres.pt/>).



Figura 45 – Ação de controlo de invasoras lenhosas com voluntários



Figura 46 - Ação de Proteção e reabilitação de medronhal em setembro 2023

4.3. Turismo e ecoturismo

As condições naturais da envolvente de Campo do Gerês e o reconhecimento como Parque Nacional, único do país, são aspetos que favorecem o desenvolvimento de atividades económicas relacionadas com o turismo: *“Sempre foi atrativo para visitantes e depois de 1971, com a criação do PNPG, tornou-se mais atrativo ainda (...) [M, 61]; “É interessante as pessoas poderem alugar e viver do turismo, é bom ter economia própria” [F, 40]; “Nós temos de viver do turismo no Gerês e temos condições para tal” (F, 48).* O turismo é uma atividade que não traz apenas benefícios, algo que também está presente na forma como as pessoas da comunidade avaliam as recentes dinâmicas neste setor.

Os impactos do turismo

Anteriormente apresentaram-se dados estatísticos oficiais que evidenciaram o crescimento do turismo no concelho de Terras de Bouro. Neste capítulo, para além de se recorrer a informação qualitativa obtida nas entrevistas, rodas de conversa e oficinas de partilha de conhecimentos e experiências, apresentam-se também os resultados dos inquéritos a empresários locais e a visitantes realizados neste projeto.

Se por um lado, o turismo em Campo do Gerês representa uma oportunidade de desenvolvimento económico, é certo que traz consigo alguns impactos que abrangem dimensões sociais, económicas e ambientais, e isso é percecionado pelas pessoas da comunidade (Quadro 20).

Quadro 20 - Percepções sobre os impactos do turismo em Campo do Gerês

Ideias centrais dos discursos		Citações selecionadas (género / idade do interveniente)
Impactos sociais	Positivos	<i>"Isto é uma aldeia, à vista das outras aldeias que rodeiam o concelho, é uma aldeia especial. Temos parque de campismo, temos uma pousada, temos um museu, temos aqui umas empresas de atividades."</i> [M, 77] <i>"Esta aldeia já há muitos anos que vive do turismo, e é importante. O turismo aqui faz parte já da maneira de estar das pessoas."</i> [M, 41]
	Negativos	<i>"Turismo, turistas, acho que é bom. Mas às vezes há turistas que dão cabo do juízo, barulhentos (...). Para uns é bom, que lucram um bocadinho, para outros não."</i> [F, 74]. <i>"(...) A não ser esses que vêm aí um dia, deixam o lixo aí todo espalhado pelo chão e não gastam aqui um cêntimo. Esses acho que prejudicam um bocadinho."</i> [F, 23] <i>"O outro lado da moeda [do turismo], é que não há muitas casas para alugar. Há gente a querer fixar-se e não há casas para alugar."</i> [F, 40]
Impactos económicos	Positivos	<i>"O turismo é o forte, as pessoas aqui vivem a maior parte do turismo."</i> [M, 55] <i>"O facto de haver turismo aqui no Campo contribui muito para a economia aqui da aldeia, nos restaurantes, nos alojamentos, nos cafés."</i> [F, 23]
	Negativos	<i>"Há uma falta de produtores locais. Há muito pouca produção (...) é preciso criar uma economia que não existe, ela está tão dependente do turismo"</i> [F, 38]
Impactos ambientais	Positivos	<i>"Nós vendemos como atividade [animação turística] descascar invasoras ou apanhar lixo (...)."</i> [M, 42]
	Negativos	<i>"Muita gente vem para cá porque só porque gosta de fazer atividades de montanha, sem ter atenção à preservação. (...) Isso acontece muito no Verão."</i> [M, 52] <i>"Outro problema é a água e os efluentes. (as infraestruturas) não foram dimensionadas para as quantidades agora necessárias no verão. O mesmo com a ETAR."</i> (M, 61) <i>"A pressão turística sobre estes espaços naturais tem aumentado"</i> [F, 48]

O quotidiano das pessoas e os espaços da aldeia mudaram. A maior afluência de turistas e visitantes criou oportunidades de negócio e novas áreas ligadas ao alojamento, restauração e animação turística. Por outro lado, a pressão urbanística no lugar, nas infraestruturas de abastecimento de água e saneamento e nos ambientes naturais de elevado valor paisagístico são algumas das desvantagens identificadas. De salientar ainda o agravamento do abandono de atividades agrícolas e florestais, em consequência da conversão das profissões ligadas à agricultura por novas atividades ligadas ao turismo.

A expansão dos negócios ligados ao turismo ocorreu sobretudo a partir do ano 2000, embora o seu incremento maior tenha sido a partir de 2007, mantendo-se até hoje essa dinâmica de crescimento, sobretudo de alojamentos (Figura 47). É previsível que venha ainda a aumentar, uma vez que cerca de metade dos empresários inquiridos considera investir nos próximos 2 a 3 anos.

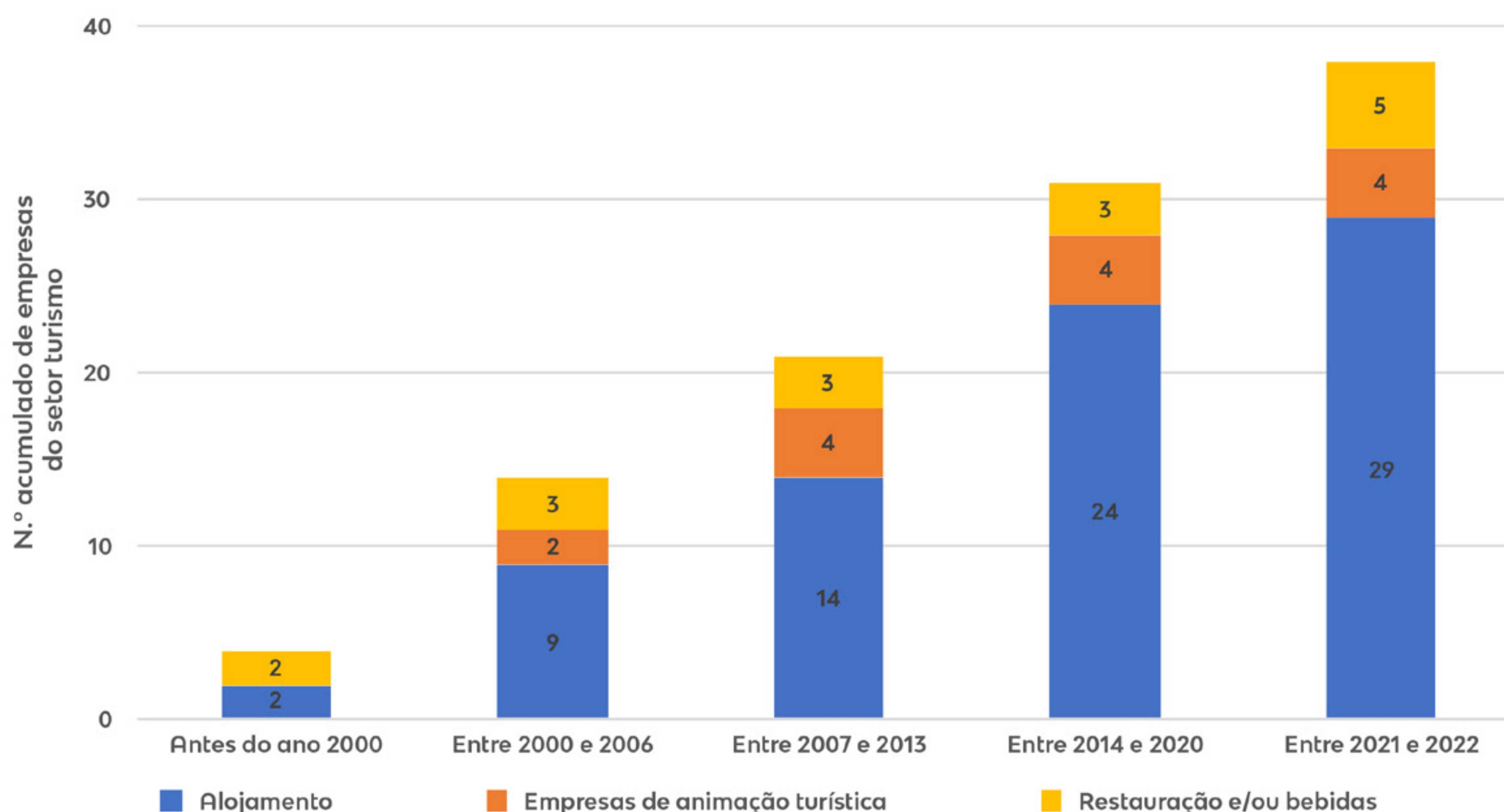


Figura 47 - Evolução do número de negócios turísticos em Campo do Gerês

Fonte: Inquéritos aos empresários do turismo de Campo do Gerês, n=25

As unidades de alojamento local que abriram recentemente ocupam edifícios de habitação. O turismo foi, portanto, a motivação para intervenções de recuperação de edifícios tradicionais, contribuindo para a preservação da traça arquitetónica tradicional da aldeia. Numa outra perspetiva, a redução de casas disponíveis é um dos problemas sentidos por quem lá pretende fixar-se como residente.

Há uma perceção alargada de que o modelo atual de turismo difere, em vários aspetos, do que seria desejável para um Parque Nacional e para as comunidades locais. O conceito de ecoturismo e a sua aplicabilidade ao território do PNPG foi o tema de uma das oficinas de partilha de conhecimentos e experiências. Nesta oficina concluiu-se que as perspetivas dos vários agentes e da comunidade local convergem no sentido da necessidade de estimular dinâmicas que potenciem a excelência deste território como destino ecoturístico em Portugal. Em poucas palavras, o conceito de Ecoturismo foi apresentado: *“Poucas pessoas, mas experiências fortes. E pessoas que deixem valor no local e levem consigo o valor que este local tem. Sem destruir aquilo que nós temos.”* (M, 42). A importância da cooperação é reconhecida pelos agentes locais: *“O destino não depende de uma unidade, de uma empresa, tal como o produto [turístico], depende de um coletivo”* [M, 61]; *“Obviamente que nós podemos ter,*

e nós podemos sempre querer, um tipo de turista que está interessado naquilo que vai aprender.” [M, 52]; “(...) Tem de haver um trabalho de educação, até mesmo para o turista” [F, 43].

Turismo e qualidade de vida

No que respeita à qualificação dos empregos criados, na perspetiva dos empresários, é na animação turística que se poderá criar emprego atrativo para jovens com boas qualificações, sendo a restauração o setor no qual as qualificações serão menos valorizadas (Figura 48).

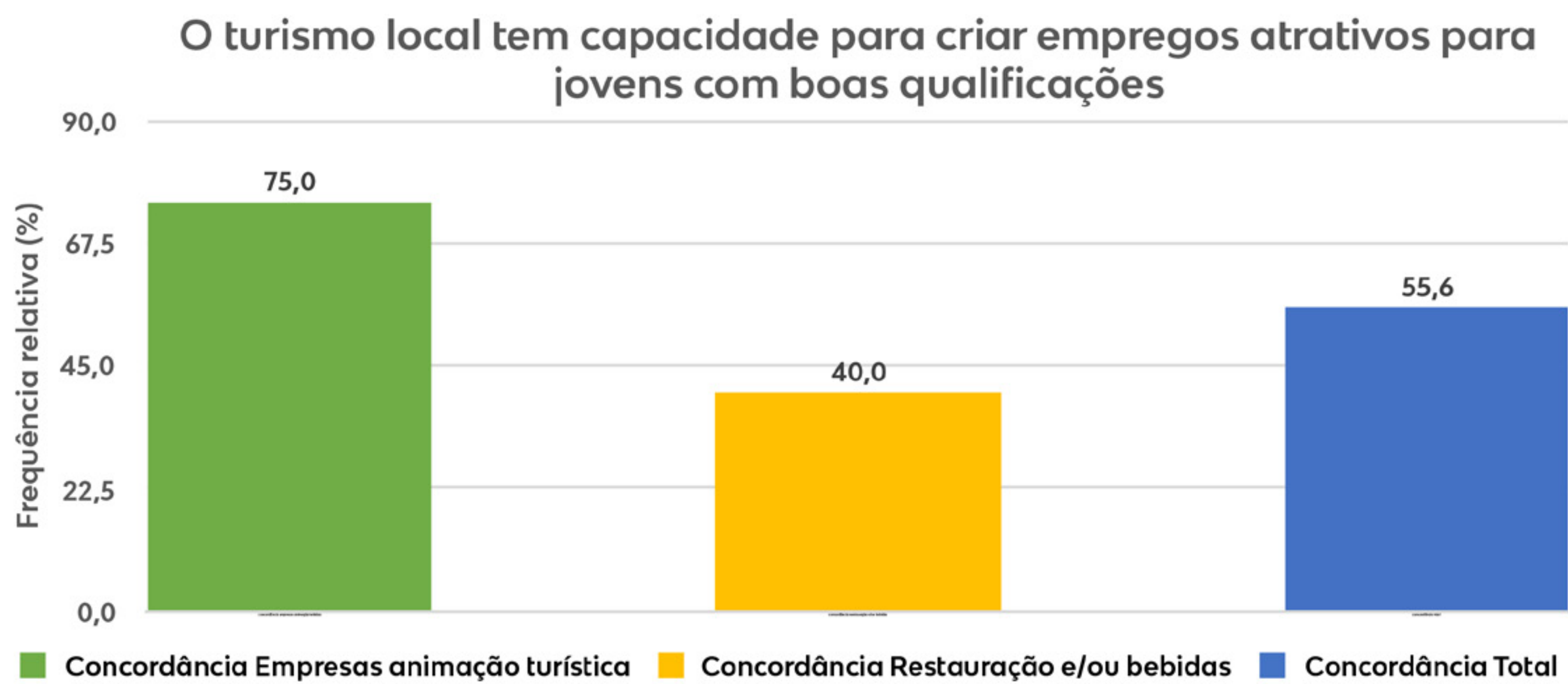


Figura 48 - Turismo e qualidade do emprego
Fonte: Inquéritos aos empresários do turismo de Campo do Gerês, n=25

Todos os empresários concordam que o turismo veio dar nova vida à aldeia e que, no geral, os visitantes ficam com vontade de regressar, embora se admita que a quantidade de visitantes no verão e fins de semana é excessiva (Figura 50). O grande afluxo de visitantes no verão é percebido, maioritariamente, como fator prejudicial à qualidade da experiência por parte do visitante. Simultaneamente afeta negativamente a qualidade de vida dos residentes: “Evitar o turismo de massas. (...) promover um turismo mais específico, especial diferente. Menos sazonal. Acho que as pessoas têm de pensar assim, quem quer viver do turismo.” [F, 64]

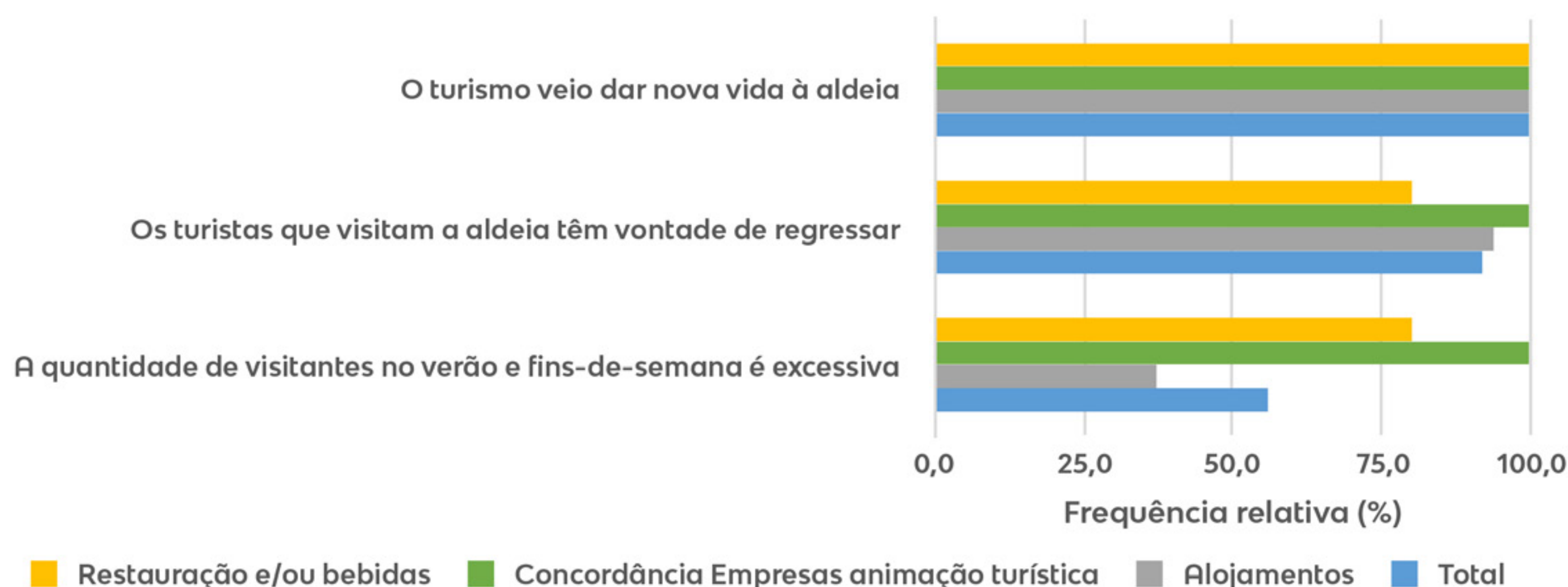


Figura 49 - Turismo e qualidade de vida (na perspectiva das empresas locais)

Fonte: Inquéritos aos empresários do turismo de Campo do Gerês, n= 25

Questionados sobre as suas orientações estratégicas, a maioria dos empresários pretende promover e orientar a oferta para um turismo de natureza e cultural, de pequenos grupos: “*Nós não aceitamos grande [animação turística]. O destino não comporta, escolha outro*” (F, 38). Uma menor proporção, um quinto, preconiza uma orientação no sentido de promover e criar oferta para atrair um volume de visitantes grande e diversificado (Figura 50).

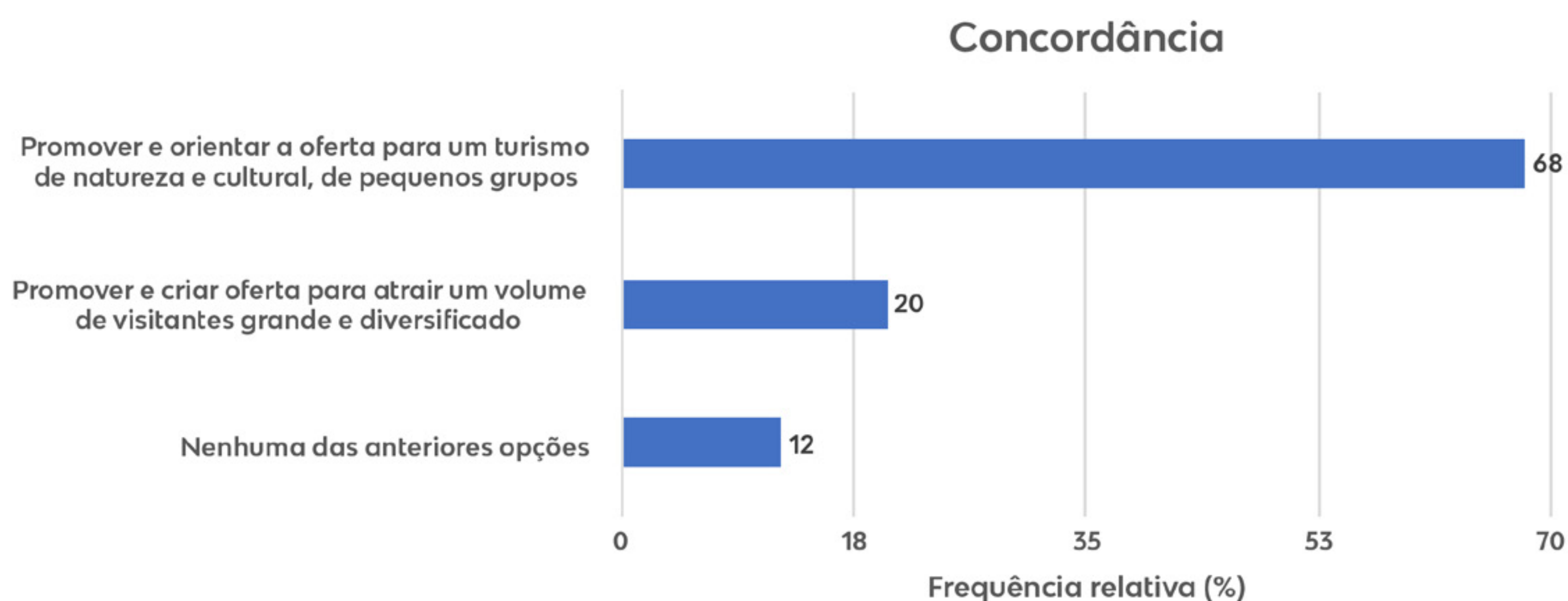


Figura 50 - Orientação estratégica dos empresários

Fonte: Inquéritos aos empresários do turismo de Campo do Gerês; n= 25

Em termos da sua disponibilidade para cooperar, tanto no sentido de contribuir para o bem-estar da comunidade local, como para garantir a conservação da natureza, a totalidade dos empresários mostra-se disponível para participar em iniciativas da comunidade local. Ações ligadas à conservação da natureza e manutenção da paisagem são também mencionadas, embora por um menor número de empresários do setor do alojamento. Menor grau de concordância

teve a afirmação “as atividades agrícola e pecuária são fundamentais ao turismo na aldeia”, com pouco mais de metade dos inquiridos a concordar, sendo os empresários da animação turística os que revelaram estar de mais de acordo com esta ideia (Figura 51).

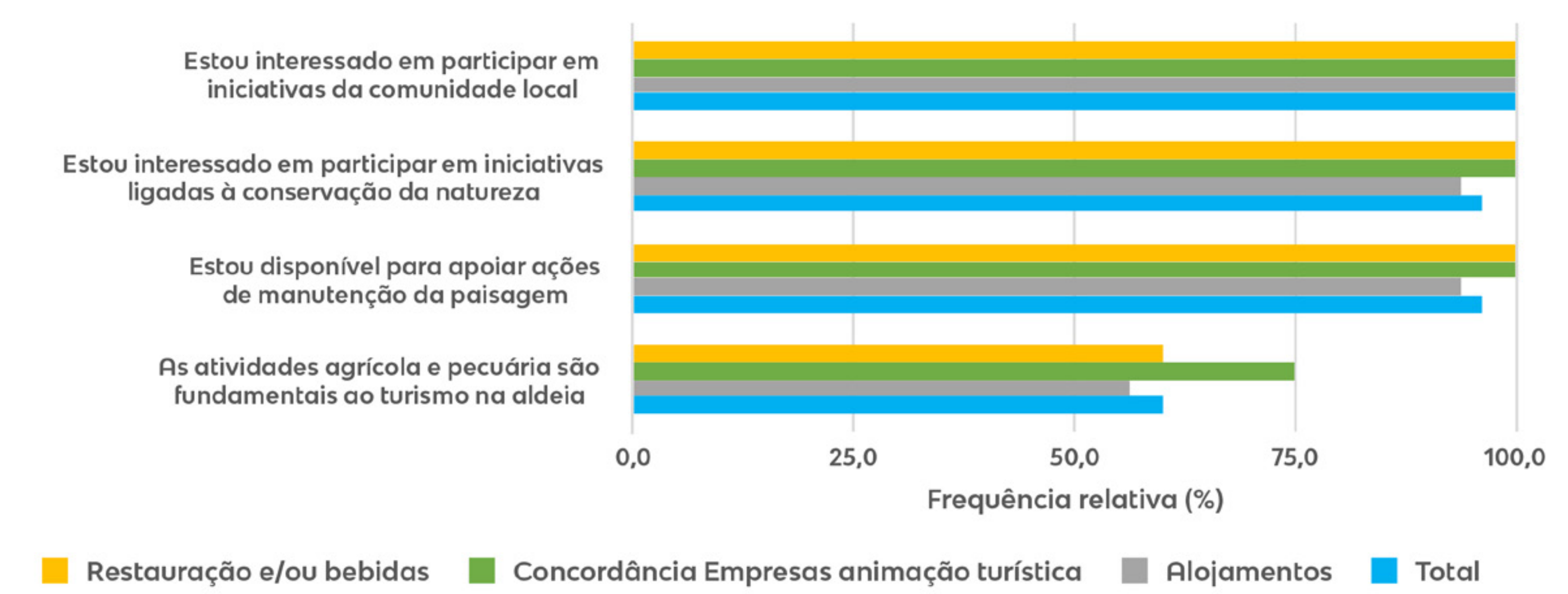
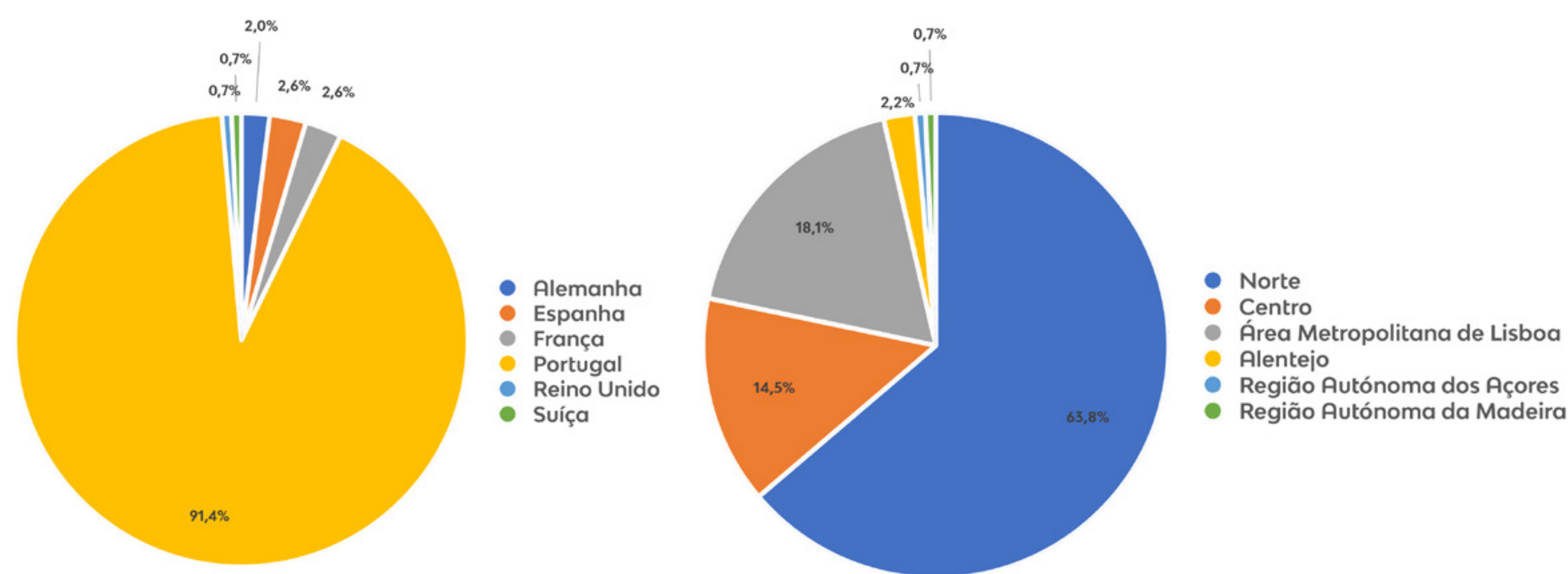


Figura 51 - Disponibilidade dos empresários para cooperar
Fonte: Inquéritos aos empresários do turismo de Campo do Gerês; n= 25

Esta perspetiva é defendida, não só pela forma como a atividade agrícola molda a paisagem, mas também pela sua importância enquanto parte das tradições culturais e na produção local de alimentos: “É preciso criar uma economia que não existe, ela está tão dependente do turismo! E mesmo assim não suporta sequer o turismo, nomeadamente através de produtos alimentares, que os restaurantes ou os hotéis não têm forma de se fornecer” [F, 38]. Mais do que um reconhecimento do contributo positivo, múltiplo e necessário da agricultura para o turismo, o que parece ser novo no território é a predisposição e a capacidade dos empreendedores do turismo para se serem impulsionadores dos agricultores, criando motivação e assegurando condições favoráveis de compra dos produtos e contribuindo para a sua qualificação: “... se começássemos por aí era ótimo, através de qualificação. Porque terreno, espaço, há. Há é falta de gente, espaço para plantar há, e acho que há capacidade dos baldios de organizar. E das aldeias. Falta é, eventualmente, um puxãozinho para se começar a produzir, voltar a produzir.” [F, 38].

Perfil do visitante

Olhando agora para os visitantes, inquiridos em Campo do Gerês em 2022, verifica-se serem maioritariamente oriundos da região Norte de Portugal (Figuras 52 e 53), e escolherem como destino o PNPG atraídos principalmente pela ideia de natureza selvagem e de visita a aldeias tradicionais (Figura 54).



Figuras 52 e 53 - Origem dos visitantes por país (esquerda) e região portuguesa (direita).

Fonte: Inquéritos aos visitantes em Campo do Gerês; n= 151

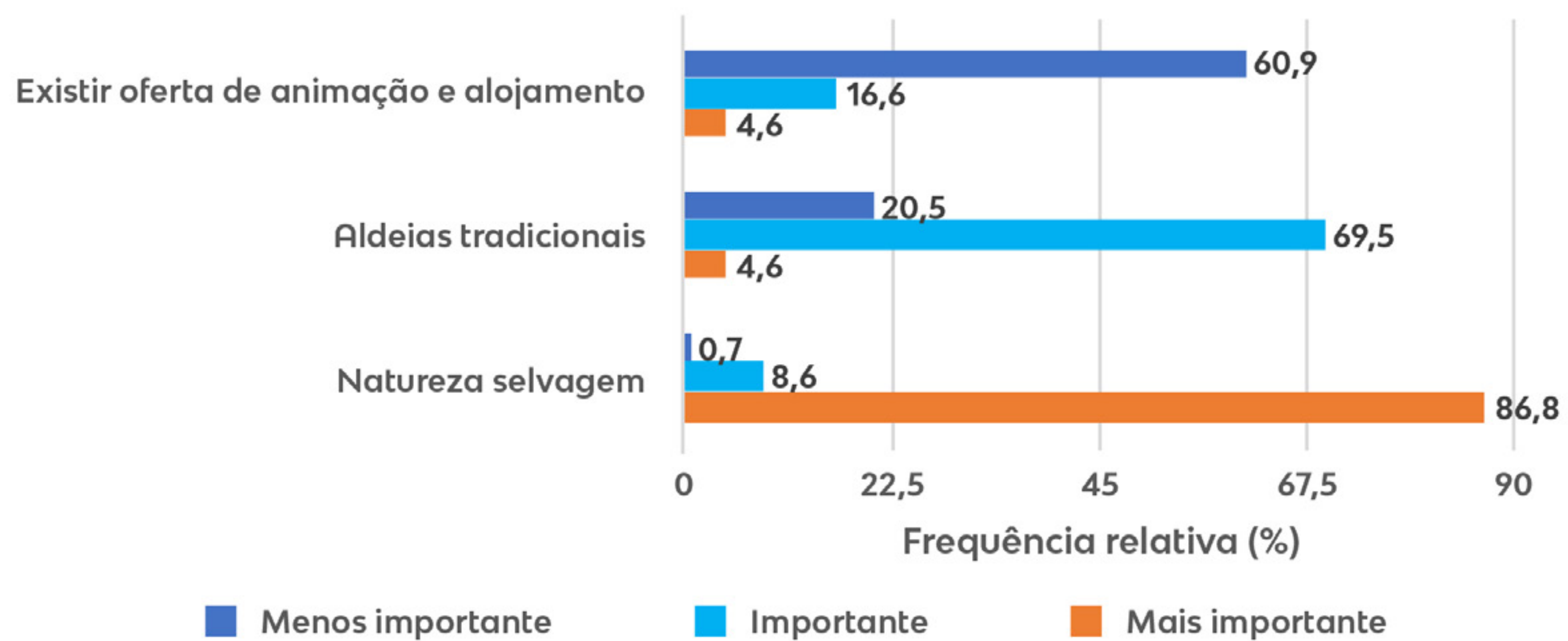


Figura 54 - Principais fatores de atração ao destino Parque Nacional da Peneda-Gerês

Fonte: Inquéritos aos visitantes em Campo do Gerês; n= 151

Quando questionados pelo fator que os levou especificamente à freguesia de Campo do Gerês, o fator Parque Nacional continua destacado, a par da qualidade para a realização de atividades ao ar livre. Com 11,1% das respostas surge a visita a Vilarinho da Furna, barragem e aldeia submersa, na margem esquerda do Rio Homem (Figura 55).

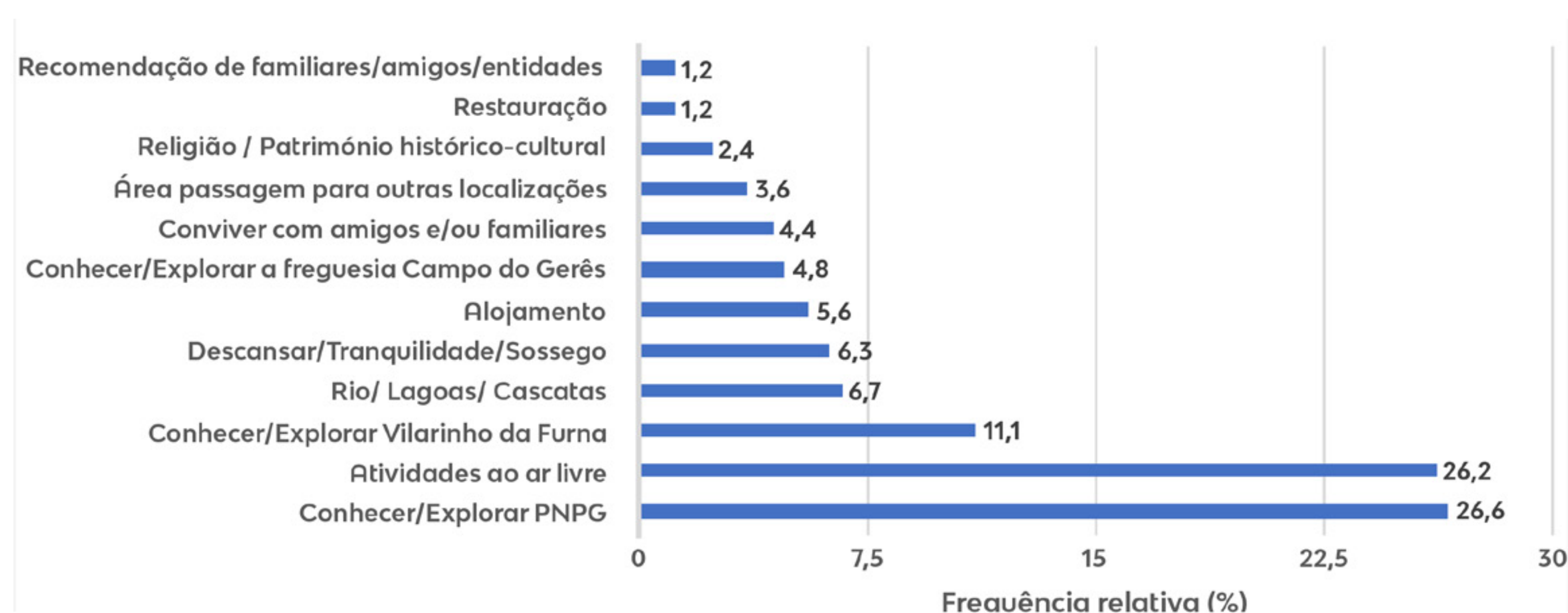


Figura 55 - Principais fatores de atração à freguesia de Campo do Gerês

Fonte: Inquérito aos visitantes em Campo do Gerês, n=252

O turismo numa aldeia de montanha pode contribuir de forma mais direta para o bem-estar das comunidades locais e tratando-se de uma área protegida, podem existir opções de gestão no sentido de garantir a conservação da natureza. Questionados os visitantes sobre a sua atitude perante algumas medidas, confirma-se a sua predisposição para cooperar em prol do bem-estar das comunidades locais, nomeadamente, mostrando preferência por empresas locais e valorizando produtos locais.

Da mesma forma, há uma posição favorável dos inquiridos perante medidas de conservação da natureza, sendo relevante a sua predisposição em aceitar limites ao número de visitantes em época altas (Figura 56)



Figura 56 - Turistas por um turismo mais sustentável

Fonte: Inquéritos aos visitantes em Campo do Gerês; n= 151

A vertente da sensibilização dos turistas para comportamentos mais sustentáveis a nível ambiental, e mais respeitadores das comunidades locais, é destacada pelos empresários como essencial, e como um processo a ser promovido pelas empresas, mas também pelas autoridades ligadas à gestão e valorização do Parque (ICNF, ADERE-PG, municípios): *“Embora eles venham com a ideia de que vêm para o Parque Nacional e que vêm para um território meio selvagem, aqui mora gente e as pessoas têm de ser respeitadas. Acima de tudo porque estão cá diariamente. Isso é facilmente ultrapassado, mas claro que tem de haver trabalho da nossa parte. (Educar o turista) parte um bocadinho de nós, operadores turísticos, mas também da estratégia de comunicação do Parque Nacional.”* [F, 26]

Portanto, enquanto o turismo pode trazer benefícios económicos significativos para as aldeias de montanha, é crucial considerar e gerir cuidadosamente os impactos sociais, económicos e ambientais associados a essa atividade. O planeamento adequado, a sensibilização ambiental, a participação comunitária e a regulamentação são instrumentos importantes para garantir que o turismo seja sustentável e benéfico para todas as partes interessadas envolvidas. Pessoas e natureza, locais e visitantes, podem criar laços mais harmoniosos e sustentáveis, levando a uma aproximação progressiva ao conceito internacional de ecoturismo, na sua versão mais exigente e coerente.

4.4. Governança e comunidade local

A questão da governança remete para os processos de tomada de decisão, e para o modo como são distribuídos os poderes de decidir e de agir entre as várias escalas e as diferentes entidades envolvidas. Esta questão é transversal a todos os temas abordados, desde a perspetiva da qualidade de vida das pessoas nas aldeias, passando pelas dinâmicas nas atividades económicas mais relevantes, até aos temas mais específicos da conservação da natureza. A este projeto interessa sobretudo equacionar de que forma as comunidades locais estão integradas no sistema de governança, e como é que os vários atores – locais e não locais - avaliam o funcionamento desse mesmo sistema face ao objetivo de promover um desenvolvimento sustentável e resiliente nas aldeias de montanha, e em particular, em Campo do Gerês, uma aldeia do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

A comunidade local: a escala microterritorial de decisão e ação

É relevante pensar que, no passado como hoje, a identidade da comunidade local integra, de forma bem vinculada, um sentido de responsabilidade coletiva pelo território e pelos seus valores naturais. Um dos residentes, com raízes familiares, falava da “*riqueza natural que nós temos aqui*”, acrescentando ainda “*A responsabilidade é toda nossa. Sinto-me responsável, sinto a responsabilidade pelo que me rodeia.*” [M, 77]. Nas gerações mais jovens há também essa reivindicação assente no enraizamento comunitário e no conceito de assumir um legado deixado pelos mais antigos: “*...isto nunca foi selvagem, se nós encontramos isto como está é porque alguém cuidou até nós chegarmos aqui e vemos como está.*” [F, 26]. A preocupação com o presente, nomeadamente pelo maior abandono, não deixa de inspirar um caminho para futuro no qual a comunidade adquire centralidade: “[*Desejo*] O trabalho comunitário, mas comunitário no sentido da palavra, não é comunitário no papel e depois na prática não ser. Algo puro. [*Desejo*] Ver desenvolvimento também.” [F, 26]. As esperanças para futuro focam muito o desenvolvimento social e económico, “*ver aí a eira com crianças, a eira grande*” [M, 61], *uma escola de qualidade* [F, 41], possibilidades para os jovens se fixarem e terem qualidade de vida. Estas expectativas remetem para a dimensão social da vida, integrando profundamente a natureza envolvente, e uma perceção sobre a comunidade local enquanto ator relevante para o bem-estar de cada um, mas também de todos.

Uma comunidade que se organiza para o bem comum

Em Campo do Gerês, para além da Junta de Freguesia, há um conjunto de entidades coletivas locais com relevo para a manutenção do sentido de comunidade e para a organização de atividades de interesse para o bem-estar das pessoas.

A Junta de Freguesia é um dos principais elementos formais de ligação entre a autarquia e a população local, e também um interlocutor privilegiado para a articulação com outros atores externos, nomeadamente a equipa deste projeto. Para ilustrar essa atuação, a Junta de Freguesia promoveu recentemente a instalação de um Desfibrilador Automático Externo e de uma caixa de Multibanco, e através de um Grupo de Facebook, vai informando das suas atividades, regulando o uso dos espaços coletivos, e transmitindo notícia dos acontecimentos relevantes para o dia-a-dia dos residentes em

Campo do Gerês. Uma das especificidades da ação desta Junta de Freguesia é a gestão direta das infraestruturas e do serviço de abastecimento de água para consumo doméstico às habitações, proveniente de nascentes localizadas em área comunitária, através de protocolo com Associação de Compartes da Freguesia de Campo do Gerês.

A Associação dos Antigos Habitantes de Vilarinho da Furna – AFURNA, criada em 1985, com objetivos de valorização e promoção do património cultural, coletivo e comunitário dos antigos residentes da extinta aldeia de Vilarinho da Furna teve um papel relevante na criação do Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna, em articulação com o Município de Terras de Bouro. É também esta associação que gere a área comunitária de monte historicamente usada pela comunidade local da aldeia de Vilarinho. Recentemente, apoiada pela Fundação EDP, promoveu vários trabalhos no âmbito da recuperação da cultura do linho, partindo do trabalho anteriormente iniciado pelo centro artesanal que existia na freguesia de Covide – Seixos Brancos. Está em curso outro projeto, no âmbito da lã das ovelhas Bordaleira de Entre-Douro e Minho e Churras do Minho, este também com o apoio da AMIBA - Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Barrosã. Com estas iniciativas, para além do contributo para a recuperação de produções agropecuárias e da valorização dos seus produtos, têm sido proporcionados momentos de partilha e de aprendizagens ligados ao saber fazer tradicional destas atividades.

A Associação de Compartes da Freguesia de Campo do Gerês foi criada em 2005, embora as suas raízes sejam substancialmente mais antigas, por referência à posse e gestão comunitária de uma área significativa do monte. Esta Associação gere a propriedade comum com cerca de 1.117 hectares, com uma componente de regulação e promoção dos usos silvo pastoris pela comunidade local, bem como das atividades de lazer e visitação que são usufruídos de forma mais ampla. As suas principais ações repartem-se entre investimentos produtivos (de âmbito silvo pastoril) e iniciativas promotoras da qualidade de vida local, tais como investimento em edifícios de apoio à comunidade e organização de eventos socioculturais. A mobilização de conhecimento, de recursos e de vontades para promover a conservação do património natural é outra das principais áreas de atividade desta associação, destacando-se as já referidas Jornadas Técnicas do Carvalho, num trabalho conjunto desta associação com vários parceiros. A recente criação do Agrupamento de Baldios da Serra do Gerês veio potenciar a ação das várias comunidades locais com áreas comunitárias similares e próximas.

A Associação Cultural Rural Vivo nasceu em 2009, pela mão de alguns jovens da comunidade, pela sua vontade de retomar atividades anteriormente dinamizadas pela, entretanto extinta, ARCCA - Associação Recreativa e Cultural do Campo. Esta tinha sido constituída em 1981 e existiu durante mais de duas décadas, tendo deixado marcas de uma intensa atividade de reunião e convívio entre as pessoas da comunidade. Atualmente, a Rural Vivo integra também novos residentes e dinamiza atividades nas áreas agrícola, ecológica, educativa, artística e cultural. Reconhecendo a excecionalidade de Campo do Gerês para fazer residências artísticas, por *“ter uma parte de isolamento e convidar bastante ao trabalho criativo”* (F,40), iniciaram projetos neste âmbito, tendo recentemente concluído o pioneiro “Aldeias Criativas”, seguindo-se a iniciativa “Aldeias Criativas – Satélites Culturais na Serra do Gerês”. Para os próximos anos a Associação projeta dinamizar quatro áreas artísticas – música, teatro, pintura e cinema – e duas áreas educativas – educação para os media e educação ambiental criativa, proporcionadas por residências artísticas e oficinas regulares com artistas, em Campo do Gerês e abertas a todos os residentes. Para além dos apoios de programas públicos no âmbito da Cultura e das Artes, estes projetos contam também com apoios locais, quer do município, quer de entidades associativas e privadas.

Na visão dos responsáveis, mais importante que trabalhar no desenvolvimento do público é o estímulo à sua participação: *“(...) percebemos que o interessante é as pessoas participarem, isso é que faz sentido. (...) Receber aqui artistas que vêm fazer a sua obra e vão embora, não nos resulta já tão interessante. Interessante é quando as pessoas podem cocriar, podem participar e o artista usufrui desta comunidade e a comunidade usufrui do artista, assim uma interação que achamos muito rica”* (F,40). Assinalam importantes resultados. Uma produção musical com o Grupo Polifónico das Cantadeiras de São João do Campo, e a criação do Grupo de Teatro Comunitário do Campo. Nestas novas atividades e novas formas de trabalhar, em que se procura estabelecer pontes com a sociedade local mais tradicional, criam-se relações que favorecem a integração dos novos residentes. A “Comunidade Educativa Germinar”, ao possibilitar manter as crianças junto das famílias e das aldeias ao longo da primeira fase do seu processo de desenvolvimento e educação, criou efetivamente uma solução de base comunitária para dar resposta às necessidades de várias famílias, sendo já um fator de atração para a freguesia de mais famílias com crianças. O potencial de articulação deste

modelo com o sistema convencional de cuidado à infância e educação básica a cargo do município está por explorar, mas julgamos que este projeto pode ter contribuído para aprofundar essa articulação.

Nos últimos anos, estes movimentos associativos têm vindo a contribuir para reavivar alguns laços que sustentam o sentido de comunidade. As atividades que dinamizam representam importantes oportunidades de convivialidade e animação comunitária, e mantêm vivas tradições que são alicerces para fomentar o espírito de pertença. A sua existência e continuidade assenta em lideranças motivadas e com um elevado grau de voluntarismo de um número reduzido de pessoas. A participação alargada dos residentes não está assegurada e tem vindo a diminuir: *“Há de facto uma menor participação da vida comunitária por parte das pessoas, nós sentimos isso muito a nível da associação de partes. Nós não somos profissionais, somos voluntários [na direção]. Mas...é pena não haver mais participação, pelo menos nas assembleias, que são deliberativas, em que se pode dar ideias e decidir”* [M, 61]. No caso da Associação Cultural Rural Vivo: *“Nós estamos a trazer artistas para cá, trazer soluções criativas para animar a comunidade. Criar aqui eventos, situações de convívio. Tentamos, mas a luta é muito difícil aqui.”* [M, 41].

Comparativamente a outras freguesias de montanha, no entanto, parecem-nos Campo do Gerês tem uma dinâmica associativa assinalável. Há alguns fatores favoráveis a essa dinâmica: (1) o interconhecimento pessoal entre as pessoas envolvidas em função da proximidade e pequena dimensão da aldeia; (2) a existência de projetos realizados em parceria ou com apoio de mais do que uma das entidades; (3) a crescente abertura e interligação em rede com outros atores, facilitadores do acesso a recursos financeiros, a conhecimento e que alargam o âmbito de influência e ação das associações; e (4) a vantagem das novas tecnologias de comunicação, que tornam mais fácil comunicar e dar avisos: *“Se for um assunto de interesse das pessoas, elas participam.”* [M, 61].

Articulação entre poderes, âmbitos e escalas de intervenção

A escala microterritorial de decisão e atuação integra-se, necessariamente, num sistema mais amplo. No caso de Campo do Gerês são particularmente relevantes o nível municipal (Terras de Bouro), e intermunicipal (Comunidade Intermunicipal do Cávado); a autoridade para a conservação da natureza (ICNF, e antes dos Serviços Florestais) e o Ministério da Agricultura, por via das políticas agrícola e de desenvolvimento

rural. A um nível intermédio há a referir a ADERE-PG, para o conjunto do Parque Nacional, e a ATAHCA, enquanto Grupo de Ação Local LEADER. Este conjunto de entidades não abrange, certamente, a totalidade das instituições cuja atuação é, ou pode ser, relevante para a comunidade local de Campo do Gerês. Mas são já suficientes para se ter uma noção da complexidade do sistema de governança e, aprofundando a análise do seu funcionamento a partir das entrevistas e focus-groups realizados, para se perceber que o caminho já iniciado para uma governança mais colaborativa exigirá persistência, mais conhecimento e mais recursos, a mobilizar por parte de todos os envolvidos.

Há um legado de más memórias na relação entre a comunidade local e várias destas entidades, o que dificulta os processos atuais de interação. (Quadro 21).

Quadro 21 - Discursos relativos à intervenção de entidades públicas no território

Ideias centrais dos discursos	Citações selecionadas (género / idade do interveniente)
No âmbito da conservação da natureza	<i>"Na altura houve reuniões, aí com o arquiteto, para implementar o Parque. Depois prometeram umas coisas, que levavam os produtos agrícolas para ali, para o mercado. Nada, nada. Não houve apoios nenhuns, pelo contrário."</i> [F, 74] <i>"O Parque, para a comunidade aqui, nunca foi uma mais-valia. Até foi uma perturbação durante muitos anos. Não só para construção, mas para a lenha, para tantas coisas."</i> [M, 41] <i>"De positivo [de haver Parque] não vejo nenhum. [...] Não vejo ações de reflorestação, não vejo cuidado ambiental que se diga."</i> [F, 40]
No âmbito da agricultura	<i>"O Ministério da Agricultura tem-nos tirado tudo aqui. [...] Eu já não acredito nessas coisas do Ministério da Agricultura, não acredito porque eles não vão ver o local. Eles deviam andar com o apicultor, vestir o fato, para saberem o que custa."</i> [M, 77]

Há também uma perceção clara de que muitos dos aspetos negativos se interligam com a redução dos meios humanos ao serviço das várias autoridades públicas, resultando na diminuição da sua capacidade de ação, contribuindo para aumentar as perceções de inoperância e agravando o distanciamento e quase desaparecimento da ação de proximidade (Quadro 22).

Quadro 22 - Perceções relativas à capacidade de ação do ICNF

Citações selecionadas (género / idade do interveniente)
<i>"Antes a Serra do Gerês estava bem mais cuidada do que está hoje. Tínhamos guardas-florestais em qualquer canto. Nós queríamos fazer uma queimada eles vinham connosco. Não havia bombeiros e nós nunca deixamos queimar a floresta. E hoje, se pegar, vai tudo. Eles não controlam nada."</i> [M, 77].
<i>"Eu ando sempre pelo monte e nunca vi lá um guarda-florestal, um vigilante. Eles vigiam a estrada."</i> [...] [M, 57]
<i>"O ICNF que tem competências ao nível da natureza, de vigilância e, dentro das suas possibilidades, eu atrevo-me a dizer que faz o que pode."</i> [M, 35]

As dificuldades, que também radicam na complexidade de gerir um Parque Nacional com aldeias e comunidades locais, não são vistas como insuperáveis: *“O Parque é o Parque, e este tem a particularidade de ter habitantes, se calhar é o que torna difícil de gerir, porque não é vazio. Eu acho que esse choque é sempre ultrapassável, havendo diálogo.”* [F, 64].

Com a recente introdução do modelo de cogestão foram dados passos no sentido de envolver mais os atores locais no processo de governança do Parque. No entanto esse processo, entendido por técnicos do ICNF como uma *“oportunidade para repensar a área protegida e para envolver os agentes do território na gestão”*, foi escassamente participado na fase do diagnóstico e planeamento estratégico: *“Eu não compreendo como pode haver uma apresentação pública do plano de cogestão, ou um debate público, quando nós temos um território destes e houve uma média de presença de 6 a 8 pessoas em cada apresentação. Eu não consigo entender.”* [M, 52]. A ausência de uma cultura prévia de participação, e o legado de tensões acumuladas em fases anteriores, recomenda que se invista mais fortemente no envolvimento das pessoas e das comunidades. A componente mais apreciável desse envolvimento deu-se através da consulta mais estruturada realizada aos baldios, como reconhece uma técnica do ICNF: *“Os baldios [no modelo de cogestão] são proativos, são cooperantes, introduziram no plano de cogestão várias temáticas e várias ações que consideravam importantes. ...é isso que se pretende, acho que estamos no bom caminho.”*

No caso do turismo, a colaboração entre entidades, entre empresas, e destas com as comunidades, foi igualmente um dos pontos animados das discussões. *“Somos todos um destino – a concorrência e a falta de união dificultam seriamente a cooperação e a qualificação do conjunto – mais qualidade, mais valor”* [M, 61]; *“Enquanto não houver respeito pelo espaço, pelo território e pelas pessoas, seja por quem nos visita, seja por muitas das empresas que cá operam e por parte das entidades, enquanto não houver uma atitude diferente de relação entre as entidades e as pessoas que vivem no território, nós nunca vamos conseguir chegar lá”* [M, 52]. Há uma perceção alargada de que um trabalho mais intenso de envolvimento das pessoas e das entidades em lógicas cooperativas, não garantindo o sucesso, é condição necessária para tal, começando desde logo por resolver alguns problemas mais recorrentes: *“Reunirmo-nos todos com as nossas autarquias, para estas coisas começarem a acabar [monstros e lixo disseminados pelo território; incêndios*

com origem humana]. Fazer ações de sensibilização para as comunidades. [...] Eu sei que é mais do mesmo, mas efetivamente tem de ser feito, porque senão não vamos a lado nenhum. [...] Falar com o Parque, marcar reuniões, e insistir.” [F, 27]

As pessoas têm consciência de que, para funcionar uma governança colaborativa, exige-se regularidade, continuidade e representatividade dos processos participativos, assim como a concretização efetiva de propostas e ações que decorram desses processos. Caso contrário haverá a sua desacreditação. Neste projeto tivemos oportunidade de verificar uma predisposição positiva, de várias pessoas e entidades, para serem mais proativos neste sentido: “O que me trouxe aqui foi ontem [fulano], noutra reunião, me dizer assim “ó pá, era importante”. Então eu resolvi vir, e em boa hora vim. Estou a gostar bastante. Isto aqui era uma discussão que, se calhar, devíamos prolongar para a tarde”; “Alinhar estratégias e começar a trabalhar em rede...trazer as pessoas. ...tem que haver uma representatividade maior...muitas vezes as próprias populações não sabem do que é que estamos a falar e muitas vezes também não sabem o valor que têm nas mãos.” [M, 61]

A mudança terá de partir de várias direções. Da parte das autoridades, nomeadamente, do ICNF, a expectativa é a de uma maior capacidade de organização e representatividade a nível das comunidades locais. As autoridades assumem como sua responsabilidade defender o interesse público, atual e das futuras gerações. Da parte das comunidades exige-se uma lógica mais paritária de responsabilização e legitimidade de ação. Há um claro reconhecimento de que existem diferentes perspetivas e interesses, e que o processo de cooperação exige procurar encontrar áreas de convergência, algo que pode implica tempo e perseverança, por exemplo no caso do turismo: “Há aqui interesses contraditórios. O importante é estabilizar exatamente o conceito [do turismo que se quer] e ver-se exatamente o que se quer e decidir. E depois é trabalhar. Não é de cima para baixo, é com os vários níveis ao mesmo tempo, enquanto pares.” [M, 42]

5. Notas finais

Se, em meados do século passado, a referência de Orlando Ribeiro à montanha como um domínio arcaizante era reveladora de uma leitura de contrastes profundos, marcados por desigualdades territoriais gritantes e pelo forte isolamento das aldeias serranas minhotas, essa perspetiva está claramente ultrapassada nos nossos dias. Está ultrapassada pelo desenvolvimento socioeconómico que as aldeias e os municípios de montanha foram alcançando, mesmo que algumas desigualdades subsistam. Mas também pela mudança do paradigma de sociedade ideal, condicionado pela crescente perceção dos limites do progresso, marcados pela crise ecológica, mas também pela redefinição das bases do bem-estar humano, que vieram recuperar e revalorizar alguns aspetos das sociedades tradicionais que a voragem da modernização tinha, precipitadamente, desclassificado. E é aqui que uma aldeia de montanha como Campo do Gerês pode ser redescoberta como um espaço onde se desenvolvem valores e atividades vanguardistas, onde se afirma uma nova narrativa sobre a vida no “rural profundo”. Um rural onde as raízes profundas da vida ligada à natureza se combinam com uma forte implicação das pessoas com questões universalistas do mundo global. Um rural onde a persistência de um saber e de uma intencionalidade de ação comunitária que remete para “os antigos” se interliga, sem descontinuidades irresolúveis, com a esperança de uma nova geração de crianças sem complexos de inferioridade. Crianças e jovens com um coração serrano e um sentido de responsabilidade de cidadãos do mundo.

Através dos discursos das pessoas da comunidade, e da reflexão participada focando as dinâmicas recentes e as perspetivas de futuro para a aldeia, retivemos as ideias-chave do que pode ser um retrato de Campo do Gerês nesta segunda década do século XXI (Caixa 3)

Campo do Gerês – uma aldeia especial

Campo do Gerês é uma comunidade que se afirma pela sua identidade positiva, pela capacidade de atrair novos residentes e pelo modo como se organiza para o bem comum:

- Dinamizando atividades para a qualidade de vida das pessoas;
- Promovendo uma gestão ativa e multifuncional do seu património cultural e natural;
- Preocupando-se em alcançar um espaço de harmonia entre quem vive e quem visita;
- Tecendo laços de cooperação supralocais para inovar.

É este mesmo projeto, mais inclusivo e ambientalmente responsável, mais atento ao conhecimento que a ciência vai produzindo sobre o mundo biofísico e sobre os dilemas e dinâmicas sociais, e mais respeitador das diferenças culturais e das bases ecológicas da vida na Terra, que pode estar a modificar os modelos e as práticas de governança por forma a serem mais participadas e colaborativas. Mais democráticas e mais inclusivas. De baixo para cima, e de cima para baixo. No rural, mas também no urbano, e ainda nas interações rural-urbano.

No projeto Acontece in Loco - Campo do Gerês foi possível, num curto espaço de tempo, realizar um conjunto relevante de ações, envolvendo um número significativo de pessoas e de entidades, tendo sempre como espaço de concretização uma pequena aldeia de montanha. Não é mérito de uma equipa da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. É mérito de múltiplas pessoas e entidades que se alinham com uma causa com a qual todos convergem: garantir que as aldeias de montanha do Minho continuam vivas e resilientes, com comunidades locais cuidando em continuidade de um património biocultural que a todos importa. A continuidade não é a ausência de inovação. Inovação social, desde logo, nesta nova forma de perspetivar parcerias entre entidades locais e não locais e entre várias formas de conhecimento. Inovação social na integração de entidades públicas, comunitárias, empresariais e cidadãos numa lógica de animação sociocultural e comunitária à escala local.

A partir do estudo de caso em Campo do Gerês a especificidade das aldeias de montanha reafirma-se como um fator diferenciador no que à governança diz respeito. Há sinais promissores de revitalização, capacitação e dinamismo local, mas que não podem fazer esquecer as fragilidades e limitações inerentes a estes territórios. A afirmação e a consolidação destas dinâmicas dependem, também, da forma como os demais agentes de desenvolvimento e governança respondem com medidas e ações rápidas e ajustadas ao contexto. A existência de um historial nem sempre positivo de interação entre os vários níveis de governança não deve ser escamoteada, deve antes refletir-se num esforço adicional de todos para garantir a construção de novas bases de confiança (Caixa 4).

Desafios para uma governança colaborativa

Internos à comunidade:

- Garantir uma participação mais alargada e multigeracional nas coletividades e iniciativas locais;
- Promover mais espaços de diálogo entre os residentes mais antigos e os mais recentes;
- Alcançar uma integração mais profunda entre a agrosilvopastorícia, o turismo e a conservação da natureza.

Externos à comunidade:

- Mudar o paradigma da escola e do apoio à infância nos meios rurais com dinâmicas emergentes de renovação geracional;
- Reconhecer mais o valor dos conhecimentos e das capacidades de ação das comunidades locais;
- Assegurar mecanismos de participação mais abrangentes, regulares e consequentes.

O desafio é exigente. Implica redefinir inovação e centros de inovação. Há centros de inovação urbanos, a partir dos quais se promove a transferência de conhecimento e de recursos para os territórios de menor densidade, sobretudo aqueles que remetem para a maior escala dos recursos a investir e para a maior universalidade da aplicação das soluções. Mas é preciso que também existam centros de inovação rurais, que criem soluções adaptadas às especificidades

do território e valorizem essa especificidade e as pessoas qualificadas para a gerir, nas suas dimensões socioculturais e ecológicas. No caso das aldeias de montanha, o cluster formado por Campo do Gerês, Covide e Carvalheira, tem condições para vir a ser um desses centros. A articulação em rede de pequenos centros de inovação rural é, talvez, uma utopia. No entanto...

Referências

- AgroConsultores e Geometral (1999). Carta de solos e carta de aptidão da terra para a agricultura (1:25 000) em Entre Douro e Minho – Memórias, Direção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, Lisboa.
- Aguiar, C. et al. (2009). A Montanha. In Pereira, H. et al. (edts), *Ecossistemas e Bem-Estar Humano - Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment*, Escolar Editora: 293-337.
- Alonso, J. (2015). Desenvolvimento de infraestruturas de dados espaciais locais: Proposta e aplicação de um modelo para avaliação multinível da capacitação individual, institucional e territorial. Dissertação para a obtenção do grau de doutor em Sistemas de Informação Geográfica. Universidade Nova de Lisboa.
- Álvarez, B. M., & Cortes-Vazquez, J. A. (2020). “May the Smoke Keep Coming Out the Fireplace”: Moral Connections between Rural Tourism and Socio-Ecological Resilience in the EUME Region, Galicia. *Sustainability*, 12(11), 4602.
- Alves, A., Marcelino, F., Gomes, E., Rocha, J., Caetano, M. (2022). Spatiotemporal Land-Use Dynamics in Continental Portugal 1995–2018. *Sustainability* (14) 15540. <https://doi.org/10.3390/su142315540>
- Antunes, M., Duarte, L., Reino, J. (2006). Barragens em Portugal: de Vilarinho da Furna à Aldeia da Luz, com passagem pelo Douro Internacional, *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Estudos e Ensaios*, 10: 13-21.
- Araújo, J.P., Cerqueira, J.L.(2021). Produção de caprinos em Terras de Bouro. 15-45. In *O Cabrito Biológico da Serra do Gerês*. Edição Município de Terras de Bouro.
- Bock, B. (2016). Rural marginalisation and the role of social innovation; a turn towards nexogenous development and rural reconnection. *Sociologia ruralis*, 56(4), 552-573.
- Bruhn, J. G. (2011). *The sociology of community connections*. Springer Science & Business Media.

- Carayannis, E. G., & Rakhmatullin, R. (2014). The quadruple/quintuple innovation helixes and smart specialisation strategies for sustainable and inclusive growth in Europe and beyond. *Journal of the Knowledge Economy*, 5, 212-239.
- Carmo, R. (2014). *Sociologia dos Territórios – teorias, estruturas e deambulações*, Editora Mundos Sociais, Lisboa.
- Carvalho, A., Nunes, E. (coord) (2019). *Estratégia Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas no território da NUTS III Cávado – Volume I: Âmbito e contextualização da estratégia para o território da NUTS III Cávado*. Comunidade Intermunicipal do Cávado – CIM Cávado; IrRADIARE, Science for Evolution.
- Chaves, L. (coord.) (2019). *54 projetos LEADER 2014-2020 para o desenvolvimento dos territórios rurais Repertório de projetos relevantes e replicáveis apoiados no âmbito da Medida 10 LEADER do PDR2020*. Federação Minha Terra. Lisboa.
- Chen, C., Liu, J., Bi, L. (2023) Spatial and Temporal Changes of Habitat Quality and Its Influential Factors in China Based on the InVEST Model. *Forests*, 14, 374. <https://doi.org/10.3390/f14020374>
- CIM Cávado (2014). *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Cávado 2014-2020 (Relatório Final - Quaternaire Portugal)*. CIM Cávado.
- CIM Cávado (2021). *Estratégia de Desenvolvimento Territorial Cávado 2030 (Relatório final – Quaternaire Portugal)*, CIM Cávado.
- CM Terras de Bouro (2005). *Plano de Acção para a dinamização do modo de produção biológico no concelho de Terras de Bouro*. Ed. Câmara Municipal de Terras de Bouro.
- Comissão Europeia (2021). *Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE – Para zonas rurais mais fortes, interligadas, resilientes e prósperas, até 2040*. COM(2021) 345 final. Bruxelas.
- Correia, J. A., & Figueiredo, E. (2011). *A voz às comunidades rurais: Animação e comunicação para o desenvolvimento. O rural plural: Olhar o presente, imaginar o futuro*, 441-454.

- Cunha, J., Campos, F.S., David, J., Padmanaban, R., Cabral, P. (2021). Carbon sequestration scenarios in Portugal: which way to go forward?. *Environ Monit Assess* 193, 547. <https://doi.org/10.1007/s10661-021-09336-z>
- Daveau, S. e colab. (1985). Mapas Climáticos de Portugal. Nevoeiro e Nebulosidade. Contrastes Térmicos, Centro de Estudos Geográficos, Memórias, 7, Lisboa.
- Demuzere, M., Kittner, J., Martilli, A., Mills, G., Moede, C., Stewart, I. D., van Vliet, J., and Bechtel, B. (2022). A global map of Local Climate Zones to support earth system modelling and urban scale environmental science, *Earth Syst. Sci. Data* 14(8) 3835-3873. DOI: 10.5194/essd-14-3835-2022.
- Demuzere, M.; Bechtel, B.; Middel, A.; Mills, G. (2019): European LCZ map. Figshare. Dataset. <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.13322450>
- Domingos, T., Oliveira das Neves, A., Marta-Pedroso, C. (Eds.) (2016). Relatório Final da Avaliação Ex-post do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013 (ProDeR). Estudo encomendado pela Autoridade de Gestão do ProDeR. Instituto Superior Técnico, Instituto de Estudos Sociais e Económicos e Instituto Politécnico de Bragança, Lisboa e Bragança.
- Elsen PR, Tingley MW (2015). Global mountain topography and the fate of montane species under climate change. *Nature Climate Change* 5(8):772–776. <https://doi.org/10.1038/nclimate2656>.
- EU (2021). Rural Voices - A qualitative analysis of the findings from stakeholder workshops contributing to the long-term vision for rural areas, European Network For Rural Development.
- European Environmental Agency, 2010, Europe's ecological backbone: recognising the true value of our mountains, EEA, Copenhagen.
- GBIF.org (21 May 2023) GBIF Occurrence Download <https://doi.org/10.15468/dl.79gcav>
- GeoAtributo, C.I.P.O.T., Lda. (2013). Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2016-2020 Caderno I Diagnóstico. Câmara Municipal de Terras do Bouro.

- GeoAtributo, C.I.P.O.T., Lda. (2015). Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica – Revisão do PDM de Terras de Bouro. Câmara Municipal de Terras do Bouro.
- Granovetter, M. S. (1973). The strength of weak ties. *American journal of sociology*, 78(6), 1360-1380.
- Guerra, I. C. (2006). Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso. Lucerna.
- Honrado, J. P., Lomba, A., Alves, P., Aguiar, C., Monteiro-Henriques, T., Cerqueira, Y., ... & Barreto Caldas, F. (2017). Conservation management of EU priority habitats after collapse of traditional pastoralism: navigating socioecological transitions in mountain rangeland. *Rural Sociology*, 82(1), 101-128.
- Hutton, J. M., & Leader-Williams, N. (2003). Sustainable use and incentive-driven conservation: realigning human and conservation interests. *Oryx*, 37(2), 215-226.
- ICNF (2023), Plano de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês.
- Körner, C., Ohsawa, M. (coord.) (2005). Mountain systems, in *Millennium Ecosystem Assessment, Ecosystems and Human Well-being: Current State and Trends*, Millennium Ecosystem Assessment, 681-716.
- Leung, Yu-Fai, Spenceley, Anna, Hvenegaard, Glen, e Buckley, Ralf (eds.) (2019). Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas. Diretrizes para sustentabilidade. Série Diretrizes para melhores Práticas para Áreas Protegidas No. 27, Gland, Suíça: UICN.
- Lopes, A., Fragoso, M., Correia, E. (2021). A Avaliação de Riscos Climáticos nos Planos Municipais de Emergência em Portugal: métodos e experiência. In: Nunes, A., Amaro, A., Vieira, A. [et al.] (eds.) *Geografia, Riscos e Proteção Civil: Homenagem ao Professor Doutor Luciano Lourenço* (pp. 333-352). Riscos. Disponível em: <https://www.riscos.pt/publicacoes/outras-publicacoes/outros-livros/grpc-lhll/>.
- Mace, G. M. (2014). Whose conservation?. *Science*, 345(6204), 1558-1560.

- Madureira, L., Magalhães, P., Silva, P. G., Marinho, C., & Oliveira, R. (2013). Economia dos Serviços de Ecossistema—Um guia para conhecer e valorizar serviços de agroecossistemas em áreas protegidas de montanha. *Quercus*, 146.
- Moreira, A.; Ribeiro, M. L. (1991). Notícia explicativa da Carta Geológica do Parque Nacional da Peneda - Gerês à escala 1/50 000. Serviços Geológicos de Portugal e Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.
- Nieto-Romero, M., Valente, S., Figueiredo, E., & Parra, C. (2019). Historical commons as sites of transformation. A critical research agenda to study human and more-than-human communities. *Geoforum*, 107, 113-123.
- Nogueira, J., Simões, S., Araújo, J. P., Santos, J. C., & Santos, A. (2021). Montanhas Vivas, Comunidades Resilientes. Ardal. Arcos de Valdevez.
- Oliveira Baptista, F. (2014) Os baldios: autonomia e desenvolvimento local. ANIMAR. Lisboa.
- Oliveira, S., Gonçalves, A., & Zêzere, J. L. (2021). Reassessing wildfire susceptibility and hazard for mainland Portugal. *Science of the total environment*, 762, 143121.
- Olsson, P., & Folke, C. (2001). Local ecological knowledge and institutional dynamics for ecosystem management: a study of Lake Racken watershed, Sweden. *Ecosystems*, 4, 85-104.
- Palomo, I., Montes, C., Martín-López, B., González, J. A., García-Llorente, M., Alcorlo, P., & Mora, M. R. G. (2014). Incorporating the Social–Ecological Approach in Protected Areas in the Anthropocene. *BioScience*, 64(3), 181–191. <https://doi.org/10.1093/biosci/bit033>
- Parlamento Europeu (2018). Agenda da UE para as zonas rurais, montanhosas e isoladas - Resolução do Parlamento Europeu sobre dar resposta às necessidades específicas das zonas rurais, montanhosas e remotas (2018/2720(RSP)); (2020/C 11/03), Jornal Oficial da União Europeia de 3 de outubro de 2018.

- Parlamento Europeu (2022). Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da EU. Resolução do Parlamento Europeu, de 13 de dezembro de 2022, sobre uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE – Rumo a zonas rurais mais fortes, conectadas, resilientes e prósperas até 2040 (2021/2254(INI)).
- Peixoto, L. (2008). O Património Geomorfológico - Glaciário do Parque Nacional da Peneda Gerês: Proposta de Estratégia e Geoconservação. Tese de Mestrado em Património Geológico e Geoconservação, Universidade do Minho, Braga.
- Pennington, M. (2012). Elinor Ostrom, Common-Pool Resources and the Classical Liberal Tradition in The Future of the Commons: Beyond Market Failure and Government Regulation. London: iea-The Institute of Economic Affairs.
- Pereira, D. D., Pereira, F., Corais & Bandeira, M. (2021). Como tecer uma cidade colaborativa. Município de Braga. Braga.
- Pereira, P., Pereira, D.I. (2020). The Granite and Glacial Landscapes of the Peneda-Gerês National Park. In G. Vieira et al. (eds.), Landscapes and Landforms of Portugal, World Geomorphological Landscapes. Springer Nature Switzerland AG 2020. https://doi.org/10.1007/978-3-319-03641-0_10
- Pinilla, V., & Sáez, L. A. (2021). What do public policies teach us about rural depopulation: the case study of Spain. *European Countryside*, 13(2), 330-351.
- Portela, J. (1986). Trabalho Cooperativo em Duas Aldeias de Trás-os-Montes. Afrontamento.
- Quinn, P. F., Beven, K. J., & Lamb, R. (1995). The $\ln(a/\tan\phi)$ index: How to calculate it and how to use it within the TOPMODEL framework. *Hydrological Processes*, 9, 161-182.
- Reed, M. S., Vella, S., Challies, E., De Vente, J., Frewer, L., Hohenwallner-Ries, D., ... & van Delden, H. (2018). A theory of participation: what makes stakeholder and public engagement in environmental management work?. *Restoration ecology*, 26, S7-S17.

- Ribeiro, O. (1991). Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Livraria Sá da Costa Editora.
- Sadeleer, O., Bossink, E. (2022). Nature Restoration in Europe: What is the role of protected areas? Europarc Siggen Seminar 2022 Outputs.
- Salvia, R., Quaranta, G. (2017). Place-Based Rural Development and Resilience: A Lesson from a Small Community, Sustainability 9, 889; doi:10.3390/su9060889
- Scott, M. (2013). Resilience: A conceptual lens for rural studies?. Geography compass, 7(9), 597-610.
- Shahgedanova, M., Adler, C., Gebrekirstos, A., Grau, H.R., Huggel, C., Marchant, R., Pepin, N., Vanacker, V., Viviroli, D., Vuille, M. (2021). Mountain Observatories: Status and Prospects for Enhancing and Connecting a Global Community. Mountain Research and Development, 41(2), A1-A15.
- Sharifi, A. (2016). A critical review of selected tools for assessing community resilience. Ecological indicators, 69, 629-647.
- Silva, C., Kastenholz, E., & Abrantes, J. L. (2013). Place-attachment, destination image and impacts of tourism in mountain destinations. Anatolia, 24(1), 17-29.
- Soares, L. (2008) Importância das formações superficiais no âmbito dos processos de erosão hídrica e movimentos de vertente no NW de Portugal. Dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Teigão dos Santos, F. (2009). Resiliência estratégica para um desenvolvimento regional sustentável. RPER, (20), 29-40.
- UE (2023). A vision for rural areas towards 2040, https://rural-vision.europa.eu/rural-vision_pt
- Westlund, H., & Kobayashi, K. (2013). Social capital and sustainable urban-rural relationships in the global knowledge society. Social capital and rural development in the knowledge society, 1-17.

